

Cidade e Habitat

Uma visão a partir dos *Bairros Críticos*



DANIEL LUÍS GOMES BENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA
Sob a orientação do Professor Doutor Nuno Grande

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Coimbra, Junho 2011

À Mamázita
por tudo.

Agradecimentos

Quero agradecer ao Professor Doutor Nuno Grande pela prontidão com que aceitou orientar esta dissertação, e pela inquestionável disponibilidade, ajuda e paciência que demonstrou ter ao longo da concretização da mesma.

Aos meus pais quero enviar um sincero obrigado por, à sua maneira, estarem sempre a meu lado e a apoiar-me em todos os momentos e decisões.

À minha irmã, por me dar a mão no caminho para a escola...

Ao Filipe dos Santos pela atenciosa e dedicada amizade, pelas gargalhadas, abraços e pela companhia nos momentos de pausa. David Elias e Vanessa Torres a vocês agradeço por manterem a turma unida!

Aos de Coimbra, agradeço com especial carinho. Obrigado aos que de alguma maneira fizeram parte do meu percurso académico e que, por motivos diversos, se afastaram; mas também, aos que foram surgindo e que aos poucos ganharam lugar cativo no meu coração. Quero destacar, no entanto, a Ana Miguel Lopes, a Guida Marques, a Inês Sousa e a Joana Pereira pela extraordinária ternura e amizade.

Agradeço às meninas da Cave pela inquestionável hospitalidade, ao Nuno Nina por ser tão prestável e sincero, e claro, ao Augusto e à Andreia quanto mais não seja, pela paciência demonstrada ao longo de todos estes anos. À D.Graça pela dedicação e por ser tão prestável e à D.Lurdes por me esperança e alento.

É *por tudo e por nada* que quero também enviar um forte e especial abraço aos parceiros do curso e da vida José Ferreira, Gerson Rei e Pedro Resende.

Ao Rui Vítor Baltazar por aparecer em praticamente todas as imagens que recordo destes anos. Pela ajuda, pela companhia, pelas boas e menos boas ideias. Por estar simplesmente.

Por fim quero agradecer à família mais pequena. Ao maravilhoso Marcelo Fernandes e ao para sempre espectacular Rui Pedro Machado, por terem partilhado comigo momentos tão difíceis de serem esquecidos como de serem explicados.

INTRODUÇÃO

1. BAIROS CRÍTICOS : BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA	11
1.1. Os paradigmas do Primeiro Mundo	13
1.1.1. Utopias e realidades do século XX	19
1.1.2. O debate urbano na Europa do pós-guerra	35
1.2. Os paradigmas do Terceiro Mundo	61
1.2.1. Arquitectura demissionária	65
2. BAIROS CRÍTICOS : ENTRE A GUETIZAÇÃO E A DESGUETIZAÇÃO	97
2.1. A reivindicação pela habitação em Portugal	99
2.2. Arquitectura Formatada : <i>Bairro da Bela Vista</i>	163
2.3. Arquitectura Informal : <i>Bairro do Alto da Cova da Moura</i>	179
2.4. Projecto <i>Desguetização do Bairro do Alto da Cova da Moura</i>	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
BIBLIOGRAFIA	215
FONTES DAS IMAGENS	227

Introdução

De forma a analisar uma relação específica entre *Cidade e Habitat*, a presente dissertação restringe-se a um campo concreto da arquitectura. A procura da definição desta simbiose debruça-se, mais concretamente, sobre os *Bairros Críticos* e as intervenções concretizadas, ou as que foram apenas planificadas para que deixassem de assim ser reputados.

A designação – *Bairros Críticos* – acaba por ser aqui adaptado do nome de um programa de requalificação de bairros específicos ligado ao IHRU que ambiciona resolver a problemática da questão da habitação. No entanto, no âmbito deste trabalho torna-se uma terminologia que pretende abranger ora os bairros de construção ilegal e informal, ora os projectos de autor que pelas mais diversas razões alcançaram os parâmetros para assim serem catalogados.

A procura pela urbe e a vontade de viver tudo o que esta tinha para oferecer não abrandou desde a inquietante época da Revolução Industrial. Atraídas pelo emprego e empurradas pelo sonho de uma vida melhor, as grandes massas de população migradora contribuíram deste modo para a sobrelotação e crescente degradação de um *habitat* considerado propício a uma boa qualidade de vida.

Hoje cerca de metade da população mundial vive em cidades, sendo que, em cada três habitantes da terra mora em *slums*^{1,2}. A máquina instalou-se nas principais cidades e desde há dois séculos que tem vindo a contribuir para a evolução da mesma modificando-lhe continuamente o ambiente sócio-espacial. Contudo, durante esse tempo, a partilha das experiências, metodologias e dos ensinamentos sobre como resolver acertadamente o problema da habitação que adviriam desta modernização não seguiram o mesmo ritmo, nem o mesmo progresso.

¹ *Slums* é definido pelo UN-HABITAT como sendo uma área degradada de uma cidade caracterizada por moradias inadequadas, miséria e falta de segurança.

² Institute for Housing and Urban development Studies (IHS).

Abordando as consequências da expansão da industrialização que se fez sentir desde o século XIX, este texto estruturar-se-á seguindo um espaço temporal linear de forma a encadear os principais acontecimentos e respectivas consequências desse progresso. Assim, a Revolução Industrial e todos os movimentos que desencadeou tornam-se, aqui, o princípio da história que nos levará a compreender a evolução do urbanismo, da arquitectura e das políticas sociais no âmbito da habitação. No entanto, estes anos de história serão apenas o contexto de uma outra. Essa, mais focalizada no âmbito do debate português, necessita deste afastamento espaço-temporal de modo a melhor proporcionar ilações consolidadas acerca das metodologias e dos instrumentos de actuação necessários à coesão social, reabilitação e reintegração dos chamados *Bairros Críticos*.

Em suma, pretende-se o estudo de como estes processos têm vindo a influenciar e a despertar a atenção das mais diversas personagens de disciplinas como a arquitectura, sociologia, filosofia, política, antropologia, etnologia...

“A Cidade, sem dúvida a maior criação física do Homem e uma das mais significativas criações do seu espírito, atravessa agora tempos difíceis da sua já longa história. Como instrumento e como obra de arte – que é, ou deveria ser paralelamente – a Cidade actual é geradora de atritos de toda a ordem que não favorecem a vida física e espiritual dos seus habitantes.”³

Fernando Távora retratava desta forma a Cidade dos anos 60 expondo e dando continuidade à crítica com que várias personagens se vinham a debater ao longo do século XX.

Assim na continuidade deste pensamento, no primeiro capítulo desta dissertação será abordada, pela maneira como estes grupos interdisciplinares contribuíram para uma radical reforma do pensamento arquitectónico e urbanístico, as visões utópicas e científicas das principais personagens do final do século XIX, as premissas do Movimento Moderno e a sua posterior falência, a mudança de paradigmas e a presença das ciências sociais nas mais diversas disciplinas, a alteração do modo de ver e usar a arquitectura, distinta no norte e sul

³ PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Prefácio.

da Europa, os projectos no Norte de África e as intervenções na América Latina... Discutir-se-á os factores que preencheram a década de 60 de revoluções e de novos ideais, mudando o mundo que começava a defender uma visão anticapitalista e libertária – o mundo globalizado, que assistia ao enriquecimento do debate nos países desenvolvidos pelas teorias e modelos fomentados nos países do Terceiro Mundo⁴.

Pretende-se assim, neste primeiro capítulo, além do âmbito em que surgiram, mencionar, mais especificamente, experiências como a *Cirurgia conservadora* de Patrick Geddes, a *cidade-jardim* de Howard, o funcionalismo das cidades modernistas, o INA-Casa, as habitações para massas, as *Carrières Centrales*, as *Barriadas* e *pueblos jóvenes* de John Turner na tentativa de fortalecer o estudo sobre as medidas fornecedoras do *know-how* na questão do habitat. É nesta vasta existência e resultante experimentação, dividida entre a arquitectura praticada no primeiro mundo e uma *arquitectura sem arquitectos* praticada no terceiro mundo, que o primeiro capítulo se apoia de forma a contextualizar e lançar o tema para um outro capítulo onde é discutido o contexto português.

“O restabelecimento das condições democráticas em Portugal após quase meio século de ditadura conservadora e colonial, veio pôr o problema da habitação da maioria das famílias urbanizadas na primeira linha das reivindicações com que se tiveram que defrontar os primeiros governos provisórios.”⁵

No segundo capítulo da presente dissertação pretende-se desenvolver uma análise ao panorama português. Ambiciona-se um estudo da mudança de paradigmas marcada pela Revolução de Abril de 1974 sendo que as consequências destes despertaram Portugal para as necessidades da população e, primordialmente, para a questão da habitação. Ultrapassando o imobilismo do Estado Novo perante a questão das políticas sociais e atentas ao cenário internacional, várias personagens estimuladas pelo ambiente pós-revolucionário, criaram e desenvolveram algumas políticas de intervenção: umas revelaram-se um fracasso, outras, apesar da desilusão assumida, ainda hoje são tidas como um

⁴ Entre 1945 e 1990 foi elaborada a Teoria Mundos que o subdividia por grandeza económica. De acordo com esta designação, consideravam-se países de Terceiro Mundo as nações com uma economia subdesenvolvida.

⁵ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 269.

paradigma universal na postura que a arquitectura e outras disciplinas devem adoptar no campo das políticas interventivas. Como escrevia Helena Roseta:

*“«O nosso futuro, escrevia Bernard Huet, passava doravante pela experiência portuguesa». Os projectos e testemunhos então publicados revelaram uma intensidade de produção e reflexão arquitectónica hoje inimaginável.”*⁶

É neste ambiente de criatividade pós-revolucionária e de, ainda mais desmedida, afluência às principais cidades, que se começa a intervir politicamente na questão da habitação em Portugal. No entanto, a oferta não superava as necessidades e, perante a impotência do Fundo Fomento de Habitação (FFH), era necessário reorganizar políticas que continuassem a resposta à falta de habitação mas que conseguissem evitar ou, pelo menos, conter e estabilizar a criação de assentamentos informais.

Para esta dissertação são, então, escolhidos dois casos de estudo de forma a clarificar dois ambientes urbanos distintos. Um “legítimo” – porque formal e por ser resultado de um projecto de profissionais de arquitectura – e outro “bastardo” – por ser informal sendo esta informalidade resultado da clandestinidade – o Bairro da Bela Vista e o Bairro do Alto da Cova da Moura, respectivamente. Distintos tipologicamente, diferentes na forma como se impuseram na malha urbana, como cresceram e se desenvolveram, estes aglomerados habitacionais podem ser hoje considerados *Bairros Críticos* onde é fulcral intervir desde o âmbito social até ao arquitectónico.

O que é necessário para integrar e estabelecer ligações destes bairros com a cidade? Devemos apostar numa intervenção com base num desenho de *Arquitectura Urbana* ou devemos centrar-nos no tema das *Infraestruturas Urbanas*? No fundo, que postura deve o arquitecto adoptar neste tipo de intervenção? Estas foram algumas das questões que alimentaram o debate que acompanhou a concretização do projecto apresentado agora nesta dissertação.

Desenvolvido no âmbito da cadeira Projecto V a proposta surge como resposta ao repto lançado às universidades pela Trienal de Arquitectura de Lisboa 2010. O concurso consistia na materialização de projectos que respondessem à

⁶ ROSETA, Helena.

questão: como pode a arquitectura contribuir para garantir ou melhorar as condições de vida dos habitantes num bairro? O caso de estudo era o Bairro do Alto da Cova da Moura, escolhido pela Trienal pelo seu peculiar percurso histórico, pela sua situação sociocultural e pelo sua forte dinâmica associativa que proporcionaria aos envolvidos neste projecto uma importante interlocução.

Com a intenção de induzir urbanidade acabando com as fronteiras físicas e psicológicas que separam esta *ilha* do resto da malha urbana, a proposta partia do seguinte pressuposto: a *desguetização* da Cova da Moura não se resolvia, apenas, a partir da concepção incremental de *arquitectura para os pobres* – como advogam as mais recalcadas visões paternalistas – mas, antes de mais, pelo estabelecimento de fortes conexões (infra)estruturais com a envolvente urbana. Deste modo, apontaram-se ligações: *Urbandutos – indutores de urbanidade* entre o bairro e os principais espaços, infraestruturas e equipamentos públicos na sua envolvente próxima (estádios, parques verdes, escolas, estações de comboio e de metro, etc.). Estes foram os princípios que nos serviram de guião para o estabelecimento de considerações finais sobre o tema apresentado.

Assim, esta dissertação funciona como um estudo, uma recolha de dados, que visa a observação e aprendizagem de processos interventivos, como forma de tirar conclusões e comparações destes com aqueles que apresentamos na proposta.

Num último capítulo – o da conclusão – pretende-se a reflexão acerca do percurso evolutivo das metodologias e políticas de resolução de problemas de reestruturação urbana dos bairros. Ambiciona-se tirar conclusões da leitura destas formas de actuação que haviam resultado em postulados universais e que agora, perante a actual crise económica e financeira, emergem lutando contra um mundo cada vez mais desigual. É a busca pela compreensão nos dias de hoje, do contexto político e arquitectónico relativo a esta matéria.

Falemos, então, das orientações que a disciplina da arquitectura e do urbanismo seguiram ao longo dos tempos. Falemos no momento em que cresceram e expandiram os seus limites sendo complementadas por outras áreas disciplinares. Falemos sobre arquitectura, urbanismo, mas também sobre sociologia, antropologia e, principalmente sobre políticas – as políticas que resultam da inevitável multidisciplinaridade do habitat.

1 | Bairros Críticos : Breve introdução histórica



1 | Ilustração de Gustave Doré representativa das condições de insalubridade da cidade de Londres em 1870.

1.1 | Os paradigmas do Primeiro Mundo

A Revolução Industrial modificou de forma radical a maneira de se estar no mundo, de o viver. Alterou profundamente as condições de vida do trabalhador artesanal, justificando o gigantesco êxodo rural registado nos finais do século XVIII e durante todo o século XIX.

A par dessas movimentações populacionais surgem problemas denunciando a ausência ou negligência na construção de políticas que resultassem em medidas preventivas relativamente à qualidade de vida, à habitação e à saúde.

“As modernas ciências da natureza demonstram que os chamados «bairros maus» onde os operários estão apinhados são os focos de todas as epidemias que de tempos a tempos afligem as nossas cidades.”⁷

Sinónimo de fortes conexões comunitárias, a cidade também marcada pela fácil integração e sentimentos de segurança espacial – garantidos por relações de sociabilidade e solidariedade – sofre uma mudança que leva os cidadãos a verem aquele acelerado processo de urbanização como um catalisador de angústia, solidão e miséria. Perante tal desleixo no campo do planeamento urbano, as principais cidades industrializadas autocondenavam-se a uma péssima qualidade de vida.

Contudo, a Revolução Industrial, por si só, não justificou o aumento das condições de vida precária nas cidades, mas é nesta época que há uma maior exaltação das mesmas, garantida pela multiplicação e evidenciação dessas circunstâncias. Podemos, então, atribuir a dois problemas maiores a

⁷ ENGELS, Friedrich – *Para a questão da habitação*. p. 47.



2 | Condições das ruas londrinas durante a Revolução Industrial.

responsabilidade de incrementação dos problemas sociais – a acelerada industrialização e a carência da habitação.

“(...) esta carência de habitação não é qualquer coisa de particular da época presente, nem é um mal particular do proletariado moderno que o distinga de todas as classes oprimidas que o precederam; pelo contrário, este problema tem atingido todas as classes oprimidas de todos os tempos de maneira bastante uniforme (...)”⁸

Na sua influente análise da sociedade, Friedrich Engels⁹ remete mesmo a origem do problema da habitação para a antiguidade.¹⁰ O pensador alemão diz ainda que a resolução para esta questão não pode ser pensada com o propósito de resolver o problema social pois, o problema da habitação é um problema técnico e específico que pode ser resolvido ou não, mas não é distintivo de uma determinada classe social¹¹.

A co-habitação interclassista ganha, nos finais do séc. XIX, uma escala mundial. Os aglomerados superpovoados aproximam-se do chamado Terceiro Mundo proporcionando o mesmo constrangimento que os *slums* geram nas cidades. Foi nesta medida que Engels argumentou que o problema da habitação para o poder só se tornou realmente um problema quando começou a afectar, não só a classe operária como, também, a burguesia sujeitando-a à “*promiscuidade de uma co-habitação miserável e doentia*”.¹²

Como *Socialista Científico*, Engels defende ainda, que estas condições derivadas do processo de industrialização das cidades, só poderiam ser ultrapassadas através da revolução do proletariado protagonizando, desta forma, a luta contra os sistemas capitalistas e centralizados aos quais atribuía as responsabilidades do estado da conjuntura socioeconómica daqueles tempos. Suas

⁸ Cf. Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*. p. 230.

⁹ Friedrich Engels (1820–1895) foi filósofo e co-fundador do marxismo juntamente com Karl Marx. Influente pela sua eficiente análise à sociedade, deixa várias obras escritas sendo a principal aquela que escreveu com Karl Marx – *Manifesto Comunista*. Em 1880 publicou o “*Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*” (em Português: “*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*”) onde mostra as diferenças fundamentais entre o Socialismo Utópico e o Socialismo Científico, sendo o último defendido por Engels e Karl Marx. Esclarece, então, que apesar de ambos procurarem o *Socialismo*, para os *Utópicos* essa procura é feita através de fundamentos não científicos, ou seja, baseada em fundamentos morais, jurídicos ou religiosos.

¹⁰ Cf. Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*. p. 231.

¹¹ Cf. Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade*. p. 230.

¹² Cf. F. Engles, *Para a questão da habitação*. pp. 47-51.

teorias *Socialistas* tendem, também, a revogar os preceitos defendidos por pensadores como Charles Fourier¹³, Saint-Simon¹⁴ ou Robert Owen¹⁵, que apesar de pretenderem também uma mudança na sociedade, faziam-no sustentando as acções em fundamentos utópicos que apelavam ao entendimento entre as classes sem qualquer tipo de conflito, mas sim através de alicerces morais, religiosos e jurídicos. Esta procura pela harmonia dos habitantes, bem como a intenção de *“repelir as pompas mais grosseiras da industrialização e voltar a uma vida mais simples, centrada em artesanato e comunidade”*¹⁶ bem patente nos escritos de John Ruskin¹⁷ e William Morris¹⁸, eram entendidas como premissas necessárias ao término das situações de precariedade que afectavam a maioria da população das principais cidades inglesas. Para Engels, este objectivo não seria alcançado pelas teorias dos *Socialistas Utópicos*, mas sim por reformas, também elas resultado de um certo intervencionismo social, que procurassem a distribuição do poder e da riqueza acabando com as injustiças do capitalismo e com a exploração das classes mais pobres.

No entanto, os grandes pensamentos desenvolvidos relativamente à questão do habitat como consequência dos sistemas capitalistas, pelas personagens *Socialistas* do século XIX, quer do *Socialismo Utópico*, quer do *Socialismo Científico* tiveram imensa influência nos pensamentos e acções dos mais interessantes intervenientes que se seguiram, ajudando e apoiando teoricamente as utopias e realidades produzidas ao longo do século que se seguiu.

¹³ François Marie Charles Fourier (1772–1837) foi um Socialista francês adversário industrialização e do capitalismo e defensor do Cooperativismo, sendo um dos seus fundadores.

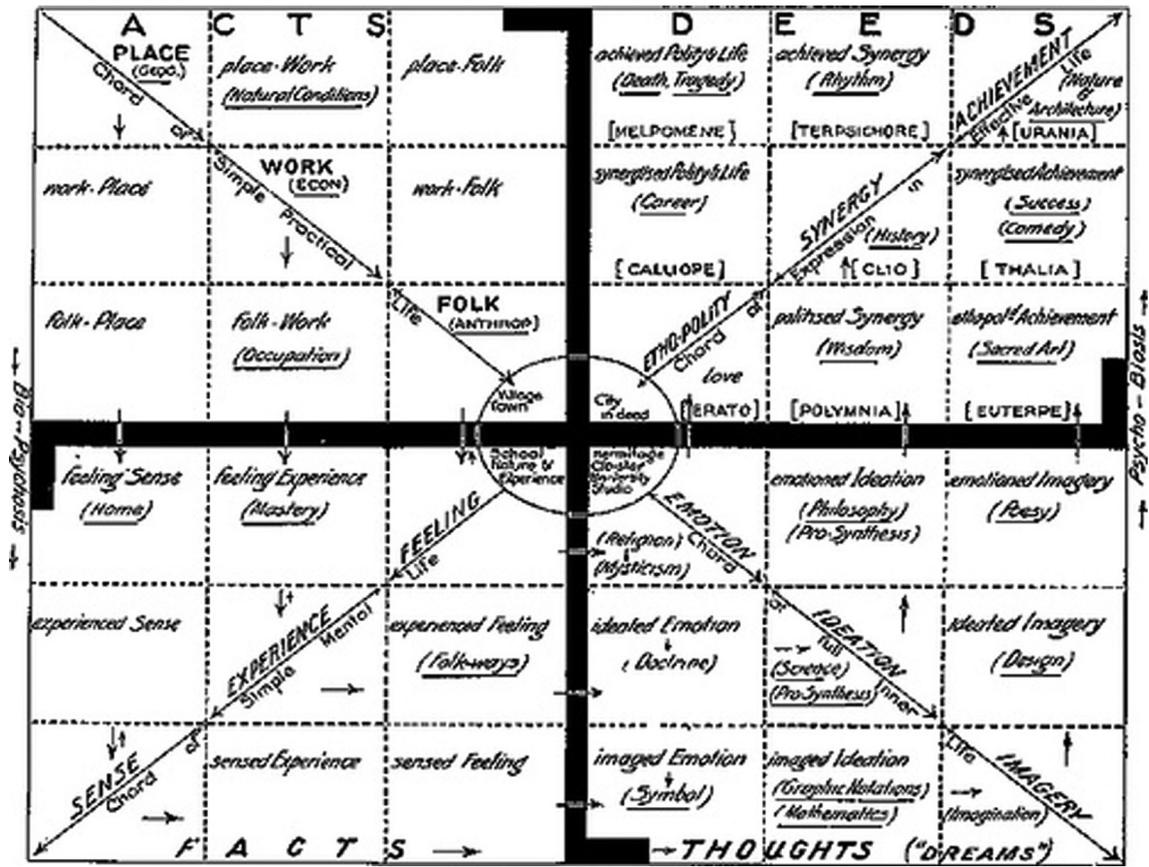
¹⁴ Saint-Simon (1760–1825) foi um filósofo e economista francês, e um dos fundadores do Socialismo moderno seguindo uma visão mais Utópica. Defensor da igualdade, da fraternidade e da liberdade era seguidor do Cristianismo, e foi segundo os fundamentos cristãos que criou as bases da sociedade socialista.

¹⁵ Robert Owen (1771–1858) escocês, teceu fortes críticas ao Capitalismo e foi um dos fundadores do Socialismo e do Cooperativismo.

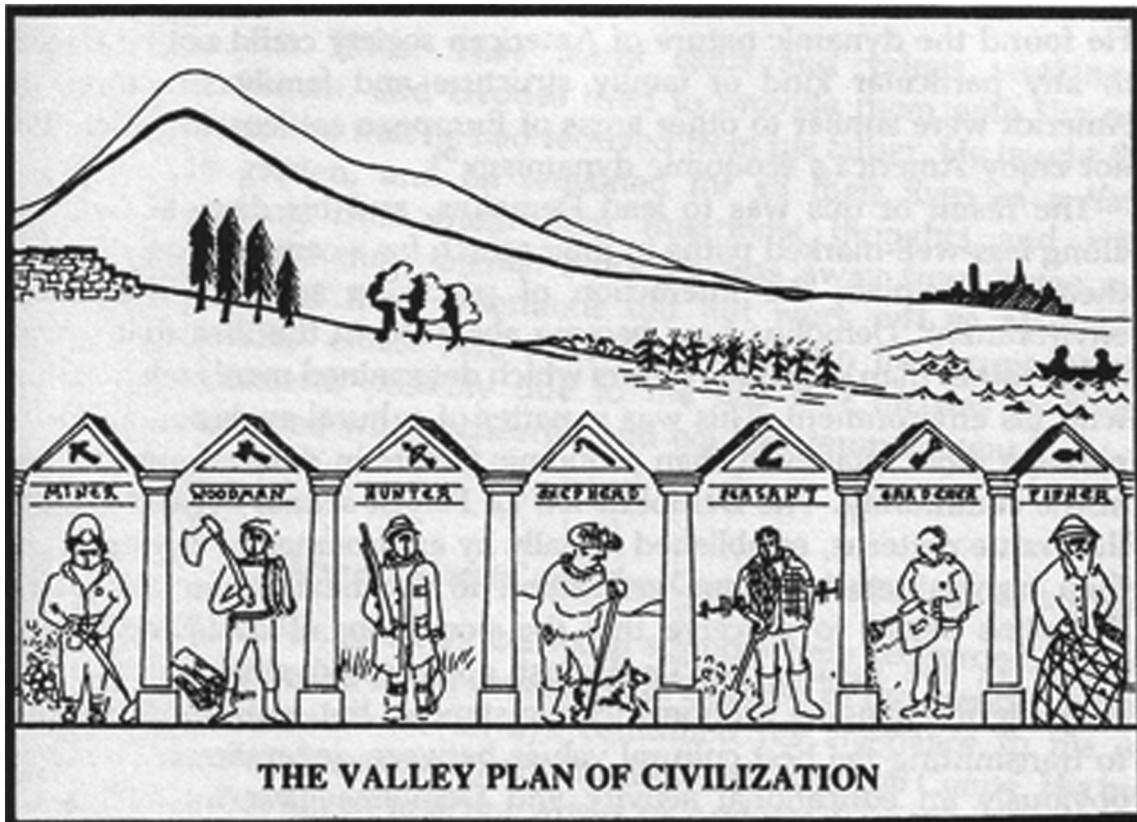
¹⁶ HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 108.

¹⁷ John Ruskin (1819–1900) crítico de arte e sociólogo, escreveu o ensaio *“Unto this last”* publicado em 1860, no qual estava patente uma forte crítica ao capitalismo como um sistema que se desligou das motivações e desejos humanos.

¹⁸ William Morris (1834–1896) designer têxtil e escritor. O seu interesse pela Arquitetura aliado à influência recebida pelo seu ensaio *“The Nature of Gothic”* de John Ruskin, tiveram um papel fundamental na sua abordagem ao Socialismo orientação política também justificada pelo seu intuito em proteger o ambiente da industrialização e consequente poluição.



3 | "Civics: as Applied Sociology" de Patrick Geddes, 1904.



4 | "Valley Section" de Patrick Geddes, 1905.

1.1.1 | Utopias e realidades do século XX

“(…) todos os países fundadores do urbanismo, pelas suas práticas e pelo seu pensamento, nomeadamente Haussmann, Cerdà, Sitte, Howard e, claro, Le Corbusier, foram impelidos, apesar das diferenças que os distinguem, por esta mesma preocupação de adaptação das cidades à sociedade industrial.”¹⁹

Independentemente de pertencerem, ou não, ao universo do urbanismo e da arquitectura, muitas foram as personagens que se pronunciaram na questão da cidade e do habitat. O início do século XX apresentou-se pleno de teorias aparentemente utópicas mas que, como sabemos hoje, se revelaram ao mundo como premissas inspiradoras e viáveis.

Por um lado surge Patrick Geddes²⁰, revelando sentimentos de repulsa relativamente à massificação industrial e a relação consequente com o habitat. Interessado por *“um modo mais socializante de encarar as disciplinas da Arquitectura e do planeamento urbano”*²¹ decidiu habitar o centro de Edimburgo *“enfrentando e manipulando a imundície, a superlotação e a desordem”*²² que se vivia na cidade dos finais do século XIX. Demonstrava-se entusiasta e defensor de que a população poderia, ela própria, melhorar o ambiente em que vivia²³ minimizando os problemas inerente aquele contexto sócio-habitacional²⁴, elevando assim a importância da relação da comunidade com o habitat.

Contudo, foi nas viagens que fez à Índia que Geddes desenvolveu o conceito de *cirurgia conservadora* que defendeu e teorizou nas suas obras.²⁵ Os seus métodos e pensamentos relativamente à *“recuperação urbana”*²⁶ eram inovadores mas a crítica considerava-os controversos e discordava com tais conclusões. Estávamos no ano de 1918 e, embora agora saibamos que antecipara, em meio

¹⁹ ASCHER, François – *Novos princípios do urbanismo*. pp. 29-30.

²⁰ Sir Patrick Geddes (1854–1932) foi um filósofo e biologista escocês, conhecido pelas suas teorias relativamente ao planeamento urbano e à educação.

²¹ BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 44

²² HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 288

²³ Em Edimburgo o escocês persuadiu alguns moradores a melhorar o seu *habitat* (limpeza das ruas, caiação das paredes e jardinagem) chegando mesmo a acreditar que *algo poderia ser feito para melhorar o ambiente onde viviam*. Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 288.

²⁴ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 287.

²⁵ *Ibidem* p. 289.

²⁶ *Idem*.



5 | Letchworth, *Cidade-Jardim* projectada por Sir Raymond Unwin e Barry Parker.

século, as premissas do planeamento urbano inspirando Giancarlo De Carlo²⁷, entre outros, Geddes seria desacreditado e as suas filosofias ignoradas.²⁸ Geddes escrevia que:

*“O Movimento do Planeamento Urbano é, de um lado, a revolta do lavrador e do jardineiro, como do outro é a do cidadão, unidos todos pelo geógrafo contra a dominação do engenheiro. Só quando as energias mecânicas do engenheiro forem postas em harmonia com todos os demais aspectos da cidade, e umas e outros se congregarem a serviço da vida, é que, de gigante desajeitado, poderá ele transformar-se em Hércules prestativo.”*²⁹

Por outro lado, também nos finais do século XIX irromperam personagens como Ebenezer Howard³⁰ que, não tendo formação em urbanismo ou arquitectura, defendeu o seu conceito de cidade como uma possível resposta ao problema do habitat. Seguidor do pensamento utópico inglês, Howard acreditava que a sociedade se podia modificar e melhorar³¹ e no seguimento dessa reflexão desenvolveu uma visão urbanística, assente nas muitas teorias Socialistas já elaboradas³², onde sustentava a criação de uma conurbação na periferia das principais cidades, *“combinando o que havia de melhor em matéria de cidade e campo num novo tipo de instalação, a cidade-campo.”*³³

Apesar de muitos refutarem as suas intenções arguindo que o intento de Howard seria o de *“confinar as pessoas em cidadezinhas isoladas em pleno campo”*, este pensador inglês defendia que estas *cidade-jardim*³⁴ *“eram meros veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma*

²⁷ Giancarlo De Carlo (1919–2005) foi um arquitecto italiano. Membro do Team X criou um periódico chamado *Spazio e Società* onde postava as suas teorias pós-modernistas.

²⁸ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 293.

²⁹ *Apud*: HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 286.

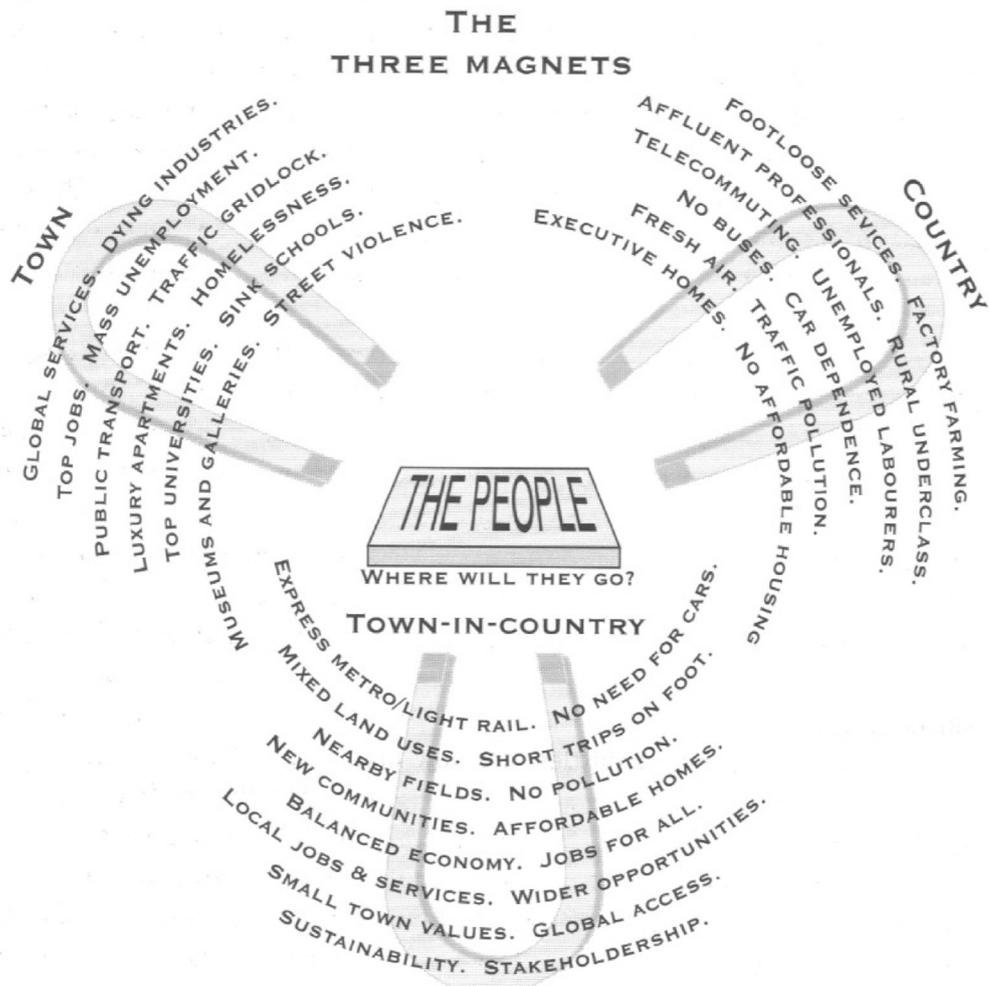
³⁰ Ebenezer Howard (1850–1928) foi um urbanista inglês, pensador eclético que teorizou e criou as ideias gerais do conceito *Cidade-Jardim*.

³¹ Cf. Robert Fishman – *Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*. p. 41.

³² Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. pp. 106-108.

³³ HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 109.

³⁴ *Cidade-Jardim* é um modelo de cidade que procura oferecer o melhor do ambiente provinciano com a oferta de trabalho e vida social das maiores cidades. Construída sobre os pilares da Liberdade e Cooperação a cidade-jardim crescia até atingir o limite populacional estipulado. Nessa altura cresceria outra cidade-jardim relativamente perto sendo a conexão entre ambas feitas por um rápido sistema de transporte. Assim, com o tempo o projecto expandir-se-ia infinitamente conseguindo responder às necessidades da vasta população. Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 109.



6 | "The Three Magnets" de Ebenezer Howard, 1898.



7 | Imagem de propaganda à Ciudad Lineal.

*infinidade de comunidades cooperativas” sonhando com “comunidades constituídas por vontade própria e autogovernadas.”*³⁵

Inspirado por anteriores pensadores Socialistas e apoiado pelos seus contemporâneos³⁶, Howard desenvolveu um diagrama a que chamou *The Three Magnets*. Este justificava a criação da *cidade-jardim* como o elemento que faltava para estabelecer a harmonia entre o Homem e a natureza. O novo *íman* atrairia a população pela sua política de equilíbrio social, equilíbrio esse que se vinha a degradar e a criar descontentamento pelas condições de urbanidade desumanas das camadas populares residentes nas cidades inglesas do século XIX.

A *cidade-jardim* foi um exercício de notável visão uma vez que ainda hoje surpreende pela sua modernidade. Howard havia planeado esta “*cidade social*”³⁷ de maneira a que se auto-sustentasse e auto-governasse, dotando-a de um esquema de financiamento fornecido pelos municípios ou mesmo por empresas, dirigindo assim a sua própria economia. A formalização destas teorias de cariz *culturalista*, viria a acontecer com o nascimento da Gardens City Association e no seguinte projecto dos arquitetos Unwin³⁸ e Parker³⁹ em Letchworth.

No entanto, outras visões do conceito de *cidade-jardim* eram idealizadas e construídas um pouco por toda a Europa apresentando resultados totalmente díspares dos do conceito howardiano.⁴⁰

No caso de Espanha, havia já surgido um conceito de cidade – *La Ciudad Lineal*⁴¹ – que se estruturava segundo um conceito claramente *progressista* visando a construção de bairros lineares capazes de ligar cidades entre si. Apesar de se demonstrar pouco viável, desenvolveu conceitos de urbanismo que viriam a inspirar arquitectos como Le Corbusier⁴². A *cidade linear* conectava-se à crescente

³⁵ *Ibidem* p. 103.

³⁶ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 106.

³⁷ HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 109.

³⁸ Sir Raymond Unwin (1863–1940) foi um influente e proeminente arquiteto Inglês conhecido, principalmente por este projeto.

³⁹ Barry Parker (1867–1947) conhecido pelas mesmas razões Sir Raymond Unwin uma vez que se associou a ele no projeto da primeira cidade-jardim em Letchworth. Desenvolveu ainda projetos no Brasil em que estão implícitas as mesmas premissas.

⁴⁰ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 131.

⁴¹ O Conceito de Cidade Linear é um modelo de cidade desenvolvido e divulgado em 1882 pelo Engenheiro espanhol Arturo Soria y Mata (1844–1920) experimentado e construído na periferia de Madrid entre 1884 e 1930.

⁴² Se por um lado Le Corbusier parece retirar inspiração de Ebenezer Howard para o projeto de housing destinado a albergar os trabalhadores industriais em Pessac (França), por outro parece recorrer aos ideais de Arturo Soria y Mata na medida em que todo o seu projeto *Ville Radieuse* se desenvolve em função do fluxo viário – premissa que fundamentou a ideia de Cidade Linear.



8 | Bairros Siemensstadt.



9 | Cartaz que anunciava o fim dos CIAM no encontro de Otterlo em 1959.

Em Cima: Peter e Alison Smithson, John Voelcker, Jaap Bakema, e Sandy van Ginkel.

Em Baixo: Aldo van Eyck e Blanche Lemco.

importância do fluxo viário pela sua acessibilidade linear⁴³ e no seu intuito inicial foi desenhada para dar resposta ao crescente número de operários da cidade nunca tendo passado de “*um subúrbio-dormitório urbanizado*”⁴⁴.

Também como resposta ao problema da sobrelotação e necessidade de garantir boa e infraestruturada habitação aos operários surgem, mais tarde, nas décadas de 20 e 30 na Alemanha, os *Siedlungen*⁴⁵.

Ernst May⁴⁶ juntamente com Martin Wagner⁴⁷ desenvolveram o projecto para *Siemensstadt*⁴⁸ que surge como uma solução arquitectónica e urbanística bem sucedida por não só garantir aos moradores habitação de qualidade como um habitat de excelente vivência pelo seu espaço público⁴⁹.

Premissas como: garantir bairros e habitações suficientemente afastadas das grandes indústrias e dotadas das infraestruturas capazes de gerar boa qualidade de vida; a descentralização e municipalização dos encargos com a habitação social; o interesse por infraestruturas viárias e a importância da deslocação rápida de usuários; abrem as hostes e lançam-nos para a época da arquitectura moderna.

Estes estudos e vontades dos principais difusores de experiências urbanísticas do final do século XIX e inícios do século XX juntar-se-iam a novas premissas que seriam discutidas, definidas e difundidas ao longo dos vários CIAM⁵⁰ consagrando o *Estilo Internacional*⁵¹.

⁴³ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 131.

⁴⁴ HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 131.

⁴⁵ Entre as duas grandes guerras a Alemanha sofreu uma grande crise económica o que permitiu grandes experimentações no campo do urbanismo, da arquitectura e da habitação social. Frankfurt tornou-se um enorme campo de experimentação com a criação do modelo de *Siedlungen* (bairros) projectado por Ernst May entretanto encarregue de toda a construção municipal da cidade.

⁴⁶ Ernst May (1886–1970) comandou os projectos urbanísticos e arquitectónicos da Alemanha da República de Weimar. Trabalhou com Raymond Unwin no projecto da *cidade-jardim* de Letchworth e também em Hampstead e como tal foi fortemente influenciado pelo movimento *cidade-jardim*. Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 137

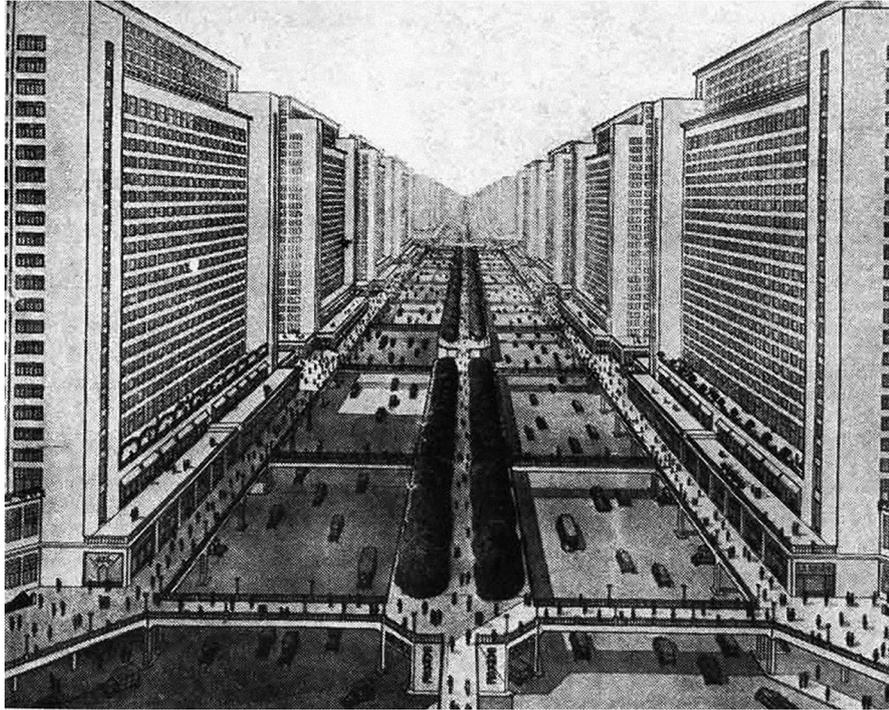
⁴⁷ Martin Wagner (1885–1957) é um arquitecto Alemão parceiro de Ernst May no projecto dos *Siedlungen* e forte impulsor da arquitectura moderna em Berlim.

⁴⁸ *Siemensstadt* tornou-se num local de peregrinação para qualquer arquitecto por contemplar obra das principais personagens da disciplina dos anos 20 como por exemplo, Walter Gropius – Walter Gropius (1883–1969) Arquitecto alemão fundador da escola Bauhaus sendo um dos grandes pioneiros da arquitectura moderna.

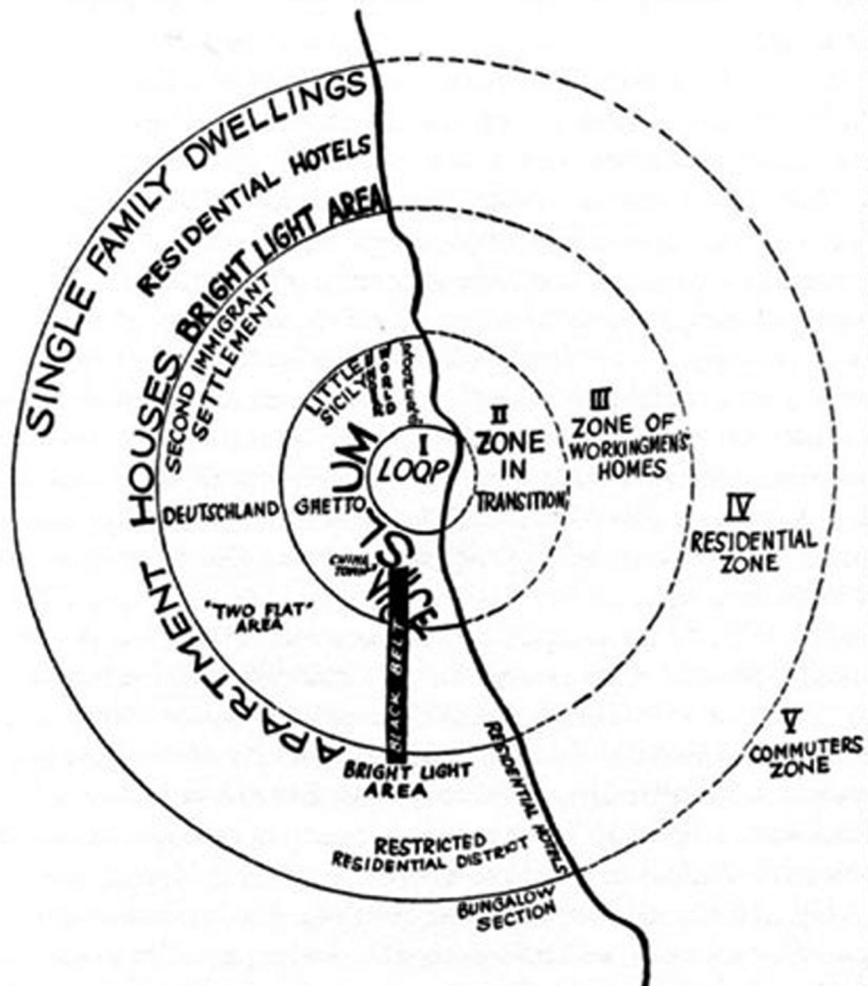
⁴⁹ Cf. Peter Hall – *Cidades do Amanhã*. p. 140.

⁵⁰ Os CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne) consistiam na reunião de alguns dos maiores arquitectos da época modernista sendo Le Corbusier um dos seus fundadores. Realizaram-se entre 1928 e 1959 e durante esse período defenderam o funcionalismo, o racionalismo e a clareza arquitectónica. Das suas discussões resultaram teorias que viriam a revolucionar o pensamento estético, cultural e social da época. Ditavam ainda que a solução para os problemas da arquitectura seria desenvolvida no âmbito do urbanismo.

⁵¹ Henry-Hussel Hitchcock e Philip Johnson apresentam-se em 1932 como curadores de uma exposição no MOMA intitulada *The International Style: Architecture from 1922* que visava exactamente difundir aquele que para eles era já um estilo, um padrão distinto da linguagem arquitectónica daquele período. “*Hoje nasceu um*



10 | "Ville Radiieuse" - a cidade Funcional de Le Corbusier, 1929.



11 | "The City" de Ernest Burgess, 1925.

Em 1933, no IV CIAM, foi escrita a *Carta de Planificação da Cidade* sobre o tema “*A Cidade funcional*”. Mais conhecida por *Carta de Atenas*⁵², nela o congresso sustentava que a cidade industrial comportava predominantemente quatro áreas e funções: residência, trabalho, descanso e circulação; e que estas deveriam estar dispostas segundo uma ordem lógica e rigidamente estruturada.

Esta fragmentação da organização espacial da cidade – *Zoning*⁵³ – já havia sido teorizada em 1923 por Ernest Burgess⁵⁴ e Robert Park⁵⁵ nos estudos desenvolvidos para a cidade de Chicago. Dava também seguimento às teorias de Ebenezer Howard juntando-se a outras variações das teorias de Arturo Soria y Mata, Ernst May, entre outros.

Na questão do urbanismo os CIAM geravam determinismos inflexíveis no planeamento e gestão urbana limitando as pessoas e dividindo-as por classes ou estereótipos. Esta segregação funcional e a standardização tipológica dos edifícios ou espaços públicos por zonas limitariam a vivência de cada habitante não promovendo a interacção social.

Fruto do segundo pós-guerra, a disciplina da arquitectura viu-se, mais uma vez, perante a necessidade de fazer uma nova leitura do ser humano e da sua construção social e cultural. A abordagem à questão do alojamento e principalmente à formulação de metodologias de planeamento urbano estava a mudar.

Era necessário expor a complexidade da vida urbana e, tal como Christopher Alexander⁵⁶, tentar encontrar uma relação entre a forma física dos espaços e a sua

estilo moderno... No tratamento dos problemas estruturais se aproxima ao gótico, enquanto que nas questões formais se assemelha ao classicismo. Distingue-se de ambos pela preeminência que concede ao estudo da função” In. MONTAGNER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 13.

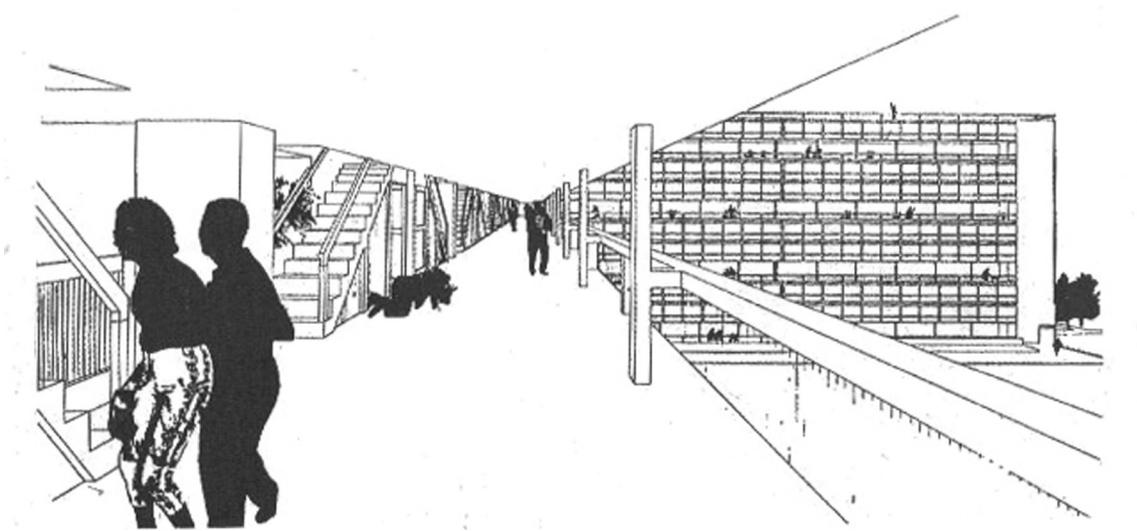
⁵² Apesar de ter sido escrita em 1933 aquando do CIAM IV, a *Carta de Atenas* apenas foi publicada em 1943. Escrita em 1933 aquando do CIAM IV, na *Carta de Atenas* estavam reunidas as premissas urbanas desenvolvidas segundo a visão modernista da qual Le Corbusier foi um dos principais intervenientes e difusores. Nela eram enunciados os preceitos do modelo de cidade imaginado por Le Corbusier – *Ville Radieuse* (VR) – que haviam resultado da crítica feita pelo mesmo autor a um outro projecto seu – *Ville Contemporaine* (VC). As duas diferiam principalmente no esquema de distribuição sendo que na VC a organização da cidade desenhava-se segundo uma disposição hierárquica e radial, enquanto que na VR não existiam classes mas zonas de funções distintas: zonas verdes, zonas habitacionais, zonas de circulação,...

⁵³ “O *Zoning* é definido como a tendência da cidade a dispor-se por bairros concêntricos em volta de um bairro central de negócios ou em volta de um bairro de tipo direccional.” In. ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. p. 88

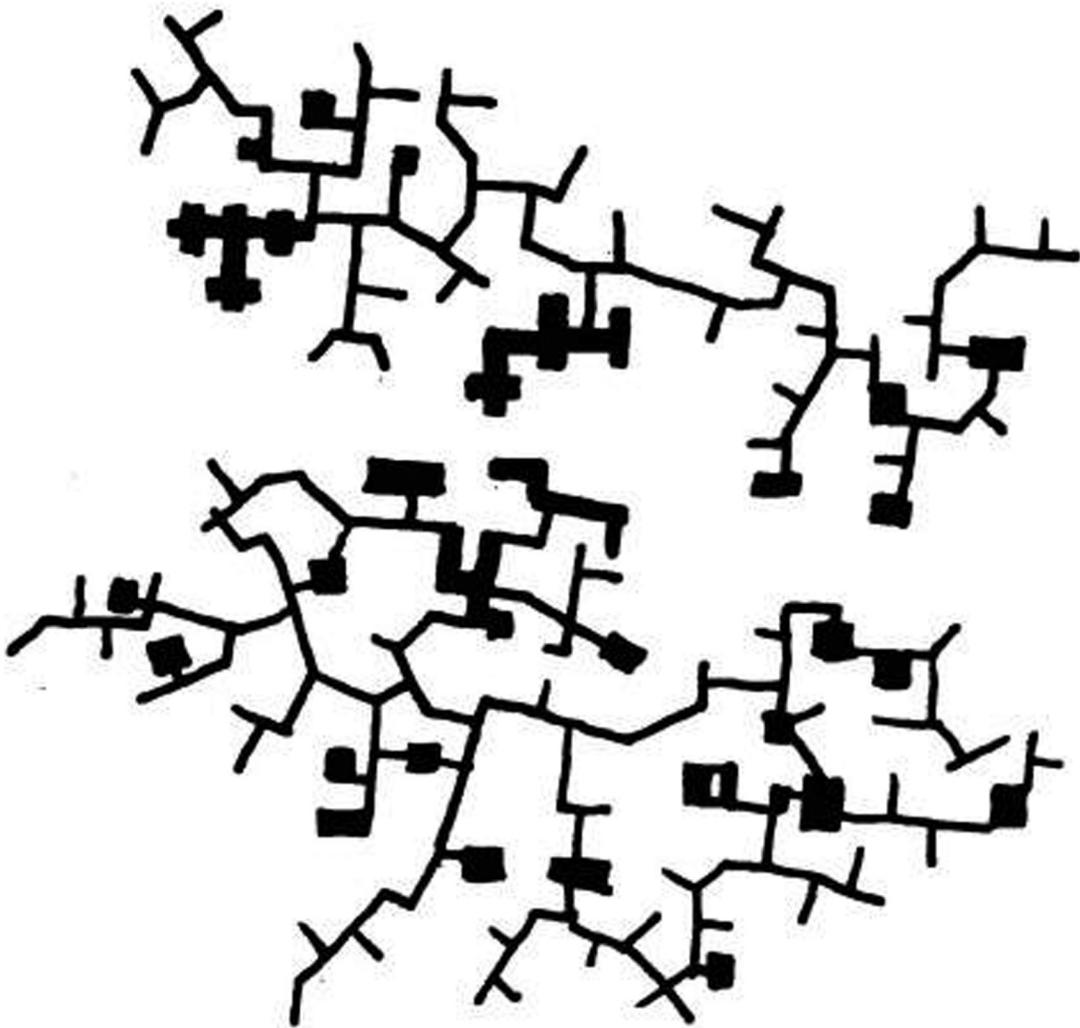
⁵⁴ Ernest Burgess (1886–1966) foi um importante sociólogo americano conhecido por escrever “*Introduction to the Science of Sociology*” e por fazer parte da equipa que fundou *The Chicago School* especializada no ensino de sociologia urbana.

⁵⁵ Robert Park (1864–1944) foi um sociólogo norte-americano que também fez parte da equipa que criou e fundou *The Chicago School*.

⁵⁶ Christopher Alexander (1936–) de origem austríaca, é urbanista, matemático e arquitecto. Publicou em 1964 um ensaio intitulado *Notes on the synthesis of form*, “através do qual formulava uma grelha de



12 | “Golden Lane Housing” de Alison e Peter Smithson. Desenho de uma rua elevada, 1953.



13 | “Cluster City” de Alison e Peter Smithson, 1952.

função sem ignorar, no entanto, as necessidades sociais, espaciais e psicológicas dos habitantes⁵⁷, evitando uma degradação social.

Sem a cooperação dos mestres fundadores, mas com a aceitação de Le Corbusier⁵⁸, era dada continuidade à experiência modernista que, no décimo CIAM⁵⁹ já sob orientação do TEAM X⁶⁰, defendia uma arquitectura que reflectisse e promovesse índole de *identidade*, advogando modelos sociais e culturais tais como o de associação, de vizinhança⁶¹, de bairro – no fundo os conceitos de *The Building as a street* ou de *Cluster*⁶² que viriam a ser os alicerces de projectos como por exemplo, *Golden Lane Housing*, *Cluster City* ou *The Economist Building*, de Alison e Peter Smithson⁶³.

O TEAM X não revogava a importância do Movimento Moderno, muito menos fazia um corte profundo com as premissas desenvolvidas. Defendia sim, uma continuidade no método de raciocinar, de afrontar a resolução dos problemas, de projectar; e defendia mais do que isso. Defendia uma metodologia aproximada à do mundo da ciência na medida em que se estudavam os casos individualmente,

possibilidades de adequação entre forma e função, recorrendo a processos matemáticos e a um amplo e sofisticado rol de referências que percorria os saberes específicos da própria Arquitectura, da Arqueologia, da Psicologia, da Sociologia e, em menor escala, da Antropologia.” In. BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 22.

⁵⁷ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 30.

⁵⁸ Segundo as palavras de Kenneth Frampton, “Le Corbusier, com a sua habitual agudez de espírito, aceita de bom grado esta sucessão, escrevendo na altura: «aqueles que têm quarenta anos e que nasceram por volta de 1916, durante as guerras e as revoluções, e aqueles que têm vinte e cinco anos, nascidos cerca de 1930, durante os preparativos para uma nova guerra e durante uma profunda crise económica, social e política, e que se encontram no centro das atenções do nosso tempo, são os únicos capazes de compreender de um modo pessoal e profundo os problemas actuais, os objectivos a atingir, os meios para os alcançar, a patética urgência da situação presente...Os seus predecessores não se encontram já sob o impacto directo desta situação»” Apud: BENEVOLO, Leonardo – *O ultimo capítulo da arquitectura moderna*. p. 16.

⁵⁹ Nos últimos congressos – o de 1953 em Aix-en-Provence (França) e o de 1956 em Dubrovnik (Jugoslávia) – que o final dos CIAM era premeditado. A massificação dos encontros cansou os mestres que viam os congressos atolados de jovens profissionais e estudantes de arquitectura. Coube ao TEAM X garantir uma certa continuidade do debate arquitectónico pois a vontade de, com a arquitetura resolver os problemas sócio-espaciais da urbe não se tinha dissipado. Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 30.

⁶⁰ Composto principalmente pelos jovens arquitetos Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, Jacob Bakema, George Candilis, Shadrach Woods, John Voelcker, William Howell e R. Gutmann; o TEAM X provocou a ruptura dos CIAM quando colocou em cima da mesa o tema *Identidade* e sua investigação segundo os princípios estruturais do crescimento urbano numa crítica ao formalismo da *Carta de Atenas*.

⁶¹ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 30.

⁶² “O «edifício como rua» ou a «rua como edifício» é o modelo formal, e o conceito de cluster é o dispositivo urbano que tenta a conciliação mobilidade/comunidade. Trata-se de fazer fluir a arquitectura («o edifício como rua») ou o urbanismo para a arquitectura («a rua como edifício»), e gerar um continuidade conceptual que responda às necessidades da grande e da pequena escala («mobilidade» e «comunidade», respectivamente).Factor determinante para gerar o sentimento de «comunidade» é a legibilidade da arquitectura.” In. FERREIRA, Jorge Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80*. pp. 56-57.

⁶³ Alison Smithson (1928–1993) e Peter Smithson (1923–2003) formavam o mais influente e controverso casal de arquitectos Britânicos cujos textos são os que possuem um carácter mais doutrinário e nisso se insiste, entre outros conceitos, na ideia de comunidade, cujo objectivo é a aproximação à comunidade, suas necessidades gostos e aspirações. In. MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 32.



14 | Jane Jacobs.

pois já se tinham apercebido de que a crise da habitação, como tantas outras, não se resolvia com suposições universais ou teorias funcionalistas mas sim, com uma abordagem mais especificada e individualizada sobre os aspectos únicos de cada local.⁶⁴

Durante a década de sessenta, o campo disciplinar da arquitectura cede *“face à debilitação do racionalismo enquanto cânone”*⁶⁵ e, conseqüentemente, dá lugar a uma nova retórica baseada em factores interiores e exteriores ao universo da arquitectura. Aos últimos CIAM e ao TEAM X juntaram-se as críticas exteriores que visavam *“a denúncia e a superação do esquematismo e limitações da cidade genericamente projectada como «moderna».”*⁶⁶

Neste sentido, é importante mencionar o livro *Death and Life of Great American Cities* (1961) de Jane Jacobs⁶⁷, no qual a autora se debruça *“sobre o impacto da «sociedade de massas» no êxodo dos centros urbanos e na desestruturação das comunidades enraizadas nas grandes cidades americanas (...)”*⁶⁸

Factores como o *zoning* e os edifícios de grande escala na resposta a uma forte especulação fundiária, levaram os habitantes a procurar a qualidade de vida do campo. A sobrelotação das cidades influenciava as premissas dos projectistas modernos e, conseqüentemente, justificava o êxodo citadino para os recentes pólos suburbanos.

O simbolismo e metáfora imposta nestes planos urbanísticos aproximaram a prática da arquitectura e do urbanismo da especulação financeira, apostando na massificação da habitação, dando origem a habitações para todos mas para ninguém, a bairros e cidades semelhantes e sem essência, pouco propícias à interacção social.

“Sua meta era criar cidadezinhas auto-suficientes, cidades realmente muito agradáveis se os moradores fossem dóceis, não tivessem projetos de vida próprios

⁶⁴ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 31.

⁶⁵ FERREIRA, Jorge Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80*. p. 83.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 84.

⁶⁷ Jane Jacobs (1916–2006) foi uma influente escritora e ativista política que criticou fortemente os planeadores e todos os princípios modernos que conduziram à criação dos subúrbios.

⁶⁸ GRANDE, Nuno – *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 178.

e não se incomodassem em levar a vida em meio a pessoas sem projetos de vida próprios."⁶⁹

Jane Jacobs criticava o conceito de *cidade-jardim* tal como outras propostas de vivência urbana sem alma própria e defendia a espontaneidade no desenho e na construção dos bairros pois, não acreditava que planos abstractos e paternalistas pudessem garantir a coesão social, o bem-estar do habitante e um forte sentido de comunidade e vizinhança.

É neste ambiente de crítica ao trabalho teórico e prático exercido pelos planeadores, bem como de indefinição do seu papel, e num contexto de estimulante ansiedade por trabalhar para o povo, que surge o *advocacy planning*⁷⁰.

Este conceito visava uma arquitectura mais democrática e liberal, mais pluralista, projectada não numa escala de masterplan mas sim numa que se aproximasse à do morador, respeitando-o.

O conceito do *advocacy planning* propendia para os direitos do morador por garantir o apoio "*às populações em luta por melhores condições de habitação e de vida.*"⁷¹ Sustentava uma prática da arquitectura e do planeamento mais aberta à participação no sentido em que o arquitecto tornar-se-ia como que um advogado, defendendo as vontades e determinações dos habitantes.

⁶⁹ JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. p. 17.

⁷⁰ O termo *Advocacy Planning* surge no artigo *Advocacy and pluralism in planning* da autoria de Paul Davidoff (1930–1984).

⁷¹ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 22.



15 | Alison e Peter Smithson.

1.1.2 | O debate urbano na Europa do pós-guerra

“O Movimento Moderno iniciou-se na segunda década do nosso século com o intento de superar as discriminações resultantes da gestão urbana tradicional e de interpretar objectivamente, através da investigação científica, as necessidades de todos os cidadãos.”⁷²

Apesar desta afirmação de Leonardo Benevolo, o campo disciplinar da arquitectura e do urbanismo teria de se expandir e de demonstrar uma atitude mais interveniente socialmente, de forma a combater a desilusão que se vinha a fazer sentir perante os regimes tecnocratas de toda a Europa e que resultava numa sociedade pouco interveniente e mecanizada.

O ambiente pós-guerra que se vivia e a franca melhoria das condições económicas dos países de regime liberal permitiram a transformação da imagem de cidade até ali defendida pelo Movimento Moderno. Com a crise do Movimento estavam reunidas as condições para implementar e sustentar novas ideologias, alterando a sociedade já exaltada contra o significado da cultura modernista e contra o tipo de vivência que a cidade funcionalista poderia oferecer.

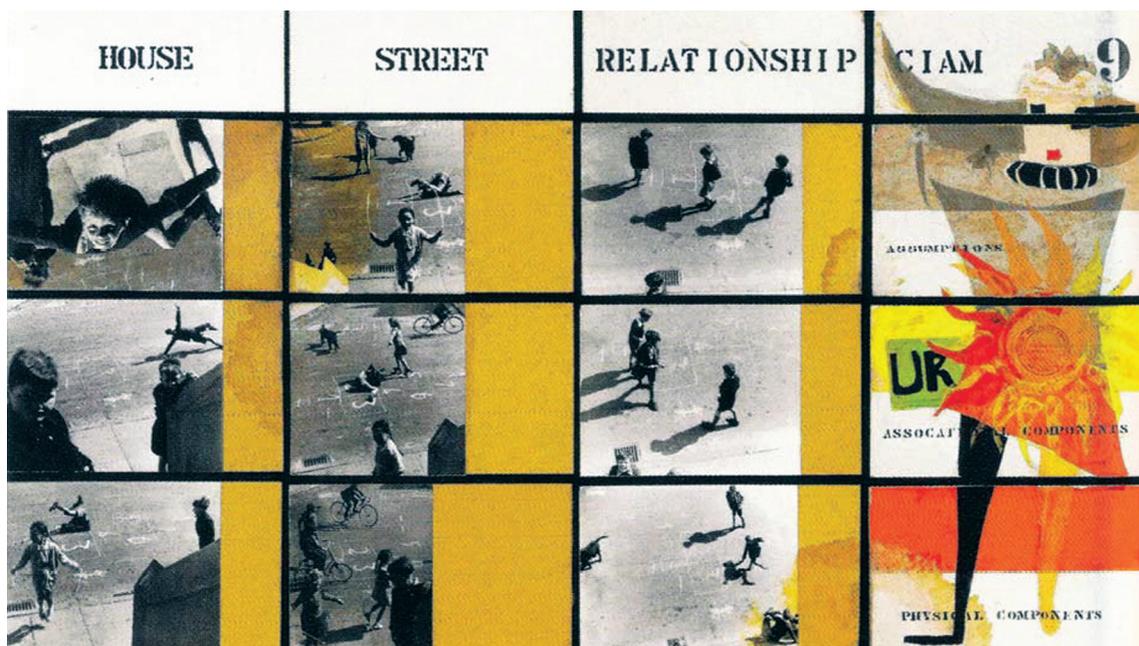
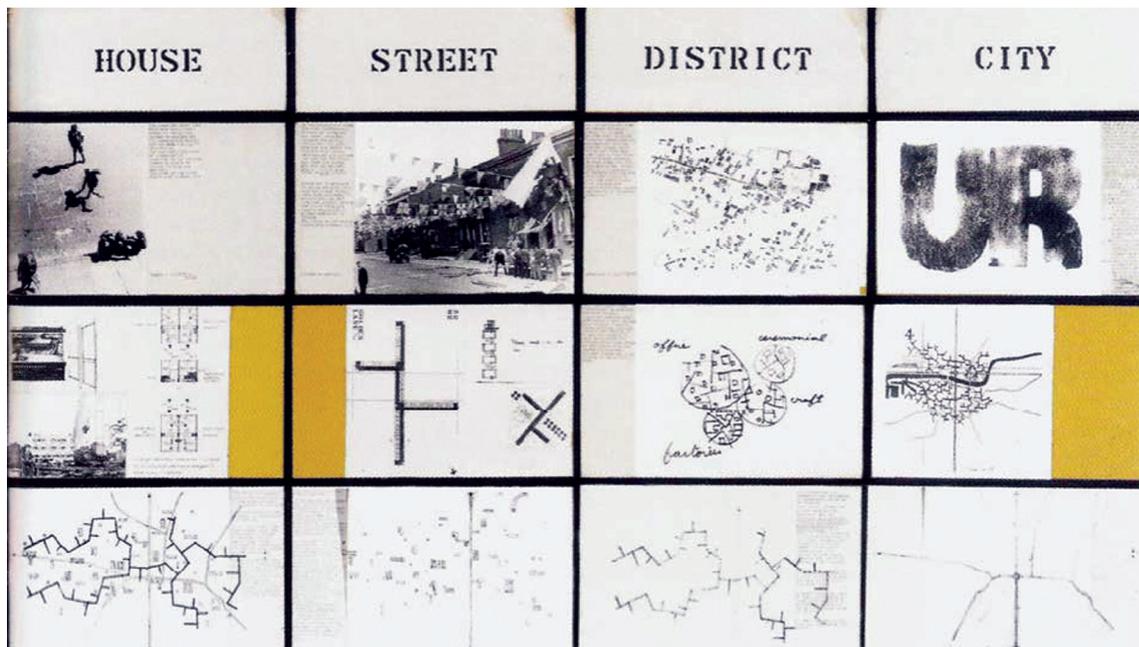
“ «Ajudar a sociedade a conseguir seus objectivos, fazer a vida em comunidade o mais rica possível, aspirar à presente utopia» ”⁷³

Na luta contra a cidade estéril e desprovida de espírito comunitário, o TEAM X promove, como já foi referido, o conceito de *identidade* mas também a vivência da cidade, fomentando a interacção social e a utilização do espaço público de forma a despertar uma consciência comunitária no usuário evitando o seu isolamento.

No entanto, seria nas contribuições teóricas dos Smithson que muitas das ideias desenvolvidas no seio do TEAM X viriam a ser publicadas e como tal ganhariam a consistência e vitalidade para fundamentar a revisão de grande parte das ideologias do urbanismo racionalista desenvolvido durante o Movimento Moderno.

⁷² BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 137.

⁷³ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 32.



16 | "Urban Re-Identification" Fotografias de Nigel Henderson e desenhos dos painéis de Alison & Peter Smithson de Golden Lane Housing e da Cluster City, 1953.

Uma dessas importantes contribuições foi o texto *Urban Structuring* publicado em 1967 pelos Smithson onde se expunha a necessidade e importância das várias disciplinas presentes no âmbito das ciências sociais a ter em conta nas futuras intervenções urbanas. Conceitos como o de *associação, identidade, crescimento, cluster* e *mobilidade* foram as premissas que resultaram deste texto que, em 1967, reunia noções das quais se falava já desde o CIAM de Dubovnik.⁷⁴

O conceito *Cluster* foi aquele que, no fundo, conseguiu reunir todos os outros conceitos atribuindo ao urbanismo novas metodologias, novas imagens e novas formas específicas de habitar que resultassem em modos de vida únicos para cada projecto.⁷⁵

A lógica no *Urban Structuring* era, então, a de atribuir um novo humanismo à prática da arquitectura não só pela abertura às ciências sócias mas também pelo entendimento de que o *habitat*⁷⁶ é um lugar pleno em manifestações humanas que prima pela individualidade garantida pelas trocas sociais mas também pelas sensações que os edifícios provocariam nos habitantes.

Na procura de relações totalmente antagónicas às que eram construídas, por exemplo, nas *New Towns* ou em outros projectos de massas habitacionais, o casal Smithson e consequentemente o TEAM X procurava a inserção de conceitos mais humanistas, que aproximassem o projecto do individuo e vice-versa. Essa relação pode ser encontrada especificamente em projectos como o *The Economist*⁷⁷ mas também através de outros conceitos repescados do passado, como o *The building as a street* que deu origem a outras influentes obras.

The building as a street surge no âmbito do Movimento Moderno como uma das maiores metáforas, sustentando projectos como os de Le Corbusier para o Rio de Janeiro e para o Plano Obus em Argel. Seguindo o mesmo princípio mas adaptando o conceito a uma escala mais humana, mais próxima do habitante e das

⁷⁴ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 75.

⁷⁵ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 76.

⁷⁶ O termo *Habitat* vem substituir termos como *logis, machine à habiter, logement minimum, fonction d'habiter*, que haviam sido utilizado ao longo de toda a época do Movimento Moderno. *'Habitat'* era, assim, uma palavra usada pelos franceses que significava não só a habitação em si, mas que também ponderavam o contexto social, cultural e geográfico. Estas considerações pelo “local” e pela “região” entravam em conflito com os ideais dos mais radicais intervenientes no Movimento Moderno que defendiam propostas internacionais que fossem aplicadas em qualquer contexto. Cf. Monique Eleb – *An Alternative to Functionalism: Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. pp. 55-56.

⁷⁷ O conjunto *The Economist* (1959–1964) é um projeto de Alison e Peter Smithson onde se partiu do conceito de acabar com a autonomia do edifício perante a envolvente e, neste caso específico de três edifícios distintos formalmente, criar um espaço urbano exterior que fosse tratado com o intuito de garantir a circulação e a reunião dos habitantes e que, por isso, fosse eu sitio onde pudessem encontrar a tal *identidade*.

preocupações urbanas da conjuntura nos anos cinquenta, o casal Smithson concorre ao *Golden Lane Housing Competition*, em 1952, no qual se pedia uma proposta para a reconstrução da cidade naquele período pós-guerra. Alison e Peter Smithson tentam com este projecto juntar à prevista alta “*densidade habitacional e urbana*”⁷⁸, interações não só entre as pessoas mas também entre as pessoas e a rua, sendo a rua o próprio edifício.

Pela revitalização da vida urbana e na oferta de situações que provocassem no habitante o já mencionado sentimento de *identidade*, o projecto era composto, não só por habitação mas também pelo recurso a percursos, largas plataformas, jardins para a comunidade, e ruas cobertas “*com o propósito de oferecer o mesmo tipo de padrão orgânico que uma outra qualquer rua tradicional*”.⁷⁹

A rua criada neste projecto apresentava um dinamismo único em prol de uma forte interação social não só garantida pelos serviços mas também pelos espaços de lazer distribuídos pelos vários andares. O casal Smithson diz mesmo que: “*fora da habitação é o primeiro ponto de contacto das crianças, onde aprendem pela primeira vez sobre o mundo exterior. E assim percorrem nessas ruas as actividades adultas essenciais ao quotidiano – compras, limpar o carro, reparar bicicletas, mandar cartas*”⁸⁰

É no encontro em Dubrovnik que, recorrendo à mesma ordem de pensamento, Aldo van Eyck⁸¹ apresenta a *Lost Identity Grid* na qual expunha a relação das crianças com a cidade seguindo o paradigma apresentado pelo casal Smithson – *Urban Re-identification grid*.

O projecto *playground*⁸² integrava-se nos ideais do TEAM X mas atribuía às crianças o protagonismo na vivência do espaço urbano e, como tal, defendia a cidade com o um enorme recreio no qual propunha a interdisciplinaridade e a

⁷⁸ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 22.

⁷⁹ BRETT, Ana Alexandra de Oliveira – *Complexities of street life : teorias urbanas de Alison e Peter Smithson 1950-1964*. p. 91.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ Aldo van Eyck (1918–1999) Holandês, foi o arquiteto *mais inovador e iconoclasta* que integrou o grupo Team X tornando-se um dos elementos que mais contribuíram para a crítica das teorias modernistas dedicando-se a reformar o pensamento moderno explorando conceitos arquitectónicos que mais se aproximassem da escala humana exaltando a importância da comunidade no entendimento e construção da cidade.

⁸² Aldo van Eyck projetou, para a cidade de Amesterdão, cerca de 730 parques infantis entre 1947 e 1978. Os projetos ficaram conhecidos, não só pelo seu número ou pela presença na cidade mas também pelo seu poder de reestruturação urbana uma vez que além de melhorarem espaços degradados ou inúteis, integrava elementos pré-existentes da cidade. Tal como Jane Jacobs, também Sigfried Giedion (1888–1968) elogiava os projetos pela sua contribuição na vivência da urbe. Dizia “*têm apenas de nos oferecer a oportunidade e nós, o público, que somos um tipo de crianças, saberemos usá-lo*” Apud: SADLER, Simon - *The Situationist City*. p. 29.



17 | "Playgrounds" de Aldo van Eyck. Antes e depois.

participação do habitante enaltecendo a importância da associação humana e da identidade. Mais do que espaços com equipamentos de diversão dedicados às crianças, estes sítios rejuvenesciam dos outrora becos e vazios urbanos transformando-se em elementos urbanos de qualidade, garantindo a interação social e o bom ambiente nos espaços da cidade.

“The hemispherical jungle gym was not just something to climb. It was a place to talk and a lookout post. Covered with a rug, it became a hut.”⁸³

Numa das suas muitas análises a planeamentos urbanísticos, Jane Jacobs mostrava-se a favor destas intervenções, do tipo *acupuncture urbana*, apenas se estes *playgrounds* se mantivessem junto das ruas movimentadas e à vista de uma sociedade civilizada. Acrescentava ainda, que pontilhar com *playgrounds* grandes extensões de parques verdes, ou construir *playgrounds* no meio dos grandes quarteirões habitacionais, e como tal, distantes de olhares responsáveis da sociedade, rapidamente faria com que estes entrassem em decadência ou que se transformassem em antros de delinquência e como tal, inseguros.⁸⁴

“Tenho insistido nisso porque a minha intenção é demonstrar, por meio do problema de mais fácil compreensão, a absoluta falta de sentido de fantasia de que os «playgrounds» e os parques sejam locais naturalmente bons para as crianças e as ruas sejam locais naturalmente maus para elas.”⁸⁵

No entanto, a Europa revelava uma acentuada dicotomia relativamente às premissas utilizadas no campo da arquitectura e urbanismo. Se o norte do continente se debruçou na pesquisa e prática na arquitectura mais atenta ao espaço público e social (como pudemos ver nas intervenções do casal Smithson, Aldo van Eyck), por sua vez o sul pendeu para uma vertente mais historicista, isto é, mais próxima dos arquétipos da cidade histórica. Assim, apesar de assentes na mesma base temática, estes dois pólos ideológicos criados pela *Internationale*

⁸³ BERGEN, Marina van den - *Playgrounds by Aldo van Eyck*.

⁸⁴ Cf. Jane Jacobs - *Morte e vida de grandes cidades*. pp. 83-86.

⁸⁵ JACOBS, Jane - *Morte e vida de grandes cidades*. p. 88.

*Situationniste*⁸⁶ divergiam, desencadeando distintos resultados na disciplina e prática da arquitectura.

*“However diverse was the architecture that these practitioners and theorists envisioned or built, they were united in their conviction that neither the modern movement, as it had been codified, nor the International Style, as it was being codified, were idioms that sufficiently responded to the character and circumstances of postwar society and culture.”*⁸⁷

Perante um intenso cenário de guerras e obviamente atentos e influenciados pelas repercussões de tão atribulado momento da história da Europa⁸⁸, muitos foram os arquitectos que optaram por uma metodologia interventiva cujo produto, acima de tudo, surtisse uma continuidade no tempo e no lugar ou invés de uma ruptura formal e histórica com a envolvente e que, acima de tudo, respeitasse o individualismo ao invés da massificação praticada até então. Seria essa mesma carga histórica presente nos monumentos das cidades que alertaria os arquitectos para o poder destes edifícios, de todo o seu simbolismo, e da necessidade de se preservarem com o passar do tempo.⁸⁹

*“The desire of the postwar architects and theorists to situate architecture in space and time emerged in part out of their disaffection with the technological imagery that dominated the monuments of early modernism.”*⁹⁰

⁸⁶ *Internationale Situationniste* foi um movimento de carácter político, social e artístico que marcou o pensamento internacional da Europa e que desencadeou as maiores agitações e revolução por todo o continente alterando alguns paradigmas sociais e políticos.

⁸⁷ GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 14.

⁸⁸ Houve três eventos históricos que fizeram com que a prática da arquitectura tomasse um rumo diferente do que vinha seguindo uma vez que a disciplina tornou-se fundamental para o apoio da causa da liberdade democrática. Essa causa havia sido conseguida na derrota dos regimes autoritários e repressivos que determinou o fim da 2ª Guerra Mundial mas, seria a mesma que alimentaria uma outra guerra que surgia entre as democracias capitalistas e os regimes que defendiam o totalitarismo comunista – Guerra Fria. Ao mesmo tempo, todas estas circunstâncias fomentaram nas pessoas um espírito activo e de autodeterminação que crescia perante a imposição de limites e de sentimentos de conformação e necessidades de consumo. Cf. Sarah Williams Goldhagen; Réjean Legault, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 18.

⁸⁹ Cf. Sarah Williams Goldhagen; Réjean Legault, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. pp. 20-21.

⁹⁰ GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 21.

Perante tal mudança de pensamento, arquitectos e urbanistas assumiam o entorpecimento do Estilo Internacional relativamente à prática de uma arquitectura contextualizada que respeitasse o lugar e a sua carga histórica⁹¹ e começavam a praticar uma arquitectura que se aventurasse no pensamento de exploração espacial e social. Abrangendo toda a Europa mas com maior relevo no sul do continente, em Itália evidenciava-se o respeito pela historicidade implícita nas paredes e ruas da cidade antiga cujo centro possuía *“densidades populacionais que justificavam uma opção mais híbrida, multifuncional e inter-classista.”*⁹²

Este conceito neo-realista dividiu Itália⁹³, mas demonstrou ser o mais influente na estruturação e desenvolvimento da crítica da nação às ideologias do Movimento Moderno, implementando novas premissas onde prevaleciam *“as ideias de oposição à normalização espacial proposta pelo Estilo Internacional e à inflexível secura da linguagem funcionalista.”*⁹⁴

*“Milan was the motor of this new cultural ferment. That city, which had suffered the harsh experience of the Resistance, had a long tradition of defending modern culture and architecture. Milanese architectural culture had maintained a sense of the continuity of the modern movement and the rationalist European experience, (...)”*⁹⁵

Contudo, é num panorama de continuidade dos preceitos do Movimento Moderno e da racionalidade presente na experiência europeia, que a secção

⁹¹ Cf. Sarah Williams Goldhagen; Réjean Legault, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. pp. 20-21.

⁹² PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 70.

⁹³ No contexto de pós-guerra e de recente libertação do regime fascista (1922–1945) de Benito Mussolini (1883–1945), em Itália assiste-se ao renascimento social do qual nasceu o neo-realismo. Altamente influenciada pelo campo da literatura e do cinema, a cultura arquitectónica italiana desenvolveu-se seguindo dois caminhos. No norte de Itália, especialmente em Milão, surge uma arquitectura mais ‘elitista’ e ‘delicada’ baseada na recuperação dos ideais do principio do século XX que pode ser contemplada, por exemplo, na obra de Aldo Rossi. Por outro lado, surge em Roma, Bruno Zevi que tendo criado, em 1945, a APAO (Associação para a Arquitectura Orgânica) conseguiu produzir uma influência pós-racionalista muito relativa que se dissolveu após a concretização de alguns projectos do INA-Casa, tendo a maioria dos arquitectos optado por uma vertente neo-realista aplicada fortemente mais a sul do território italiano. A questão da ‘continuidade’ ou ‘crise’ do Movimento Moderno na prática da arquitectura em Itália surge como assunto principal nos escritos de Ernesto Nathan Rogers (1909–1969). Fundamentalmente Racionalista, nos seus escritos defende ambos os conceitos e apesar de se inclinar sempre para a necessidade de continuidade dos horizontes do Movimento Moderno reconhecendo o valor da Carta de Atenas, também assume os erros urbanos que dela advertiram. Defende, então, um equilíbrio entre *tradição* e *modernidade* em prol de uma nova arquitectura cujas fundações assentem sobre a ética e o humanismo e que esteja aliada aos objectivos sociais, culturais e políticos. Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. pp. 95-100.

⁹⁴ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 55.

⁹⁵ CASCIAT, Maristella – *Neorealism in Italian Architecture*. p. 29.

italiana⁹⁶ se reagrupa em Milão e que, juntamente com outros arquitectos, desenvolve um plano de reconstrução para a cidade Milanese⁹⁷ – o “*AR Plan*”. Revelando-se, essencialmente, uma revisão do *masterplan* de 1934 para a cidade de Milão, o novo plano, pelo contexto italiano em que surgiu, ganhou especial importância nomeadamente por estar incluída nesta estratégia a restauração do centro histórico.⁹⁸

Ao mesmo tempo em Roma, e igualmente envolvido no tema da reconstrução da cidade, surge Bruno Zevi⁹⁹ defendendo a prática de uma arquitectura que seguisse uma “*via mais organicista como alternativa que outorgue um papel preponderante aos dois mestres do Movimento Moderno que mais haviam explorado os campos não estritamente racionais e funcionalistas da arquitectura.*”¹⁰⁰ Propondo então, a arquitectura de Wright e Aalto, Zevi defende o *orgânico*¹⁰¹ como modelo e junta-o às, já mencionadas, premissas que sustentam a contextualização no tempo e no lugar a ter em conta nas intervenções construtivas.

Estes são elementos que, independentemente de se inclinarem mais ou menos, remetiam para uma postura interventiva que incluisse o conceito de *humanismo*¹⁰², transparecendo a vontade de que, juntando todos estes elementos, eles comutassem na melhoria da qualidade de vida do habitante pelo seu alcance a sentimentos como o de *identidade e pertença*.

*“Exploring the notion of the 'organic' is essential to an understanding of humanism in architectural thinking.”*¹⁰³

⁹⁶ A secção italiana era composta por Ernesto Nathan Rogers e pelos seus parceiros do BBPR (Gianluigi Banfi [1910–1945], Lodovico Belgiojoso [1909–], Enrico Peressutti [1908–1975], Ernesto Nathan Rogers [1909–1969]) cf. Eric Mumford, Kenneth Frampton – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. p. 114.

⁹⁷ Cf. Maristella Casciat – *Neorealism in Italian Architecture*. p. 29.

⁹⁸ Cf. Eric Mumford, Kenneth Frampton – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. p. 183.

⁹⁹ Bruno Zevi (1918–2000) surge no pós-guerra na frente de uma nova corrente que se pretendia universal e renovadora na medida em que seguia postulados de arquitectos que não tinham adoptado nem explorados os conceitos racionais e funcionalistas do Movimento Moderno. Defende o seguimento de modelos como os de Wright e Aalto distanciando-se das premissas do Movimento Moderno ao mesmo tempo que se aproximava das que viriam a ser defendidas pelo Team X uma década mais tarde. Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 95.

¹⁰⁰ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 95.

¹⁰¹ *Orgânico* implica o estrito relacionamento entre estrutura e aparência sendo a aparência o todo que é resultado da empatia funcional das partes.

¹⁰² *Humanismo* é uma filosofia que coloca, em termos de importância, o Homem acima de tudo enaltecendo as suas capacidades físicas e mentais. Numa vertente arquitectónica o termo supõe o Homem como um sujeito unificado que visa a integridade da composição e que tem o potencial para ligar o poder tecnocrático com o poder intelectual. Cf. Barry Curtis – *The heart of the city*. p. 52.

¹⁰³ CURTIS, Barry – *The heart of the city*. p. 62.

Perante estes acontecimentos e procurando o equilíbrio na dicotomia entre *continuidade* ou *crise* dos ideais do Movimento Moderno, Itália tornou-se um importante modelo para novas correntes arquitectónicas que efervesciam por toda a Europa e que influenciaram os temas e debates do sétimo e oitavo CIAM¹⁰⁴.

A crítica italiana revela então, uma posição muito própria relativamente a alguns conceitos desenvolvidos no norte da Europa. Defende, acima de tudo, que a arquitectura devia garantir uma maior adaptabilidade ao cidadão facilitando a sua integração. Assim conceitos como *the building as a street*, atrás mencionado, foi repensado recorrendo à “*tipologia vernácula do pátio enquanto elemento agregador e polivalente*”¹⁰⁵ e como tal, procurou-se atribuir à rua o seu significado mais lato, definindo-se a “*rua no solo, amarrando os edifícios ao terreno.*”¹⁰⁶

Outra diferença entre os dois *pólos*, surge no âmbito das políticas urbanas uma vez que o sul da Europa não adopta a “*nova centralidade*”¹⁰⁷ das *New Towns* inglesas, tão pouco segue as premissas como as que lançaria o *Urban Renewal*, buscando sempre a continuidade entre o existente e a nova estrutura de forma a dignificar a carga histórica da cidade.¹⁰⁸

Contudo, a profundidade desta relação com a tradição histórica, e o cariz contextualista destas posturas teóricas, tiveram maior impacto no universo da disciplina arquitectónica com o programa INA-Casa¹⁰⁹ cujas premissas e resultados alimentariam gerações de profissionais “*particularmente atentos às «escolas» lideradas por Giancarlo De Carlo em Terni, por Ludovico Quaroni, Carlo Aymonino e Mário Ridolfi, em Roma, ou por Ernesto Rogers e Franco Albini em Milão.*”¹¹⁰

¹⁰⁴ Os CIAM 7 e 8 foram congressos onde os temas abordados se revelaram imensamente influenciados pelas conjunturas que advertiram do Pós-Guerra e da Guerra Fria (1947-1991). O CIAM 7 realizou-se em Bérghamo, Itália, no ano de 1949 onde se revelaram, como o próprio nome do congresso indica – *Concerning Architectural Culture* – as preocupações com os progressos da cultura arquitectónica. Aqui foi particularmente importante a situação de reconstrução em Itália. Essa mesma situação e as suas consequências no panorama crítico às ideologias do Movimento Moderno acabariam por também influenciar o CIAM 8. Realizado em 1951 na cidade Inglesa Hoddesdon, dele resultou o manifesto “*The heart of the city: towards the humanisation of urban life.*” – onde, relativamente a metodologias a empregar nas construção das cidades, é discutida a importância de temas como o *orgânico* e o *humanismo*.

¹⁰⁵ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 69.

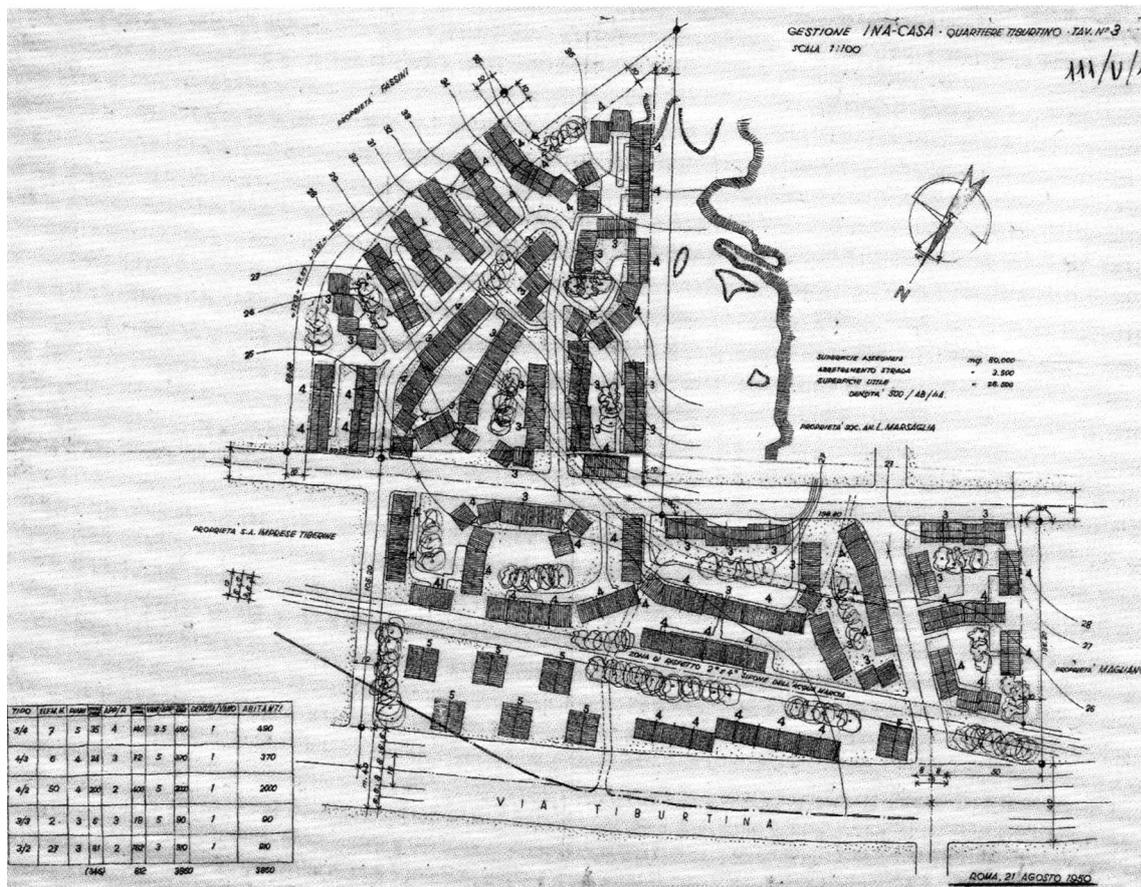
¹⁰⁶ *Idem.*

¹⁰⁷ *Idem.*

¹⁰⁸ Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 69.

¹⁰⁹ INA-Casa, (Istituto Nazionale Assicurazione) foi uma política nacional de Housing criada em 1949, cujo intuito era realojar os operários italianos nesta época de reconstrução do pós-guerra.

¹¹⁰ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 67.



18 | Tiburtino, Roma - Planta do quarteirão.



19 | Tiburtino, Roma - Perspectiva que ilustra os blocos de habitação de quatro andares e a rua.

“A tradição cultural italiana, fortemente enraizada no significado histórico dos aglomerados e dos tecidos urbanos, fez com que um conjunto de preocupações relativas à inserção nos tecidos históricos, à manutenção da especificidade cultural das comunidades a realojar, e à própria identidade cultural da imagem arquitectónica, estivessem presentes na normativa que enquadrava o programa.”¹¹¹

INA-Casa surgiu então no pós-guerra como uma política que visionava superar a carência de alojamentos, reduzir a taxa de desemprego e investir na reconstrução do país incentivando a construção civil, desencadeando uma forte agitação arquitectónica e urbanística.¹¹²

A mais famosa das intervenções deste programa de extensa produção construtiva é complexo residencial *Tiburtino*,¹¹³ que cresce na orla da cidade e encerra em si, muitas das premissas que se procurava defender, partilhar e integrar nas metodologias da arquitectura internacional. Seguindo as ideologias do programa, *Tiburtino* assenta sobre uma implantação do tipo informal lembrando os tecidos históricos de formação espontânea; segue um desenho de inspiração vernacular, mais orgânico, recorrendo aos materiais e técnicas construtivas artesanais¹¹⁴ ganhando assim um agradável exotismo¹¹⁵; além de habitação é dotado de zona de serviços, zonas verdes e infraestruturas garantindo a qualidade na vida quotidiana.

Assim, perante a falta de habitação, *Tiburtino*, e num campo mais abrangente, o INA-Casa, desenvolveu uma arquitectura humanista que procurou garantir a satisfação e necessidades da população. É então importante mencionar a abordagem adoptada pelas suas semelhanças à metodologia e criação de sinergia, que Patrick Geddes, meio século antes, apontara como sendo a solução do problema da carência da habitação.

Esta relação entre a comunidade e habitat seria ainda mais dissecada nas teorias e projectos de Giancarlo De Carlo. Tido como o mais ambíguo do grupo do

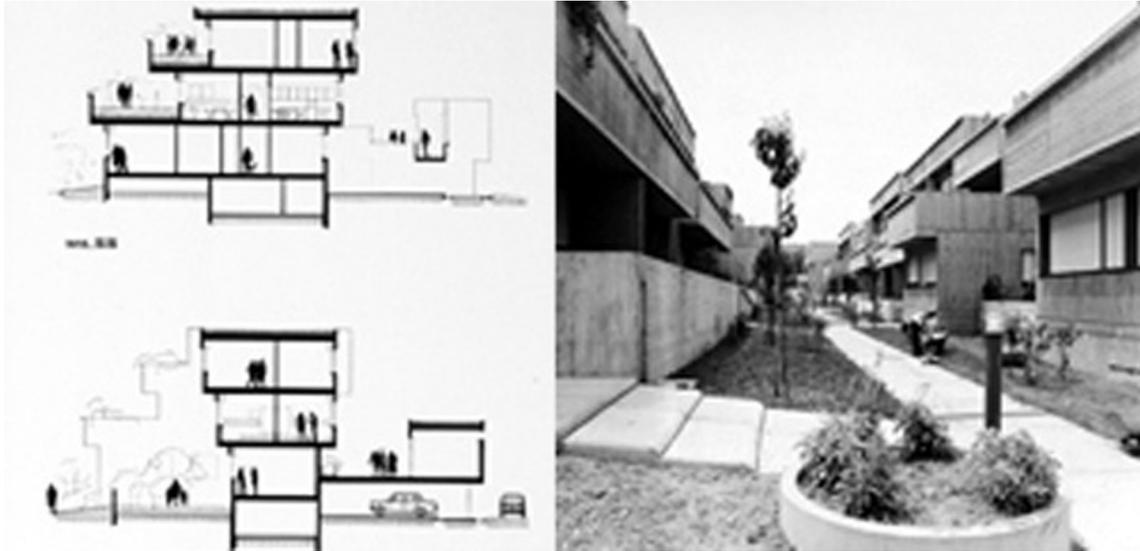
¹¹¹ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 55.

¹¹² Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 55.

¹¹³ *Tiburtino*, construído entre 1949 e 1954 foi um dos primeiros projetos do programa INA-Casa. Situa-se na orla da cidade de Roma e é da autoria de Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, Carlo Aymonino, Mario Fiorentino e outros.

¹¹⁴ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 55.

¹¹⁵ Cf. Maristella Casciat – *Neorealism in Italian Architecture*. p. 36.



20 | Corte e vista do Villaggio Matteotti de Giancarlo De Carlo em Terni, 1969-74.



21 | Villaggio Matteotti de Giancarlo De Carlo em Terni, 1969-74.

TEAM X, o arquitecto racionalizava nas suas impressões acerca da cidade, da tradição, da arquitectura e do papel social do arquitecto; dois factores intervenientes na consolidação do projecto moderno aparentemente incompleto – a tecnologia e a carga histórica.¹¹⁶ Considerava, ainda, que o envolvimento do habitante no método era de absoluta importância, uma vez que estando integrado no processo de construção, a par com arquitectos, urbanistas, sociólogos, e outros, seria mais fácil atingir resultados proveitosos.

Pelo contacto mais intenso com Alison e Peter Smithson e muitos outros críticos nos encontros do TEAM X, e por isso, saindo influenciado de conceitos como os resultantes do *Urban Structuring*, De Carlo conseguiu agregar no mesmo projecto – *Masterplan de Urbino* – os ideais dos britânicos Smithson mas também as normas que o INA-Casa se propunha a aplicar “*para a integração local, não só urbana e topográfica, mas também de ordem cultural*”¹¹⁷

*Villaggio Matteotti*¹¹⁸ seria, no entanto, o projecto mais reconhecido onde foram incluídas as mesmas premissas que se viriam a definir como as opções certas a tomar de forma a sair da crise habitacional presente em toda a Europa – a “*descentralização dos programas*” e a “*apropriação dos espaços*” em prol da capacidade de iniciativa local.¹¹⁹

Giancarlo De Carlo tornou-se uma das principais personagens nesta crítica às ideologias do Movimento Moderno difundindo-a, não só através da sua obra construída, mas também, e talvez com maior importância no âmbito internacional, através do ILAUD¹²⁰ e do *Spazio e Società* com os quais pretendia propagar os seus ideais participativos, estimulando um novo sentido ético-profissional no arquitecto.

Apesar das teorias e dos projectos de então tornarem mais flexível a participação do usuário, sobretudo sabendo que se vivia num ambiente de pós-guerra oportuno para a mudança do estilo e do pensamento, as cidades continuaram a ser lideradas por regimes autoritários e paternalistas fomentando

¹¹⁶ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 34.

¹¹⁷ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 55.

¹¹⁸ *Villaggio Matteotti* é um bairro residencial em Terni, da autoria de Giancarlo De Carlo, construído entre 1969 e 1974 ainda no âmbito do plano INA-Casa.

¹¹⁹ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p.57.

¹²⁰ Laboratório Internacional de Arquitectura e Urbanismo foi fundado por Giancarlo De Carlo em 1976 e é uma associação que promove a investigação e a formação no domínio da concepção arquitectónica e urbana.



no povo o sentimento de revolta, esquecimento e exclusão; aproximando do ponto de ruptura a situação política e sociocultural das sociedades ocidentais.

Contudo, “*no final dos anos 60 é num plano abertamente político e ideológico*”¹²¹ e num ambiente de crítica ao planeamento racional e, como tal, favorável a uma sociedade mais activa culturalmente e mais interveniente na construção e vivência da urbe que surge o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre¹²². Num país que sobre a presidência de Charles de Gaulle¹²³, que impunha uma política paternalista do Estado-Providência¹²⁴ salvaguardando assim uma realidade sociocultural estandardizada e paternalista, Lefebvre surge com um discurso libertário atribuindo ao habitante direitos que determinariam a qualidade e a espontaneidade da vida. Lefebvre destacar-se-ia no universo crítico por reivindicar para o habitante, o *direito à cidade*, isto é, o direito à construção do próprio habitat ser feita pelos habitantes e não pelas instituições tecnocráticas.¹²⁵

Foi, então, no final da década de sessenta que alguns sectores da sociedade se demonstraram revoltados perante as políticas capitalistas manifestando-se nas ruas. Nessa polvorosa manifestação – *Maio de 68*¹²⁶ – o *direito à cidade* ecoava pelas ruas de Paris¹²⁷ tornando a *Cidade Luz*, no maior foco da agitação político-social algo que viria a mudar alguns paradigmas culturais do mundo ocidental.

A cidade seria o palco dessa mudança, e seria também o sítio onde um vasto campo multidisciplinar (sociológico, urbanístico, político e arquitectónico)¹²⁸ se

¹²¹ FERREIRA, Jorge Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa anos 60-anos 80*. p. 92.

¹²² Henri Lefebvre (1901–1991) “*filósofo engagé e sociólogo do fenómeno urbano, começou, desde o fim dos anos quarenta, a reflectir sobre as questões do espaço e a desenvolver uma interpretação crítica da ideia de plano.*” In. Bandeirinha, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 38.

¹²³ Charles de Gaulle, foi o Presidente da República Francesa de 1959 a 1969.

¹²⁴ “O Estado-Providência (Welfare State) é um conceito de governo em que o estado tem o papel essencial na protecção e promoção de economia e do bem-estar social dos cidadãos. Este modelo teve origem na Grande Depressão e ganhou força depois da Segunda Guerra Mundial, com o fim dos governos totalitários. Pondo em prática um grande conjunto de medidas, o Estado – Providência foi fundamental na reconstrução da Europa do pós-guerra, promovendo a construção de habitação social e assegurando serviços como a educação ou saúde para “o maior número”. In. *The New Encyclopedia Britannica*. Encyclopedia Britannica, Inc. Volume XII.

¹²⁵ Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 75.

¹²⁶ Em Maio de 68, uma série de greves estudantis das universidades e escolas do ensino secundário de Paris viriam a resultar numa greve geral que em pouco tempo tomaria as proporções de uma revolução. As consequências de tal acontecimento viriam a alterar, ao longo da década seguinte, os paradigmas políticos e culturais das sociedades ocidentais.

¹²⁷ Cf. Jorge Figueira Ferreira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa anos 60-anos 80* p. 93.

¹²⁸ Cf. Jorge Figueira Ferreira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa anos 60-anos 80* p. 91.

focaria no problema da cultura, da cidade e da habitação como meio para estabelecer “*o direito ao habitar e ao habitat*”¹²⁹.

Paul-Henry Chombard de Lauwe¹³⁰ e Henri Lefebvre, tornam-se os sociólogos cujas visões incisivas, provocatórias e inspiradoras marcariam esta mudança sociocultural¹³¹. Procuraram no espaço público uma continuidade para os seus estudos, pois consideravam que os bairros, as ruas e praças seriam os elementos cénicos da vida da população, seriam o sítio gerador de todas as contestações e novos pensamentos relacionados com as causas sociais, políticas, culturais e arquitectónicas. Ambos defendiam nas suas reflexões inovadoras que as ciências sociais eram um instrumento fundamental no processo criativo dos projectos urbanísticos. Argumentavam que a disciplina estabelecia a aproximação do utilizador final ao projecto, necessária na medida em que as suas opiniões resultavam num maior sucesso da intervenção, de resto como se pode constatar nos projectos *playground* de Van Eyck e no *Villaggio Matteotti* de De Carlo.

Chombard de Lauwe recorre aos processos sistemáticos e analíticos¹³² defendendo que a urbe influenciava a vivência dos seus habitantes, tornando a aproximação das ciências humanas à disciplina do urbanismo uma mais-valia e uma influência que não se podia desrespeitar dada a repercussões positivas que teria na forma de viver do habitante; Por outro lado, Lefebvre com o *direito à cidade* relembra e reforça a importância da participação do habitante na construção do seu habitat como forma de melhorar o processo de apropriação do espaço e conseqüente sentimento de satisfação. A mesma abertura de espírito leva Aldo van Eyck a mencionar os aspectos antropológicos para reforçar a importância “*do sentido comum das soluções tradicionais e da parte enriquecedora da contribuição das pessoas e da vida.*”¹³³:

“ O homem sempre soube fazer sua morada neste mundo desde mil anos. Durante todo este tempo a sua capacidade natural não aumentou nem diminuiu. É evidente que esta imensa experiência do meio ambiente só poderá ser aproveitada no

¹²⁹ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 41.

¹³⁰ Paul-Henry Chombard de Lauwe (1913–1998) sociólogo francês, precedente a Henri Lefebvre na luta pela imposição da importância das ciências sócias no campo do Urbanismo e da Arquitectura.

¹³¹ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 75.

¹³² BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 28.

¹³³ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 32.



23 | Dogons Village. Fotografias expostas na exposição “Architecture without architects – A short introduction to non-pedigreed architecture”.

*presente se pudermos «precipitar» todo o passado: o conjunto do esforço humano.*¹³⁴

Começa a ser explícito que uma parte da disciplina da arquitectura tende a relativizar a importância da intervenção de disciplinas como a antropologia, psicologia social e sociologia. A *Terceira Geração* dos CIAM¹³⁵ revela-se, desta maneira, mais humanista e mais sensata perante a relação que se deve estabelecer entre o Homem e o seu meio, erradicando as condicionantes do funcionalismo universalista defendido pelos mais antigos do grupo, olhando para a arquitectura vernácula como um modelo de referência com o qual o Primeiro Mundo deveria aprender.

Os padrões universalistas da arquitectura difundida a partir do início do século XX haviam desviado a prática da oferta de valores como a *identidade*. Esse viria a ser o principal motivo para que Bernard Rudofsky¹³⁶ montasse uma exposição com a qual pretendia passar a imagem de “*que a arquitectura dos arquitectos é incapaz de produzir a beleza, sentido comum, adequação e capacidade de permanência das arquitecturas populares de muitas culturas.*”¹³⁷ Esta exposição intitulada “*Architecture without architects – A short introduction to non-pedigreed architecture*” focava-se num vasto espectro do sentido comum e no resultado orgânico presente na construção informal construída pelo indivíduo ou pela comunidade, onde o arquitecto seria demitido da sua função, uma vez que cada um seria visto como o arquitecto do seu próprio espaço.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 33.

¹³⁵ Os CIAM desenvolveram-se ao longo de 31 anos divididos por 11 edições. Através de critérios como a análise formal das obras mas também da geração dos intervenientes, podemos dividir os encontros em três fases aliadas a três gerações. Na primeira fase (1928–1933) discutia-se o tema da habitação racional que quais as condicionantes para obter os níveis de vida mínimos e eram seus principais intervenientes arquitectos nascidos por volta de 1885, como Walter Gropius, Le Corbusier, Frank Lloyd Wright ou Mies van der Rohe; da segunda fase (1933–1947) destacaram-se personagens nascidas por volta de 1900, como focava a cidade funcional e toda a dinâmica urbana, Alvar Aalto, Oscar Niemeyer, Buckminster Fuller, Giuseppe Terragni; e por fim, nascidos por volta de 1915, a terceira geração com Aldo van Eyck, Giancarlo De Carlo, Peter e Alison Smithson, Robert Venturi, Aldo Rossi, Amancio Guedes, que alimentaram os congressos entre 1947 e 1956 que se centraram no humanismo e no idealismo liberal, reconhecendo, no fundo, a importância das necessidades sociais e materiais do Homem para o arquitecto.

¹³⁶ Bernard Rudofsky (1905–1988) foi arquitecto e escritor Americano sendo por várias vezes comissário de exposições no MOMA. Uma das mais conhecidas exposições abriu as portas a 9 de Novembro de 1964 – *Architecture without Architects* – e resultou num livro *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture* relativo ao estudo *da Arquitectura informal não classificada*. In. Bernard Rudofsky - *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

¹³⁷ *Ibidem*. p. 128.



24 | Marrakesh. Fotografia exposta na exposição "Architecture without architects – A short introduction to non-pedigreed architecture".

1.2 | Os paradigmas do Terceiro Mundo

“À escala mundial, a população duplica em trinta anos, a população urbana duplica em quinze anos e a população clandestina das cidades duplica em sete anos e meio.”¹³⁸

No conturbado contexto socioeconómico no período do segundo Pós-Guerra, perante a carência de habitação, a necessidade de reconstrução das cidades, e a aparente falta de orientação na questão do ordenamento do território, a conjuntura mundial assistiu a *“incontroláveis acções de ocupação espontânea, frequentemente catastróficas sob o ponto de vista geográfico e ambiental.”¹³⁹*

Por um lado, o Primeiro Mundo que além de se encontrar num período de rescaldo da guerra, se debatia com as consequências da liberalização no ramo imobiliário associado à grande afluência populacional às cidades, tornava extremamente difícil a elaboração de políticas de habitação e a concretização de planeamentos urbanísticos. Por outro lado, o Terceiro Mundo que, perante uma forte crise económica, lutava, incessantemente, para que conseguisse garantir as condições mínimas de vida nos aglomerados que cresciam, de modo informal e clandestino, lado a lado da cidade ordenada.

O intenso confronto criado pela proximidade entre a cidade projectada, formatada, e cidade espontânea, informal, e a forma como os países do Terceiro Mundo conseguiam interligar as duas, garantindo um crescimento gradual das condições do habitat, tornavam-nas um *“case-study”¹⁴⁰* atractivo e inspirador para os estudiosos de disciplinas como a sociologia que se juntava então à de arquitectura e urbanismo praticada no Primeiro Mundo.

¹³⁸ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 136.

¹³⁹ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 24.

¹⁴⁰ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 75.

“O Terceiro Mundo é cada vez mais importante e as suas circunstâncias – o crescimento demográfico, os grandes movimentos populacionais, as grandes cidades com mais de dez milhões de habitantes, as desigualdades e a desintegração dos modelos de ornamento – tornam-se as características dominantes do mundo contemporâneo.”¹⁴¹

Torna-se fácil imaginar como todas as circunstâncias dos anos 60 – os ideais de Giancarlo De Carlo, de Lefebvre, de Chombard de Lauwe, de Rudofsky, de Aldo van Eyck e principalmente a conjuntura do Maio de 68 – que traduziam *“o direito à auto-determinação do utente na condução do seu próprio quotidiano e na construção do seu próprio habitat fora do determinismo tecnocrático do Estado-Providência”¹⁴²* foram importantes e favoráveis a esta mudança de pensamento e à escolha de novos casos de estudo relativamente aos métodos interventivos na questão da habitação e da cidade. Além do mais, o Estado-Providência já se tinha demonstrado impotente e limitado na resposta às necessidades da crescente população, o que colocava o arquitecto perante a delicada obrigação de *“construir para o maior número.”¹⁴³*

O Terceiro Mundo e todas as experiências aí desenvolvidas em torno da participação na arquitectura, da auto-organização humana, do habitat evolutivo e dos métodos e desenhos vernaculares demonstraram ser o modelo de referência onde se deveria procurar respostas para os problemas daqueles que, apesar de se denominarem países de Primeiro Mundo, se demonstravam demasiados estáticos e formais perante o desenvolvimento dos que mais tarde se chamaram de países subdesenvolvidos.

¹⁴¹ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 135.

¹⁴² PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 75.

¹⁴³ *Ibidem*. p. 76.

1.2.1 | Arquitectura demissionária

“É necessário olhar para os arquétipos do passado para recuperar a dimensão humana, cultural e simbólica das formas arquitectónicas; e tentar de maneira idealista recriar formas geométricas desalinhas, selvagens, desnudas e puras, distantes do consumo contemporâneo de formas e imagens.”¹⁴⁴

Nos meados dos anos 60, Fernando Távora referia-se à Cidade como sendo a maior criação do Homem, a criação que reflectia o seu estado de espírito perante a sua vivência no mundo e conseqüente necessidade de abrigo¹⁴⁵. É na cidade antiga e se quisermos primitiva, que essa existência e valências do Homem melhor se espelham, demonstrando a capacidade do indivíduo e depois da comunidade, de construir o seu próprio habitat ao qual estavam implícitos sentimentos que se viriam a perder com o passar dos séculos.

“There is much to learn from architecture before it became an expert’s art. The untutored builders in space and time – the protagonists of this show – demonstrate an admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings.”¹⁴⁶

A construção vernacular, a sensibilidade e mestria na criação e inserção de um *habitat* em determinado contexto espacial natural, e o notável sucesso nessas acções tomadas pelos habitantes do Terceiro Mundo, chamaram a atenção dos especialistas que estando mais atentos a estes povoados e às suas construções, tentavam captar e retirar o máximo partido dessas experiências.

Fui no atribulado contexto sociocultural dos *sixties* que estas soluções se tornaram um paradigma para muitos estudiosos que então, mais atentos às experiências no Terceiro Mundo, começaram a revelar novas premissas relativamente à construção do habitat e a publicá-las em suas obras tal como fez Bernard Rudofsky:

¹⁴⁴ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. pp. 32-33.

¹⁴⁵ Ver página 3.

¹⁴⁶ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

“Instead of trying to «conquer» nature, as we do, they welcome the vagaries of climate and the challenge of topography.”¹⁴⁷

A falta de valores implícitos nos planos e construções modernistas assumida pelos especialistas e críticos do Movimento Moderno e com a qual ainda se debatiam, tomava forma na exposição *Architecture without Architects* de 1964 com a qual era pretendida uma mudança de mentalidade na medida em que se transferia *“a razão dos técnicos para os usuários.”¹⁴⁸*

Dessa exposição resultou um livro¹⁴⁹ no qual Rudofsky desenvolveu comparações entre estilos de arquitectura muito distintos de modo a reforçar a sua crítica à cidade moderna e principalmente ao seu utilizador – o Homem moderno – demasiado dependente do conforto e das práticas sociais resultantes das vicissitudes geradas pela industrialização.

“Despite his mania for mechanical comfort, his chances for finding relaxation hinge on its very absence.”¹⁵⁰

Os “movimentos populares, alternativos e ecológicos que começaram a surgir nos anos setenta”¹⁵¹ demonstravam a total descrença nas premissas modernistas incentivando os profissionais a desenvolverem diversas visões teóricas e novas metodologias desviando o seu interesse para uma arquitectura mais humana, mais próxima, e a pensar no seu usuário, bem como, no seu envolvimento nas acções.

“Os arquitectos começaram a mudar o seu foco de atenção para o entorno marginal, para a «arquitectura sem arquitectos».”¹⁵²

¹⁴⁷ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

¹⁴⁸ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 128.

¹⁴⁹ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*.

¹⁵⁰ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

¹⁵¹ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 128.

¹⁵² *Ibidem* p. 129.



25 | Gourna. Antes e depois.

Conscientes de que a cidade modernista estava envolvida em *“aspectos negativos, depredadores, homogeneizadores, contaminantes e desumanizadores”* os arquitectos percebem a necessidade de desenvolver uma nova sensibilidade arquitectónica mas de modo a que esse interesse pelo vernacular, pela vivência e participação na construção do habitat não se desligasse totalmente das premissas já talhadas e ajustadas dos ideais modernistas.

“There is a good deal of irony in the fact that to stave of physical and mental deterioration the urban dweller periodically escapes his splendidly appointed lair to seek bliss in what he thinks are primitive surroundings (...)”¹⁵³

Foi exactamente essa a abordagem praticada por Hassan Fathy¹⁵⁴ na criação da cidade de *New Gourná*. Com o intuito de realojar cerca de 7000 habitantes, *New Gourná* foi um projecto de raiz, iniciado em 1945 e dado como concluído em 1949, em que Fathy se rendeu totalmente às potencialidades do Terceiro Mundo e apostou no aproveitamento de recursos já presentes nas construções informais tentando apenas *“optimizá-los, administrá-los e canalizá-los no sentido da melhoria de condições de vida e, mais especificamente, de habitação”*¹⁵⁵ criando, no entanto, uma estrutura que contemplasse todos os serviços públicos¹⁵⁶ tidos como fundamentais na vivência da urbe para o habitante do Primeiro Mundo.

*“Ciente que as técnicas e os materiais importados do Ocidente eram inadequados e demasiado dispendiosos para a habitação rural, empenhou-se em demonstrar que os recursos tradicionais deveriam ser usados nas construções modernas e que a adaptação às novas condições de vida se conseguiria através do projecto e não com a alteração dos materiais e dos sistemas construtivos.”*¹⁵⁷

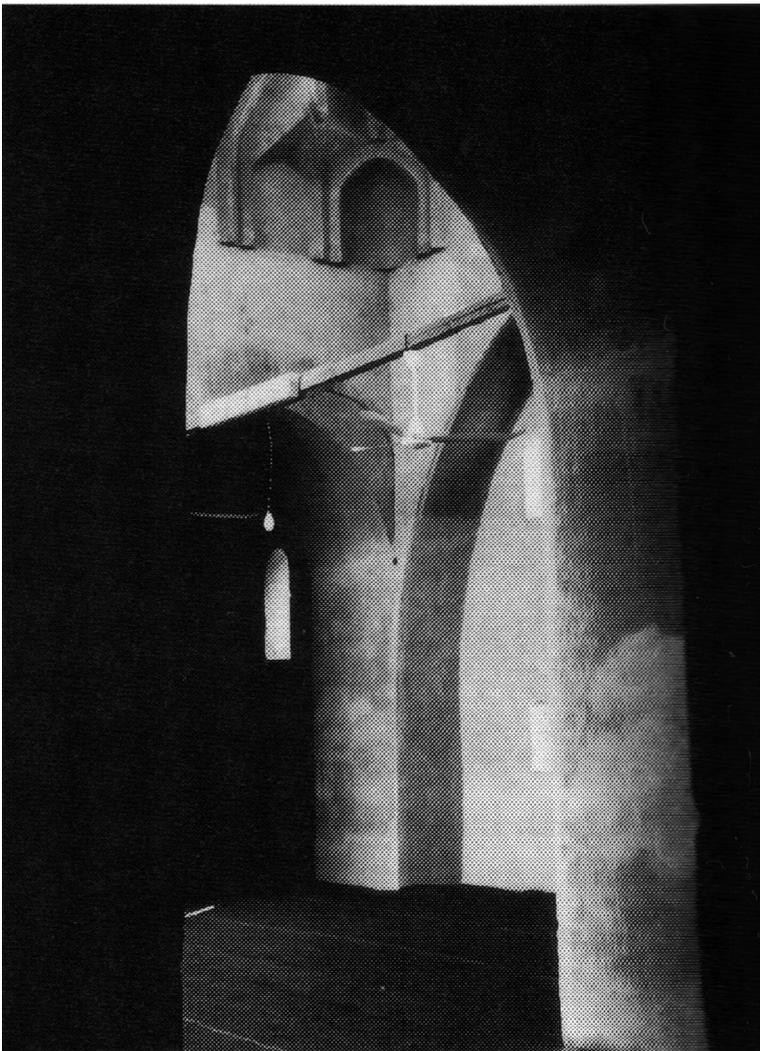
¹⁵³ RUDOLFSKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

¹⁵⁴ Hassan Fathy (1900–1989) foi um arquiteto egípcio que acreditava nas capacidades da arquitetura vernacular e que se especializou em construções de adobe. Escreveu o “Architecture for the poor” onde explicava as suas intenções para a cidade que projetara de raiz para 7000 habitantes, mas que nunca chegou a ser acabada – *New Gourná* (1945–1949).

¹⁵⁵ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 26.

¹⁵⁶ Cf. José António Bandeira – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 26.

¹⁵⁷ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 26.



26 | Gourna. Antes e depois.

New Gourna tornou-se um modelo de referência pelas influências que os padrões sociais tiveram na sua construção. Fathy elegeu para este projecto os recursos endógenos na medida em que utilizou a tecnologia e os materiais locais apropriados para reforçar os laços dos habitantes entre si mas também com a casa, com o habitat.¹⁵⁸ Por um lado, a vivência fruto da conectividade entre pátios e os espaços de uso colectivo – largos, cruzamentos, edifícios públicos – em volta dos quais as habitações se desenvolviam e, por outro lado, a relação com o edifício, seria vinculada pela participação e esforço empregue no processo construtivo jogando também a favor de um menor custo de obra.¹⁵⁹

No entanto, *New Gourna* viria a sofrer dificuldades de consolidação uma vez que Fathy não adoptou os materiais e técnicas modernistas assumidas, na altura, “*como a única maneira razoável de construir.*”¹⁶⁰

Poder-se-á dizer que esta obra contextualizada espacialmente surgiu descontextualizada temporalmente uma vez que a ideia de seguir os padrões estéticos e construtivos do país em vez das “*técnicas de luxo*”¹⁶¹ modernistas, só teria um efeito dinamizador a nível internacional anos mais tarde, através do trabalho de Charles Abrams¹⁶².

*“The beauty of this architecture has long been dismissed as accidental, but today we should be able to recognize it as the result of rare good sense in the handling of practical problems.”*¹⁶³

Revelando-se mais incisivos e abrangentes que a exposição de Rudofsky e as intervenções de Hassan Fathy, mas sem nunca lhes retirar o mérito, os relatórios de Abrams demonstraram-se imprescindíveis na divulgação do conceito utilizado no Terceiro Mundo como forma a responder ao problema da habitação e influenciando as premissas e o *modus operandi* do Primeiro Mundo. Aliás, tinha de se ter em conta que o contexto político social dos países subdesenvolvidos nada

¹⁵⁸ MILES, Malcolm – *Living lightly on the earth*. p. 204.

¹⁵⁹ Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 27.

¹⁶⁰ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 27.

¹⁶¹ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 152.

¹⁶² Charles Abrams (1902–1970) foi um arquitecto americano que, a partir de 1952 e ao serviço da ONU, ficou encarregue do levantamento das políticas de habitação e dos problemas dos solos urbanos no mundo. Esses relatórios tiveram um forte efeito dinamizador na questão da problemática da habitação.

¹⁶³ RUDOFKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*. acknowledgements.

tinha a ver com o ambiente menos instável e menos reaccionário que regulava as premissas nos países do Primeiro Mundo. As cidades do Terceiro Mundo, e todas as suas longas extensões de ocupação suburbana precária, seriam um enriquecedor campo de experimentação onde se deveria deixar fluir um dinamismo próprio daquele contexto e nunca impor os preceitos desenvolvidos para cidades do Primeiro Mundo. Este era portanto o método que Charles Abrams, consciente das virtudes da humanidade, defendia como sendo o mais produtivo na busca da satisfação da população e das melhorias das suas condições de vida.¹⁶⁴

“Above all, it is the «humaneness» of this architecture that ought to bring forth some response in us.”¹⁶⁵

Neste contexto, evidencia-se a intervenção das mais diversas disciplinas na questão da formulação das políticas de habitação que surge como resultado da vasta quantidade de correntes arquitectónicas. Na sua individualidade, tomavam as mais variadas direcções na procura de soluções para a questão do alojamento, também ela muito particular de cada nação. Arquitectos, urbanistas, filósofos e sociólogos demonstram o interesse por cânones que vinham crescendo no seio da crítica às pretensões do Movimento Moderno. Era necessário deixar de actuar segundo os modelos capitalistas, e começar a adoptar uma postura mais espontânea e liberal com a expectativa de garantir à população os sentimentos de comunidade e o apego pelo *habitat* que transparecia resultante das políticas usadas no Terceiro Mundo.

“Since he himself helped to shape and preserve his environment, he never seems to tire of it.”¹⁶⁶

As metodologias estavam a mudar e a ganhar mais consistência no panorama internacional uma vez que os projectos de arquitectura respondiam às propostas de uma forma mais consolidada relativamente às novas premissas, pois

¹⁶⁴ Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 27.

¹⁶⁵ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*, acknowledgements.

¹⁶⁶ RUDOFISKY, Bernard – *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*, acknowledgements.

demonstravam-se mais interessadas na arquitectura vernacular, na construção evolutiva, na criação de sinergias, na contextualização no espaço e no tempo, seguindo os ideais do *humanismo*, do *orgânico*, do *exótico*.

Já mencionados anteriormente nesta dissertação, todos estes conceitos debatidos nos últimos CIAM, foram essencialmente desenvolvidos e aplicados desde os anos 50 tendo o TEAM X um papel fundamental na sua divulgação e materialização.

Foi nesta vertente que Aldo van Eyck reapareceu no panorama de elaboração e fundamentação de premissas que sustentassem a prática de uma arquitectura mais social, mais democrática, menos paternalista. Particularmente interessado e decidido pelos estudos de povoados primitivos africanos Van Eyck afirma que *“Este é o único antídoto contra os historicismos, os modernismos e os utopismos sentimentais; da mesma maneira que é um antídoto para um racionalismo, um funcionalismo e um regionalismo incipiente.”*¹⁶⁷ Numa vertente mais humanista, a sua proposta defendia a recuperação do *“significado antropológico fundamental da arquitectura”* na medida em que aceitava a pluralidade e diversidade cultural atípica do mundo ocidental sendo indubitável a sua influência no âmbito do urbanismo, arquitectura e desenho.¹⁶⁸

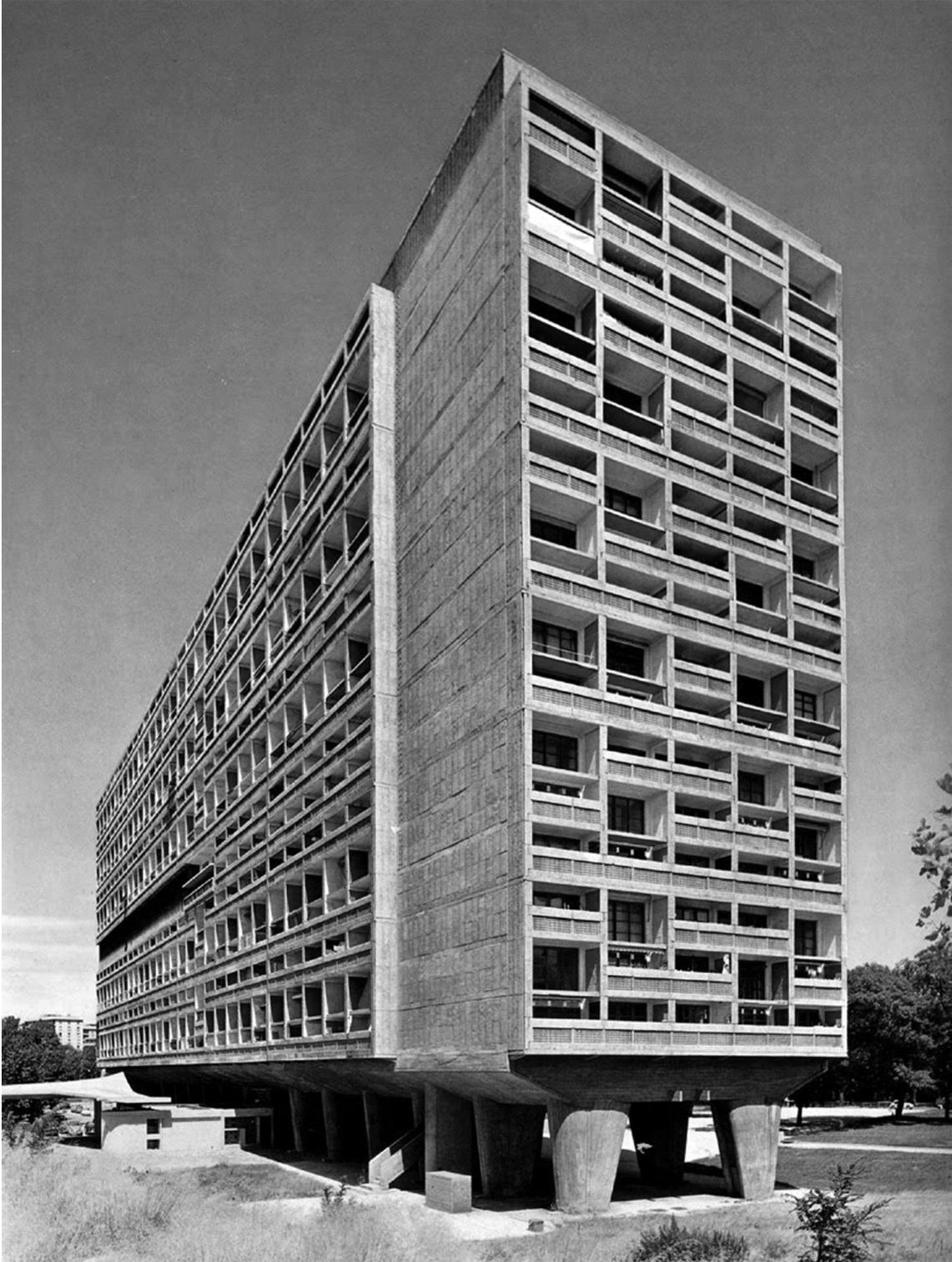
*“Humanism was an organizing principle in architectural thinking in the post-war period, both in terms of reconfiguring traditions and seeking lost or exotic alternatives.”*¹⁶⁹

No entanto, este crescente interesse pelos *arquétipos do passado* necessitava de transpor os limites teóricos e tinha de ser mais dissecado nomeadamente através da sua materialização e adequação às condicionantes dos anos 50 e 60, anos em que a crítica radical se tornou um dos propulsores desta transformação global. Foi perante esta necessidade de projectar e construir de uma forma mais aberta, mais universal e humanista, na medida em que fosse mais

¹⁶⁷ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*. p. 33.

¹⁶⁸ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 127.

¹⁶⁹ CURTIS, Barry – *The heart of the city*. p. 52.



27 | Unité d'Habitation, Marseille.

benevolente para com o cidadão, que se destacou, pelo seu pragmatismo, Georges Candilis¹⁷⁰.

“Moroccan architects, surrounded by specialists from the human sciences, appealed on the one hand to culture when creating their adapted habitats, and on the other hand to modern civilization in their attempts to make everyone coexist in the same type of space.”¹⁷¹

Candilis havia já participado no projecto *Unité d’Habitation* de Le Corbusier onde, juntamente com Shadrach Woods¹⁷², adquire uma importante experiência no âmbito da habitação para massas. Esse conhecimento viria a tornar-se fundamental quando, em 1951 e aliando Vladimir Bodiansky¹⁷³ ao grupo, formam uma ramificação do ATBAT¹⁷⁴ - ATBAT-Afrique. Rapidamente integram o plano de habitação de Michel Écochard¹⁷⁵, onde aplicando a sua prática e as suas interpretações das cidades árabes do norte de África, desenvolvem projectos que

¹⁷⁰ Georges Candilis (1912–1995) arquitecto que representou a continuidade nos CIAM pelo seu longo envolvimento nos congressos e por ingressar em vários projectos como colaborador de Le Corbusier. No CIAM de 1953, tendo vindo a evoluir em torno da ideia *l’habitat du plus grand nombre*, Candillis apresenta, juntamente com Shadrach Woods, os estudos realizados para vários projectos do atelier ATBAT onde se incluía o estudo feito para o projecto das residências em Marrocos (1951–1956). Candilis e Woods especializaram-se ainda no conceito de *habitat* evolutivo e, depois do fim do ATBAT, já no seu novo escritório onde se juntou também Alexis Jossic entrevistaram numa vasta quantidade de planos urbanísticos e conjuntos residenciais como por exemplo o projecto para Toulouse-le-Mirail (1962–1977).

¹⁷¹ ELEB, Monique – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. p. 68.

¹⁷² Shadrach Woods (1923–1973) arquitecto, urbanista e teórico americano, tornou-se colaborador no atelier de Le Corbusier em 1948. Entre outros, participou no projecto *Unité d’Habitation* onde conheceu Georges Candilis com o qual viria a trabalhar mais tarde na ATBAT-Afrique.

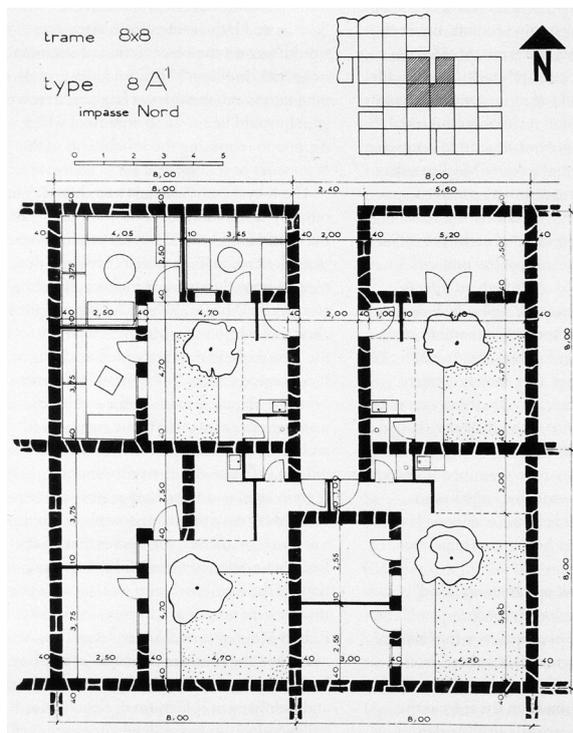
¹⁷³ Vladimir Bodiansky (1894–1966) nasceu na Ucrânia mas recebeu o grau de Engenheiro aeronáutico em França onde, depois muito contribuiu para o desenvolvimento da arquitectura moderna. Foi numa dessas contribuições que conheceu Le Corbusier e mais tarde ingressou na equipa da recém formada ATBAT. Trabalhou com Shadrach Woods e Georges Candilis na habitação de baixo custo em Marrocos e foi supervisor da construção da *Unité d’Habitation*.

¹⁷⁴ ATBAT (Atelier des Bâtitseurs) foi um atelier fundado em 1947 por Le Corbusier, Vladimir Bodiansky, André Wogenscky e Marcel Py. Concebido como centro de pesquisa onde se praticava a interdisciplinaridade entre arquitectos, engenheiros e técnicos ramificou-se e estabeleceu-se em Casablanca (ATBAT-Afrique), Marrocos, onde exerceu pesquisas e projectos entre 1951 e 1954.

¹⁷⁵ Michel Écochard (1905–1985) arquitecto e urbanista francês, foi responsável pelo *Service de l’Urbanisme* entre 1946 e 1952. Numa altura em que nos encontros CIAM se debatia sobre o estudo do ‘housing’ e se procurava a reafirmação dos objectivos do grupo relativamente à sobrevivência das cidades, Écochard ganhou grande reconhecimento pela sua participação e produtividade relativamente a estes temas. *Service de l’Urbanisme* apoiava e divulgava as potencialidades da Carta de Atenas, mas a ela acrescentava premissas que surgiam dos estudos realizados em Marrocos. Este novo paradigma influenciou drasticamente a crítica CIAM que, agora atenta aos estudos dos costumes e habitat em Marrocos, se inspirava e desenvolvia novas metodologias a aplicar nos bairros insalubres das grandes cidades da Europa. Preocupado em encontrar novas soluções para a construção de ‘casas para o maior número’ (problema do qual tanto Marrocos como França padeciam), como director do GAMMA (Groupe d’Architects Modernes Marocains) Écochard desenvolveu políticas e métodos apoiados no conceito de ‘*arquitectura adaptada*’ que visava a construção de habitação económica para o proletariado, envolvendo para isso estudo antropológicos inovadores. Cf. Monique Eleb – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. 55-57.



28 | Carrières Centrales, Casablanca.



29 | Conjunto de quatro unidades de 8-por-8. Carrières Centrales, Casablanca.

se revelaram uma inquestionável influência no panorama internacional¹⁷⁶, tal como afirma o casal Smithson:

*"We regard these buildings in Morocco as the greatest achievement since Le Corbusier's Unité d'Habitation at Marseilles. Whereas the Unité was the summation of a technique of thinking about 'habitat' which started forty years ago, the importance of the Moroccan buildings is that they are the first manifestation of a new way of thinking. For this reason, they are presented ideas; but it is their realization in built form that convinces us that there is a new universal."*¹⁷⁷

Deste projecto interessa acima de tudo, mencionar as premissas que o influenciaram, sobre que conceito se desenvolveu e quais as intenções que nele foram materializadas.

Lançado pelo *Service de l'Urbanism*, este plano geral – *Carrières Centrales*¹⁷⁸ – visava a construção de *habitação para o maior número* sendo composto por projectos dirigidos por Michel Écochard (GAMMA) e Georges Candilis (ATBAT-Afrique).¹⁷⁹

Há mais tempo envolvido em estudos e acções desenroladas em Marrocos e, portanto, mais experiente, Michel Écochard limitou-se a melhorar ideias e políticas que já haviam sido estudadas e até mesmo experimentadas no território marroquino antes do início da Segunda Guerra Mundial.¹⁸⁰ Perante a necessidade de construir *habitat para o maior número* de modo a realojar um grande número

¹⁷⁶ Cf. Gabriel Feld - *Free University, Berlin : Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm*. p. 109.

¹⁷⁷ SMITHSON, Alise; SMITHSON, Peter – *Collective Housing in Morocco*.p.2 Architectural Design 25 (january 1955). In. ELEB, Monique – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. pp. 65-66.

¹⁷⁸ *Carrières Centrales* (1951-1956) Aglomerado habitacional construído para albergar habitantes das *bidonvilles* (favelas) onde se teve em conta vários estudos que, pela primeira vez, analisaram as condições de vida do proletariado marroquino.

¹⁷⁹ Cf. Monique Eleb – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. pp. 59-60.

¹⁸⁰ Quando, em 1912, se estabeleceu o protectorado de Marrocos por França, a política de construção para as novas cidades seguia uma lógica que dividia a população por etnias de modo a que se evitassem atritos entre os habitantes não se procurando, portanto, incentivar relacionamento ou integração entre as diferentes comunidades. Em 1945 diferenciando a população marroquina em três – Muçulmana, Judia, e Europeia – Écochard, quando confrontado pela necessidade de 'construção para o maior número' desenvolveu estudos de 'habitat adaptado' segundo aquilo a que chamava de 'costumes seculares' – costumes do país de origem, de região e religião – concebendo assim habitações baratas e separadas sem ter em conta a diferença de cultura ou grau de urbanização. Outra importante influência no desafio da construção em grande escala seria uma premissa que se seguia desde 1936 que diferenciava as habitações *low-cost* para população árabe e europeia. Cf. Monique Eleb – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. p. 56.



30 | Carrières Centrales, Casablanca. Antes e depois.

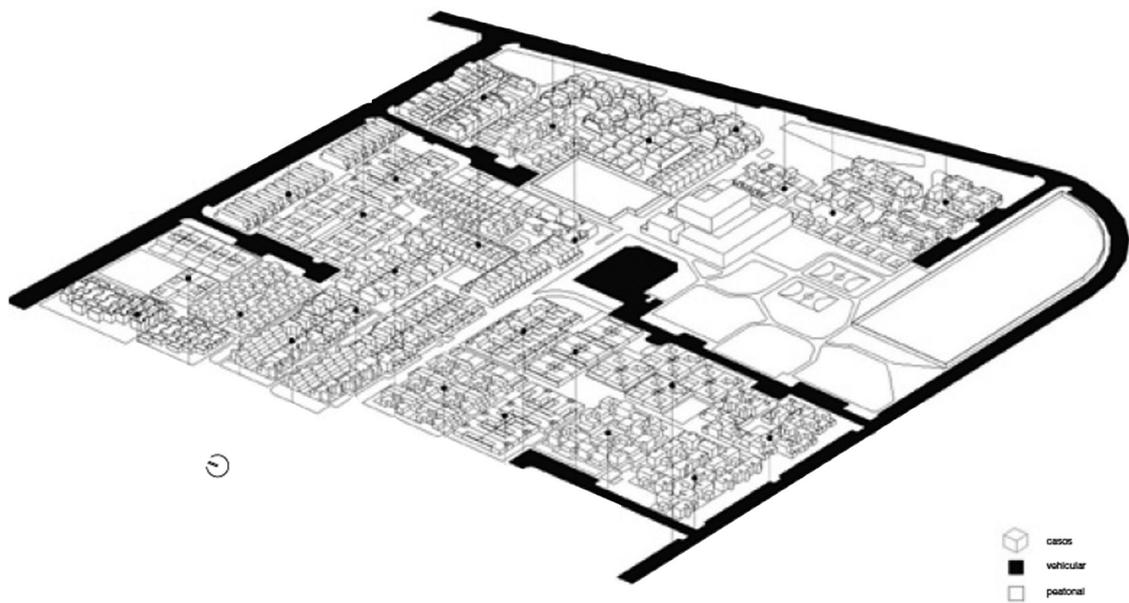
de habitantes das *bidonvilles*, Écochard desenvolveu uma “*grelha*”¹⁸¹ que garantia várias combinações formais de habitação de um único piso, projectada tendo em conta os estudos sociológicos feitos a esta população específica.

No entanto, este tipo de disposição na horizontal não satisfazia Candilis que, obviamente influenciado pela *Unité d’Habitation*, optou pela construção em altura de três edifícios de habitação colectiva, distintos e autónomos, dos quais se evidenciaram, pela originalidade e experimentação de novos conceitos, os edifícios *Nid d’Abeille* e *Sémiramis*. Conceptualmente inovadores estes projectos seguiram a ideia de que a forma das habitações deveria aparecer como resultado das condicionantes culturais dos habitantes, bem como, do nível de urbanidade e tendo em conta as exigências das respectivas religiões. No processo criativo tiveram ainda forte impacto a sugestão de Écochard em utilizarem a sua *quadra* desta vez adaptada à disposição vertical, e as implicações das condicionantes ambientais específicas, estas últimas já observadas na *habitação rural*.¹⁸² Assim, tanto no *Nid d’Abeille* como no *Sémiramis*, um interessante jogo entre a circulação e os pátios (pretendidos como um local íntimo apenas aberto para o céu e para as divisões da casa) desenharam as soluções que se pensavam, então, adaptadas à cultura e à identidade local.

Contudo, anos mais tarde, estas premissas que se pensavam adaptadas, contextualizadas no espaço e capazes de responder às necessidades e desejos de uma população realojada, revelaram-se apenas optimistas e inspiradores no âmbito dos CIAM, onde alcançaram um grande destaque e difusão para toda a comunidade internacional. No contexto em que se construíram, os modelos demonstraram falhar no alcance de vários objectivos que se tinham traçado, um destino para o qual alguns críticos e especificamente Écochard mais consciente e fundamentado nos seus estudos já tinha alertado. Um desses factos para que Écochard havia alertado não demorou muito até ser consumado e é hoje bastante visível. Os pátios que o ATBAT-Afrique havia desenhado não funcionaram como se

¹⁸¹ A *Housing Grid* proposta por Michel Écochard baseava-se na copulação de quadras de oito por oito metros garantido a capacidade de cada habitação ser composta por dois quartos e um pátio interior garantido uma relação com o exterior ao mesmo tempo que fechava a casa sobre si (exigência da habitação muçulmana).

¹⁸² Cf. Monique Eleb – *An Alternative to Functionalism Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. pp. 59-68.



imaginaram e seguiram as premeditações de Écochard: *“the stacked courtyards will inevitably be used as habitable rooms”*¹⁸³.

Perante estes factos, as questões teóricas de Écochard, tal como, as questões práticas dos modelos do ATBAT-Afrique tiveram uma forte influência nas gerações de profissionais que se seguiram demonstrando-se, ainda hoje, um importante modelo para a questão do habitat minimal e da habitação adaptada e evolutiva.¹⁸⁴

*“Os modelos convencionais da cidade moderna, que resultam da prática internacional – a casa de vários andares, a auto-estrada, os serviços escolares e hospitalares de elevado nível – são simultaneamente reservados a uma minoria e impostos a todos os outros como um nível inatingível, de modo a que a sua inferioridade seja objectivamente medida como um desvio a uma norma reconhecida.”*¹⁸⁵

Os modelos de habitação popular massificada que surgiram nos anos 50 e 60 como presumíveis soluções para o problema dos bairros clandestinos e do realojamento do proletariado mais pobre demonstraram ser um importante laboratório para os arquitectos que, nos anos 70, foram confrontados com novas características do fenómeno.¹⁸⁶

A contestação aos modelos do Movimento Moderno ou mesmo a evolução destes, já tinham revelado alguns resultados proveitosos na elaboração de premissas orientadores dos processos de construção, e como tal, reflectiram-se na criação de organizações espaciais desde os finais dos anos 60. Assim, todas as experiências, desde as mais teóricas até às que foram realmente aplicadas ou que surgiram da construção dos vários projectos, algumas já mencionadas neste trabalho, foram importantes e acabaram por, de alguma forma, influenciar uma outra experiência que por combinar várias soluções alcançou a individualidade conceptual e o renome internacional – *PREVI Lima*¹⁸⁷.

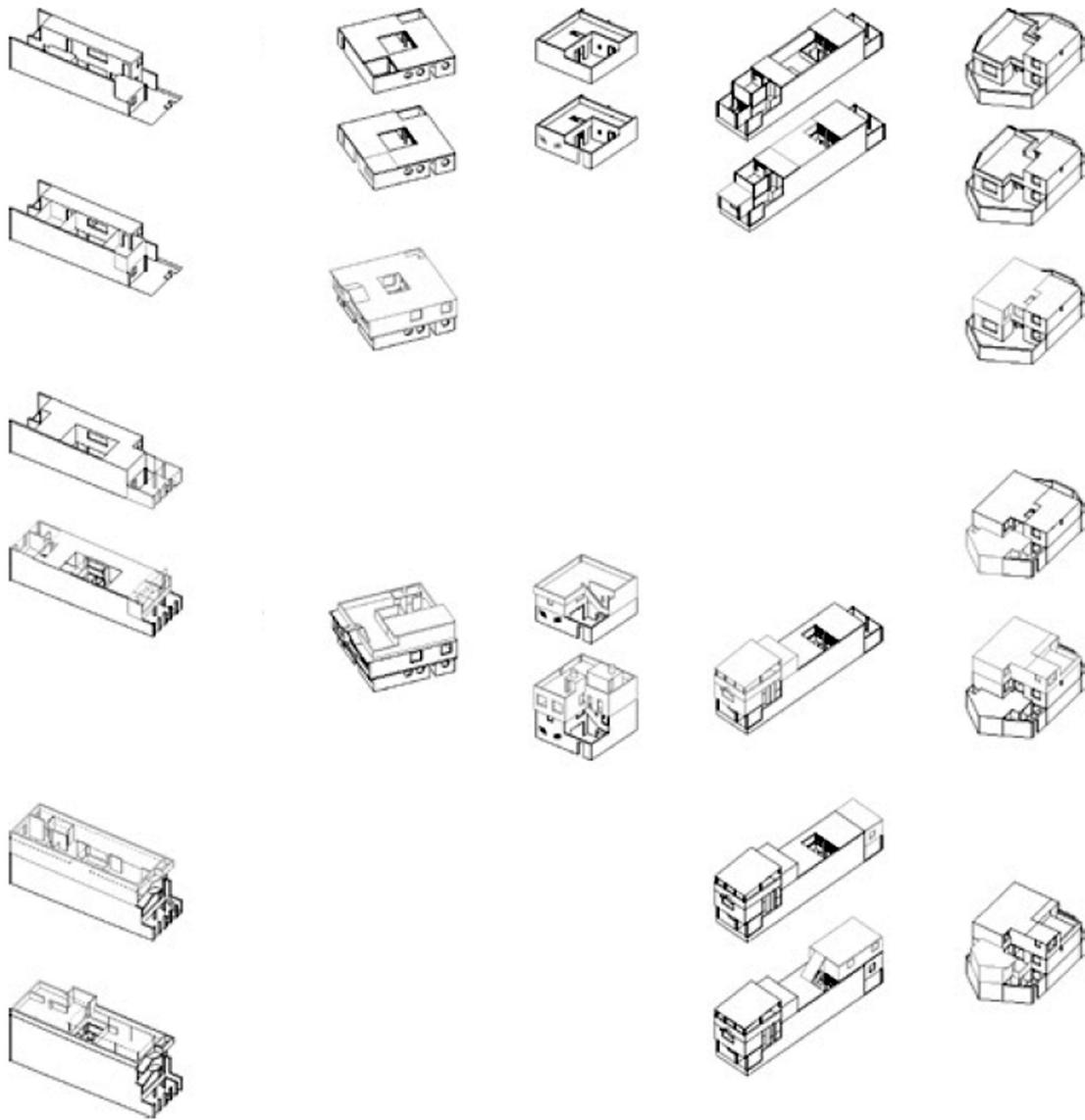
¹⁸³ ELEB, Monique – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. p. 66.

¹⁸⁴ Cf. Maristella Casciat – *Neorealism in Italian Architecture*. pp. 68-69.

¹⁸⁵ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 136.

¹⁸⁶ Cf. Leonardo Benevolo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 139.

¹⁸⁷ O concurso PREVI (Proyecto Experimental de Vivienda en Lima) no Peru, contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e decorreu de 1967 a 1978 sendo que de 1967-69 decorreu o concurso, de 1970-72 desenvolveram-se as propostas vencedoras, de 1972-76 foi construído e, entregues as moradias de 1978-79. Das respostas apresentadas foram seleccionadas 26 propostas nas quais se incluíam



32 | Evolução de algumas habitações do PREVI Lima desde 1978 até 2003.

O *PREVI Lima* foi um plano que primou pelas soluções escolhidas, dentro de um vasto espólio de propostas, como resposta ao fenómeno crescente no Peru - as *barriadas* peruanas. Dada a abertura ao panorama internacional, e tendo em conta o interesse que se vinha demonstrando pelas experiências no Terceiro Mundo, arquitectos de várias correntes puderam fazer parte desta operação que assentava sobre os alicerces da construção evolutiva e na qual o usuário tinha uma interacção fundamental e imprescindível.¹⁸⁸

Das várias propostas apresentadas são claramente perceptíveis os percursos e as teorias desenvolvidas anteriormente nos trabalhos dos arquitectos europeus. A proposta de Aldo van Eyck, por exemplo, surge naturalmente na continuidade da sua arquitectura baseada no *estruturalismo* em que basicamente desenha um módulo que visa a interacção dos moradores com a habitação sendo que esta se articula com a envolvente a partir de espaços neutros, também eles susceptíveis de criar novas relações¹⁸⁹ e de permitir a evolução da obra.

No entanto, outras premissas experimentadas neste concurso/projecto fizeram com que estas propostas assentes numa "*construção popular que assume e racionaliza os modelos «espontâneos» (casas unifamiliares, baixas e podendo ser gradualmente construídas)*,"¹⁹⁰ tivessem ainda mais impacto na comunidade de profissionais atenta a todos estes exemplos que tornaram a América Latina um dos maiores campos de experimentação relativos ao problema da habitação.

O *PREVI Lima* surge como resultado da reunião de várias metodologias e conceitos que se vinham desenvolvendo ao longo de décadas e se quisermos quase como um resumo de tudo o que fui mencionado anteriormente nesta dissertação. Relativamente a estas premissas e apesar de Chombard de Lauwe, ou mesmo, Charles Abrams terem entrado em contacto com esta realidade, foi John F. C. Turner¹⁹¹ quem mais teve um papel fundamental na catalogação e divulgação das

projetos de Arquitectos que já haviam mostrado uma sensibilidade ou teórica ou pratica no tema da habitação social. Entre essas 26 equipas, salientam-se Aldo van Eyck, Candilis, Josic, Woods, Christopher Alexander, entre outros.

¹⁸⁸ Cf. Josep Maria Montaner - *Depois do Movimento Moderno*. p. 135.

¹⁸⁹ Cf. Josep Maria Montaner - *Depois do Movimento Moderno*. p. 137.

¹⁹⁰ BENEVOLO, Leonardo - *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 141.

¹⁹¹ John Francis Charlewood Turner (1927-) Arquitecto formado na Architectural Association School (AA) de Londres que cedo desenvolveu um fascínio pelos ensinamentos de Patrick Geddes. Leitor das revistas de Colin Ward (*Volontá*) e Giancarlo De Carlo (*Freedom*) desenvolve certas empatias ideológicas e em 1952 encontra-se com Colin Ward, Giancarlo De Carlo e Pat Crooke em Veneza onde discutiram questões imperativas do planeamento urbano e da habitação. Será nesta cidade italiana que recebe e aceita o convite de Eduardo Neira para trabalhar num projeto-piloto de assistência técnica às implantações suburbanas da segunda maior cidade do Peru, Arequipa. Mais tarde, trabalha para *Joint Center for Urban Studies*, torna-se professor no MIT e

metodologias desenvolvidas nestes países. Países onde se verificava uma grande exaltação e movimentação de massas que acorriam às principais cidades criando necessidades e conseqüentes intervenções que viriam a influenciar as futuras operações no Primeiro Mundo.¹⁹²

Discípulo das premissas *geddesianas*, Turner junta-se a Giancarlo De Carlo na busca de uma mudança de orientações relativas às “*megalomaniacas fantasias corbusianas*”¹⁹³ defendidas na disciplina do planeamento urbano até então.

*“O problema habitacional não pode ser resolvido de cima. É um problema do povo, e só será solucionado, ou até mesmo encarado corajosamente, mediante a vontade e a acção concretas do próprio povo.”*¹⁹⁴

Determinado a afastar-se das “*teias das inovações tecnológicas e das formulações intelectuais*”¹⁹⁵, Turner segue as convicções de Patrick Geddes relativamente à criação de sinergias que, como já foi referido, complementaram as ideologias de Ernesto Rogers¹⁹⁶, perfizeram os preceitos neo-realistas aplicados em *Tiburtino*, e foram aplicadas também por Giancarlo De Carlo no bairro operário *Matteotti* em Terni¹⁹⁷. Assim, o conceito de que na elaboração do projecto deveriam actuar equipas multidisciplinares em que a participação do morador seria fundamental ganhou, pela sua publicação em revistas como *Architecture Design* ou a *Architectural Record*, uma divulgação exponencial demonstrando ser a cultura arquitectónica apropriada à prática profissional, uma vez que era muito mais abrangente do que aquela que se vinha exercendo.¹⁹⁸

Turner protagonizou, então, a procura das tecnologias apropriadas que solucionassem o problema da habitação e fê-lo no âmbito do Terceiro Mundo, onde as *técnicas de luxo*, que Hassan Fathy também havia dispensado na construção de *New Gourna*, não tinham lugar, e onde a comunidade, mesmo que através de

desenvolve estudos promovidos pelo *Department of Housing and Urban Development* relativos às possibilidades do *Self-help Housing* nos Estados Unidos. Todas as suas teorias sobre habitação são expostas no ensaio *Housing by People* publicado em 1976.

¹⁹² Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 44.

¹⁹³ HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 294.

¹⁹⁴ CARLO, Giancarlo De – *The Housing Problem in Italy*. 1948. In. HALL, Peter – *Cidades do Amanhã*. p. 294.

¹⁹⁵ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 44.

¹⁹⁶ Cf. Maristella Casciat – *Neorealism in Italian Architecture*. In. GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 45.

¹⁹⁷ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. pp. 136-137.

¹⁹⁸ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 130.

processos clandestinos, tinha um papel insubstituível na preparação e nas orientações do projecto. Aliás, hoje sabemos que mesmo que se tente adaptar estas *técnicas de luxo*, referidas como as difundidas e empregues nas obras do Movimento Moderno e provenientes dos países do Primeiro Mundo, nos países pobres, essa postura não revelará bons resultados – como aconteceu no projecto *Carrières Centrales* em Marrocos – embora o contrário desta afirmação fosse, segundo as teorias de Turner, possível e viável.

Dos países desenvolvidos, propostas fomentadas durante os anos 60 e 70 como o *advocacy planning* de Paul Davidoff proveniente da relação arquitecto/morador, os *sportes*¹⁹⁹ de N. John Habraken, ou mesmo, os *patterns*²⁰⁰ de Christopher Alexander relacionados com a flexibilidade e adaptabilidade da habitação, seriam radicalizadas nas teorias de Turner²⁰¹ uma vez que “advogava a inteira liberdade de opções na construção da moradia própria, principio ao qual correspondia também uma certa demissão da função do arquitecto, incapaz de introduzir mais-valias técnicas ou arquitectónicas no desenrolar do processo construtivo.”²⁰²

Com a necessária adequação destas premissas ao contexto dos países mais pobres e, especialmente, às intervenções em aglomerados de crescimento espontâneo e clandestino, Turner sustentava que os edifícios daí provenientes resultariam contextualizados no tempo e no espaço, representando o triunfo da realização social perante o poder centralizado, ou seja, as “*tutelas governamentais e institucionais*.”²⁰³ No entanto, a ausência de propostas concretas pela parte de John F. C. Turner, seria equiparada a erros também já cometidos na segunda metade do século XIX pelos socialistas utópicos John Ruskin e William Morris,

¹⁹⁹ Derivado da observação e crítica dos conjuntos habitacionais do pós-guerra, N. J. Habraken desenvolveu o conceito *Sportes* que se baseava na separação de todos os elementos colectivos e imóveis (estrutura e infraestruturas) daqueles que se pudessem modificar (espaços habitáveis) garantindo assim à habitação a flexibilidade de adaptação às necessidades do morador. Em 1964 cria o SAR (Stichting Architecten Research) para explorar estas hipóteses que difundiria mais tarde, em 1972, no livro ‘*O Desenho dos Suportes*’. Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 131.

²⁰⁰ Entrando pelos campos da sociologia, da psicologia e da antropologia, Christopher Alexander desenvolve os *patterns* – um padrão de funcionalidades existentes nas formas arquitectónicas que, em várias escalas, se relacionavam com o contexto. Através desses *patterns*, não só defende “*um modo intemporal de construir*”, como também, desenvolve um modelo de habitat evolutivo formado por módulos que se acrescentariam mediante as necessidades do proprietário. Este modelo foi originalmente experimentado na experiência *PREVI Lima*. Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 132.

²⁰¹ Cf. Leonardo Benevolo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 143.

²⁰² BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 51.

²⁰³ *Ibidem*. p. 45.



fazendo com que, apesar de as reformular na sua publicação *Housing by people* de 1976, fossem esmorecendo e perdendo a sua influência com o passar dos anos.²⁰⁴

No entanto, a forte afluência de habitantes rurais aos principais centros urbanos, e o crescimento desmedido das cidades dos anos 50 e 60, principalmente as da América Latina, que entusiasmaram John Turner e o ocuparam durante vários anos, revelaram-se extremamente interessantes e estimulantes, deslumbrando cada vez mais os profissionais ligados à Arquitetura e Ciências Sociais.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos²⁰⁵ foi mais um destes profissionais. arquitecto, seguia e trabalhava de alguma forma de acordo com o sistema *site-and-service*²⁰⁶ de John Turner, na medida em que, também ele, apoiava a participação do morador na construção e/ou melhoramento do seu habitat, tomando sempre como acção primordial, dotar os assentamentos de infraestruturas básicas e condições de salubridade e higiene.

Enquanto consultor da FAFEG, esteve envolvido no processo de demolição de cinco favelas e conseqüente realojamento dos moradores em novas habitações, desta feita, na periferia.²⁰⁷ Esse envolvimento surgiu, não ligado à demolição em si, mas sim à necessidade da FAFEG combater as conseqüências que aquele *“rasgo de intempestuosa afirmação política”*²⁰⁸ tinha causado num dos assentamentos escolhidos – *Brás de Pina*.

A favela *Brás de Pina* ganha, assim, especial destaque pela resistência dos moradores ao processo de realojamento e pelas situações desencadeadas por esta luta aos planos tecnocráticos e paternalistas do governo. Revogando o realojamento, os habitantes pretendiam antes um plano de melhoramento da favela que a dotasse das infra-estruturas básicas e de melhores condições.

É então perante estas novas premissas que Carlos Nelson surge integrado numa equipa do FAFEG inicialmente encarregue de desenvolver um trabalho de análise e, posteriormente, de elaborar *“um plano de infra-estruturação viária, de*

²⁰⁴ Cf. Josep Maria Montaner – *Depois do Movimento Moderno*. p. 131.

²⁰⁵ Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1943–1989) arquitecto, urbanista e antropólogo, trabalhou na FAFEG (Federação das Associações de Favelados do Estado da Guanabara) e para a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento das Comunidades) onde começou a trabalhar sobre o tema da habitação popular.

²⁰⁶ *Site-and-Service* foi um sistema que John Turner defendeu, difundiu e aplicou na sua metodologia. É um sistema em que o arquitecto cumpre as funções de assistente, na medida, em que o seu papel é o de incutir e aconselhar estratégias de forma a atribuir ao assentamento melhores condições e infraestruturas elementares.

²⁰⁷ Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 48.

²⁰⁸ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 48.

*saneamento, e de abastecimento.*²⁰⁹ Relativamente à habitação, foram apresentadas, em função das respostas aos inquéritos promovidos, alguns modelos de habitação unifamiliar que se desenvolveriam em extensão podendo com isso a habitação beneficiar relativamente à dimensão dos seus espaços. No entanto, esta tipologia não foi aceite pelos moradores que, perante tais desacordos, acabaram por ser convidados pelos arquitectos a apresentarem desenhos mais ou menos rigorosos de tipologias que respondessem às suas necessidades e desejos. Estas plantas foram, então, estudadas e ajustadas aos lotes pelos profissionais, podendo o futuro morador escolher a tipologia que preferisse.²¹⁰ Uma vez que os lotes estavam definidos e as infra-estruturas construídas, iniciou-se a construção da habitação propriamente dita sendo esta particularmente interessante pela intervenção do arquitecto e a relação deste com os moradores. Com a necessidade de baixar o custo de obra, mas também com a já mencionada necessidade de fomentar sentimentos de apego pelo habitat, a CODESCO fez os esforços para criar linhas de empréstimo e promoveu, ao mesmo tempo, a autoconstrução.

Perante a intervenção dos agentes especializados na construção das habitações, pode-se afirmar que o sistema de autoconstrução estava totalmente entregue aos habitantes de *Brás de Pina*. A quase demissão, por parte do arquitecto, defendida por Turner e observada nas *Barriadas* peruanas, ganhava no processo construtivo de *Brás de Pina* e nas teorias de Carlos Nelson Ferreira dos Santos um novo significado, este mais literal que o de John Turner.

Em *Brás de Pina* pode dizer-se que os agentes especializados interferiram apenas na infra-estruturação urbana e que a construção dos fogos esteve totalmente nas mãos dos futuros moradores. No entanto, os arquitectos acompanhavam as obras e qualquer questão poder-lhes-ia ser colocada mas este *“acompanhamento técnico deveria assistir e aconselhar a obra, nunca criar inibições ou proibições.”*²¹¹

Apesar do atribulado processo de urbanização²¹², toda a metodologia projectual e construtiva, e premissas de intervenção aplicadas em *Brás de Pina*, alcançaram o sucesso na medida em que as condições da favela foram melhoradas.

²⁰⁹ *Ibidem*. p. 49.

²¹⁰ Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 50.

²¹¹ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 51.

²¹² Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 51.

Os moradores viram nas suas casas a materialização dos seus desejos e necessidades, e os limites do assentamento difundiram-se e perderam-se acabando por alcançar uma suave integração na envolvente.

Além desta experiência em *Brás de Pina*, Carlos Nelson Ferreira dos Santos envolveu-se em muitas outras, onde as condições eram ainda mais adversas à prática da arquitectura e onde continuou a aplicar o *advocacy planning* prestando o apoio necessário aos moradores mas apenas sob sua solicitação.²¹³

*“A crise não era urbana, mas sim inerente ao próprio sistema capitalista, portanto de nada adiantava andar a resolver problemas específicos neste ou naquele bairro, nesta ou naquela cidade. Os problemas não residiam na cidade em si mas sim nas formas de apropriá-la.”*²¹⁴

A cada vez maior demissão da prática da sua profissão e os sentimentos crescentes de impotência perante o problema da construção da habitação, levaram Carlos Nelson, no final da década de sessenta, a afastar-se relativamente às suas funções enquanto arquitecto e urbanista e a desenvolver objectivos próprios ligados ao mundo das ciências sociais e, mais concretamente, ao universo antropológico. Assim, ao longo da década de setenta, este processo de abdicação e transformação é fortalecido com palestras e conferências por todo o mundo onde explica as premissas desenvolvidas ao longo dos vários processos de realojamento e construção de habitat em que esteve envolvido. Terá sido numa dessas viagens que, em 1972, voltou a visitar Portugal, mais especificamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde expôs os resultados das metodologias usadas nas intervenções em aglomerados de crescimento espontâneo e ilegal.

*“Somente uma vez a arquitectura abriu sua janela ao mundo, à realidade da maioria, na tentativa de superar seu círculo elitista. Mas rapidamente voltou a fechá-la e a esquecer-se de que devia servir a toda a humanidade e não só a uns poucos privilegiados clientes de revista.”*²¹⁵

²¹³ Cf. José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 52.

²¹⁴ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 53.

²¹⁵ MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno*, p. 137.

2 | Bairros Críticos : Entre a Guetização e a Desguetização

2.1 | A reivindicação pela habitação em Portugal

“De facto, face a um contexto extremamente desfasado em relação a uma Europa em explosão demográfica e a braços com todos os problemas inerentes à sociedade industrializada (guerra, complexos problemas sociais, falta de infraestruturas para guiar o desenvolvimento das cidades), Portugal encontra-se numa realidade profundamente díspar da que leva as vanguardas de lá a reflectir sobre as questões da arquitectura.”²¹⁶

Em Portugal, o regime de ditadura de cariz nacionalista, aliado à posição geográfica da nação, conduziu a arquitectura Portuguesa à incapacidade de acompanhar com a mesma projecção, as premissas que eram discutidas no resto da Europa vanguardista. Nesta medida, as incursões nacionais feitas às concepções do Movimento Moderno dão-se apenas no final da década de 40, acolhendo então, os preceitos universalistas que fomentavam a arquitectura Moderna desde os anos 20.

Será apenas com o I Congresso Nacional de Arquitectura que, em 1948, questionando as tutelas do Estado Novo, o debate arquitectónico português se abriu às ideologias que ocupavam os principais críticos do Movimento Moderno e que alimentavam a discussão nos CIAM. Esta abertura ao debate internacional, que já se sentia em crise, resultou numa interessante abordagem metodológica *“levando assim o debate da arquitectura nacional nos anos 50 para uma posição algures entre a modernidade e a tradição.”²¹⁷*

Representando um marco fundamental na prática da profissão, este congresso traduziu-se na afirmação do arquitecto que começou, então, a reclamar

²¹⁶ AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente – *Moderno contaminado : a revisão do movimento moderno nos contextos nacional e internacional*. p. 93.

²¹⁷ *Ibidem*. p. 97.

a “*industrialização e a participação dos arquitectos: à escala da cidade; no ordenamento do território; na resolução do problema da habitação.*”²¹⁸

Toda esta agitação em torno do debate arquitectónico, acabou por estimular, em 1956 sob presidência de Francisco Keil do Amaral²¹⁹, o Sindicato dos Arquitectos Portugueses²²⁰ a lançar o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa revelando, assim, uma abordagem ao problema da habitação “*culturalmente mais próxima da «via» italiana*”²²¹. Esta operação que, por um lado, censurava a inércia do Estado Novo e tentava “*desmistificar a propaganda folclórica (...) enraizada na visão conservadora do governo de Oliveira Salazar*”²²² e, por outro, expunha ao debate arquitectónico uma nova alternativa à arquitectura de autor, revelou outras soluções arquitectónicas que não seguissem, apaticamente, as dos modelos modernistas, repetidos constantemente na construção de cidades como o Porto e Lisboa.²²³

Nesta experiência portuguesa de crítica ao Movimento Moderno, evidenciaram-se várias personagens que, polarizando os dois grandes centros urbanos nacionais, prestaram inúmeras contribuições para o debate da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX. Em Lisboa, destaca-se Nuno Teotónio Pereira²²⁴ através do *Atelier da Rua da Alegria*, e no Porto, os arquitectos Fernando Távora²²⁵ e Octávio Lixa Filgueiras²²⁶ por acompanharem de

²¹⁸ Cf. OASRN – Actas do 1º Congresso Nacional De Arquitectos | 1948

²¹⁹ Francisco Keil do Amaral (1910–1975) Arquitecto Português que foi eleito presidente do Sindicato dos Arquitectos Portugueses em 1948 tendo um papel assinalável nas acções concretizadas ao longo do período associativo após a realização do congresso de 1948.

²²⁰ Em 1933, com o Estado Novo, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses (1902–1933) é substituída pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos vigorando até 1978, aquando da sua transformação para Associação dos Arquitectos Portugueses.

²²¹ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 70.

²²² *Idem*.

²²³ Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 70.

²²⁴ Nuno Teotónio Pereira (1922–) arquitecto português formado pela ESBAL que assume total importância na crítica social portuguesa. Pelo seu *Atelier da Rua da Alegria*, onde foram discutidos os mais diversos temas da arquitectura portuguesa, passaram alguns dos mais importantes arquitectos nacionais que haveriam de se destacar pelas contribuições que trouxeram ao debate da arquitectura portuguesa: Bartolomeu Costa Cabral, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida, António Reis Cabrita, Vítor Figueiredo, João Paciência, Pedro Botelho e Gonçalo Byrne. Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. In. PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 71

²²⁵ Fernando Távora (1923–2005) um dos mais importantes arquitectos portugueses era membro da “Organização dos Arquitectos Modernos” (1947–1952) que tinha como objectivo divulgar as premissas profissionais da Arquitectura Moderna. Como membro desta organização trabalhou em parceria com o Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT) desenvolvendo uma reflexão inovadora em Portugal acerca do papel social da arquitectura.

²²⁶ Octávio Lixa Filgueiras (1922–1996) arquitecto português formado pela ESBAP, publicou inúmeros estudos, artigos e alguns livros entre os quais o *Arquitectura Popular em Portugal* publicado em 1961, que se revelou particularmente importante e influente por investir sobre uma reflexão e interpretação da arquitectura popular portuguesa.

perto o desenvolvimento da crítica ao Movimento Moderno no estrangeiro, protagonizadas pelo TEAM X²²⁷.

No entanto, foi Nuno Teotónio Pereira quem protagonizou este momento pré-revolucionário onde era ambicionada uma construção de *“habitações para o maior número”*²²⁸, reclamando novas metodologias arquitectónicas que implementassem novas políticas de solo, ao mesmo tempo que fomentava a participação dos moradores. Estas, aliadas a uma estrutura descentralizada do Estado e apoiada no cooperativismo, foram as premissas que influenciaram a metodologia projectual de Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral na sua proposta para o conjunto de habitação colectiva para a Associação de Inquilinos Lisbonenses (AIL) a construir na Ajuda.²²⁹

Em 1957, com o intuito de mediatizar a questão da habitação colectiva, foi organizada uma exposição intitulada *O Cooperativismo Habitacional no Mundo* que, completada pela organização de conferências, pretendia ampliar o alcance destas iniciativas relativas à construção de habitação colectiva e, assim, tornar-se mais influente. Colocado lado a lado com outros projectos internacionais da mesma índole, do projecto desenvolvido para a AIL foi criado um modelo à escala que, uma vez exposto nesta exposição, podia ser percorrido e vivido pelos visitantes. No final dessa visita era solicitado o preenchimento de um inquérito relativo às impressões directas causadas pelos espaços às pessoas, sendo o objectivo final a reunião de factores que contribuíssem para uma habitação melhor. Este foi um dos primeiros processos relativos à participação do utente desenvolvidos em Portugal.²³⁰

²²⁷ Os ensinamentos de Fernando Távora e Octávio Lixa Filgueiras resultante do inquérito à arquitetura popular portuguesa foram os primeiros a serem revelados no CIAM X revelando assim a estratégia portuguesa relativamente à questão da habitação.

²²⁸ *“Habitações para o maior número”* foi também o título que deu a um texto seu, com o qual intervém no “Colóquio de Urbanismo” realizado no Funchal em 1969. Nesse texto expõe algumas considerações, não só fundamentadas no seu estudo, mas também numa análise aprofundada da situação habitacional em Portugal, evidenciando o desprezo dado às oportunidades para a resolução do problema de habitação. Pode-se ainda dizer que com este texto, Teotónio Pereira adverte e *“conclui que a questão da habitação não é um problema parcelar, resolúvel com a construção de alguns bairros ou de algumas casas, mas sim um sintoma social, com uma dimensão dinâmica e abrangente, que urge enfrentar numa perspectiva mais vasta, mais estruturante, reivindicando, em suma, uma actuação política concertada (...)”* In. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 67.

²²⁹ Associação de Inquilinos Lisbonenses foi criada em 1924 por um grupo de anarquistas que visavam a defesa dos interesses dos arrendatários de casas. Em 1956 esta associação juntamente com o Partido Comunista criam o *“inquilinato cooperador”* conceito que consistia em atribuir à AIL a promoção e construção da habitação, tornando-a proprietária das casas, ficando-lhe garantido o poder para arrendar as casas. Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 63.

²³⁰ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. pp. 64-65.

No final dos anos cinquenta Portugal juntava-se à restante Europa na medida em que partilhava dos mesmos problemas inerentes à sociedade industrializada. Perante o ambiente de Pós-Guerra, os graves e complexos problemas sociais, os fortes movimentos migratórios urbanos era difícil garantir as infra-estruturas que lhe dessem resposta. Tal como acontecera no período da Revolução Industrial, Portugal encontrava-se fragilizado e preso num ambiente político centralizado. A necessidade de mudança protagonizada em Portugal por Nuno Teotónio Pereira e o seu desejo de uma actuação urgente contribuiu, não só, para o desenvolvimento de novas abordagens relativas à intervenção do Estado na participação e criação de políticas habitacionais, como também para a abertura da prática da arquitectura a novas disciplinas criando assim sinergias, como já vimos defendidas e aplicadas em outros âmbitos, noutras latitudes. É então que surge, no âmbito nacional, Nuno Portas²³¹ destacando-se pela sua inigualável importância na estruturação de novas políticas e metodologias de actuação dentro do tema da habitação.

Em 1960, o Sindicato Nacional dos Arquitectos agenda um novo colóquio. *Aspectos sociais na construção do habitat* foi o nome atribuído a este encontro no qual se alertou para novas consciências, até aí ignoradas ou desprezadas dentro do tema do problema da habitação. O desejo, já sentido no panorama nacional, pela abertura da prática a outros campos, vê neste congresso o desvendar de outras especificidades que se haviam revelado fundamentais nas análises a projectos estrangeiros. Chombart de Lauwe, um dos convidados para este encontro, apresenta a sua versão dos factos, opinião que retirou da leitura de inquéritos feitos a populações de bairros franceses. De Lauwe conclui que a questão da habitação e, principalmente, a questão do realojamento deve sempre ser feita em função do estrato social, das necessidades quer sociais, quer tipológicas da população a ser realojada, bem como, em função do seus desejos e necessidades, sendo o desdém por estes factores o principal causador de angustia e desadequação por parte dos novos moradores e portanto antagónico à coesão social. Essa seria a maior conclusão a retirar deste colóquio, a da necessidade de

²³¹ Nuno Portas (1934–) foi colaborador de Nuno Teotónio Pereira ainda antes de se formar em arquitetura, tornando-se um dos mais importantes teóricos nas áreas do planeamento urbano e da habitação em Portugal. Integrou nos três primeiros Governos Provisórios do Pós-25 de Abril nos quais traçou as novas linhas políticas de habitação, reabilitação urbana e na estruturação da nova legislação sobre urbanismo.



34 | Vista aérea do Bairro de Alvalade.

encarar a habitação, também, como um problema social no qual não se devia generalizar mas sim, adequar o processo por grupos mais homogêneos.²³²

Perante estes factores, devemos então reconhecer que a crítica ao Movimento Moderno em território português se fez, principalmente, através da prática projectual e conceptual desenvolvida no *Atelier da Rua da Alegria* tendo como base a participação de Teotónio Pereira e seus companheiros em vários congressos internacionais, bem como, os contactos que tiveram com outras experiências²³³, de onde herdaram uma nova consciência dos factos e, conseqüentemente, uma nova maneira de projectar.

Autor de algumas das mais importantes experiências em Portugal, e enquanto membro activo no campo institucional, Nuno Teotónio Pereira tem um papel fundamental na construção de conjuntos dedicados ao alojamento social, influenciando com a sua vasta experiência outros projectos construídos em Portugal entre as décadas de 50 e 60. Essa capacidade de experimentação dada pela revisão crítica em desenvolvimento nestes anos fez com que o Gabinete Técnico de Habitação (GTH)²³⁴, perante o problema de carência habitacional, ambicionasse experimentar diferentes tipos de concessões alternativas às premissas do Movimento Moderno.

O GTH propõe então, na continuidade da experiência iniciada com o *Bairro de Alvalade*²³⁵, três operações urbanas de grandes escala nas quais Nuno Teotónio Pereira e os seus colaboradores participaram – *Olivais-Norte* (1957), *Olivais-Sul* (1961) e *Chelas* (1966).²³⁶

Peculiar pela dicotomia tipológica que contempla, o Bairro dos Olivais revela uma clara mudança conceptual nas duas partes distintas que o constituem

²³² Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 65.

²³³ Desde o início da década de 50 que a primeira geração daquele a que se viria a chamar de *Atelier da Rua da Alegria*, entrou em contato com as experiências desenvolvidas em Espanha e Itália retirando, do último, muito conhecimento do programa INA-Casa.

²³⁴ Gabinete Técnico de Habitação foi um gabinete criado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1959 tendo a particularidade de ser constituído por uma equipa de profissionais multidisciplinar abrangendo as áreas de engenharia, urbanismo, arquitetura, sociologia e paisagismo.

²³⁵ Bairro de Alvalade (1947) da autoria de Faria da Costa, foi o primeiro bairro destinado à habitação social representando assim uma alteração inédita nas operações do Estado que até aí só promovia bairros de habitação unifamiliar.

²³⁶ Olivais-Norte e Olivais-Sul representam duas fazes distintas daquele que foi o maior bairro satélite promovido pela Câmara Municipal de Lisboa entre a década de 50 e 60 – Bairro dos Olivais. Sendo da autoria de Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, são ainda de realçar os contributos de Vitor Figueiredo, Vasco Lobo, Braula Reis, Croft Moura e Duarte Castel-Branco. Já o conjunto habitacional de Chelas, o carismático edifício Pantera Cor-de-Rosa é da autoria do arquiteto Gonçalo Byrne. Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. pp. 72-73.



35 | Edifício Pantera Cor-de-Rosa de Gonçalo Byrne, 1971-75.

representando, desta forma, as preocupações do *Atelier* relativamente à habitação de baixo custo, bem como, a aproximação às tendências alternativas da *Carta de Atenas* desenvolvidas no estrangeiro pelas novas gerações de críticos. Olivais-Norte desenvolve-se segundo um modelo funcionalista da *unidade de vizinhança* (modernista) enquanto que Olivais-Sul enverga por um conceito do tipo *Cluster* (revisão crítica do modernismo) em que as grandes torres dão lugar a prédios de média altura acessíveis por ruas geradoras de fluxos controlados. Este último projecto revela ainda, uma clara aproximação à experiência italiana manifestando tendências neo-realistas na medida em que os espaços da habitação foram pensados e desenhados atribuindo-lhes uma flexibilidade funcional.²³⁷

No entanto, a experiência portuguesa não foi apenas afectada pela *via italiana* como se constataria em projectos construídos alguns anos depois. A crítica internacional chegava aos poucos a Portugal fazendo com que as tipologias modernas do estrangeiro surgissem com um atraso relevante. É exemplo disso, a influência que pensamentos e projectos provenientes das experiências do casal Smithson, como o conceito *Building as a street*, tiveram em projectos como o *Pantera Cor de Rosa* (1971-1975) do arquitecto Gonçalo Byrne e o *Pata de Galinha* (1973-1980) de Vítor Figueiredo.

A década de 60, marcou assim o despertar do Estado para novas soluções que combatessem o crescimento irregular e clandestino de habitações, cada vez mais um "*fenómeno urbano emergente*"²³⁸ em Portugal. Reconhecida, então, a impossibilidade de garantir habitação unifamiliar a todos os que viviam sem as mínimas condições de conforto, higiene ou segurança; a habitação para o maior número, ou seja, os grandes edifícios de habitação colectiva, eram a solução, a orientação que se deveria seguir de modo a alojar aqueles que viviam em bairros insalubres, casas degradadas, barracas ou *ilhas*²³⁹. Era necessário extrair novas premissas dos debates mas também dos modelos já construídos sendo para isso exemplo o *Bairro de Alvalade*. Este, ao contrário da maioria dos bairros sociais não estava implantado na periferia da cidade de Lisboa e por isso não representava, nem incutia na sua população sentimentos de segregação espacial e social

²³⁷ Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. pp. 72-73.

²³⁸ GRANDE, Nuno – *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 218.

²³⁹ As *Ilhas* representam "*os conjuntos de habitações operárias edificadas no interior dos lotes, estreitos e compridos*" que cresceram principalmente na cidade do Porto e no qual viviam inúmeras famílias em condições com carências aos mais variados níveis – saúde, higiene, privacidade, conforto, etc.



36 | Encontro Nacional de Arquitetos, 1969.

salvaguardando assim as condições habitacionais do bairro e a proximidade de equipamentos essenciais ao dia-a-dia e, conseqüentemente, ao bem estar da população.²⁴⁰

“Neste período, em que se via confrontado com a guerra colonial, com a emigração crescente e com a inevitável abertura dos mercados, o regime carecia de um instrumento que veiculasse estratégias, que agregasse deliberações e que reequilibrasse as várias tendências no seu seio. Paralelamente, este plano começa também a traduzir a necessidade de acompanhar a aceleração do ritmo de crescimento da economia com outras preocupações de natureza social, entre as quais se incluía a questão da promoção de habitação.”²⁴¹

Relativamente aos debates, 1969 foi um ano de excelência, pela quantidade de acontecimentos que demonstraram a necessidade de mudança tanto de estruturas como de políticas em prol de uma actividade profissional mais consciencializada para a responsabilidade do papel do arquitecto na sociedade portuguesa daquele tempo, sendo a questão do habitat, o elo que os ligava.

O Encontro Nacional de Arquitectos (ENA)²⁴² em 1969, foi um dos acontecimentos mais importantes dentro do âmbito do debate da arquitectura nacional ganhando mais destaque pelo contexto histórico, político e social em que surgiu. A subida de Marcelo Caetano ao poder e o ambiente de mudança proporcionado por essa ascensão criou na comunidade sentimentos de esperança, fazendo-os acreditar que as condicionantes da prática da arquitectura podiam mudar. Além deste ambiente político entusiasta, o ENA encerrou um ano pleno de eventos destinados à discussão do modo de encarar o problema do alojamento em Portugal.

Em Maio desse ano, teve lugar em Aveiro, o II Congresso Republicano. Um debate político do qual se destacaram, relativamente a esta temática, duas comunicações intituladas “As casas dos trabalhadores nos centros urbanos” e “Habitação – problema social”. Investigando as miseráveis condições do

²⁴⁰ Cf. Nuno Portas – *O tempo das formas*. p. 271.

²⁴¹ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 69

²⁴² ENA foi um encontro convocado por “um grupo de profissionais desvinculados institucionalmente da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos” em dezembro de 1969. In. BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 86.

alojamento através de análises estatísticas, ambas as teses teciam considerações activistas na discussão de alternativas possíveis e reformadoras na resolução do problema da habitação. A primeira defendia que à “*qualificação técnica dos projectos e das implantações*” se devia aliar a participação da população na medida em que só através da sua intervenção em debates, dos quais resultavam a enumeração dos problemas e interesses pessoais, se conseguiria atingir uma solução eficaz que correspondesse às reais carências do país. Por sua vez, a segunda tese apoiava-se num campo mais operativo e mais técnico uma vez que procurava uma reestruturação dos organismos e das políticas conjunturais criticando a falta de organização, e coordenação prejudicada pelo grande número de corporações estatais que não se adequavam ao contexto nacional. Defendiam a iniciativa privada como complemento dos organismos do Estado, ambicionando deste modo revolucionar o sector uma vez que, sugeriam a modernização e a racionalização como meio para a evolução e resolução do problema.²⁴³

“A alternativa institucional permitiria mediar as diferenças, atenuar os desequilíbrios, aproximar os pólos da contradição. Nuno Portas achou, pelo menos em determinado momento de esperança que correspondeu à «Primavera Marcelista», que isso era possível e estaria perfeitamente ao alcance. Para tal, apenas seria necessário trabalhar no maior número de frentes possível. O Colóquio sobre as Políticas de Habitação, e algumas decisões que lhe andaram associadas como a criação do FFH, deram alma e forma a essa ideia, a esse momento em que se esteve mais próximo da base experimental de actuação no terreno.”²⁴⁴

Outro acontecimento relativo a esta problemática aconteceu ainda neste ano, afirmando-se como um marco irrefutável no modo das instituições enfrentarem os problemas do alojamento em Portugal. Era intenção do Colóquio sobre Políticas de Habitação²⁴⁵ enfrentar objectivamente a questão da habitação, ambicionando redefinir novas medidas relativas a essa matéria. Para mais, o

²⁴³ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, pp. 85-86.

²⁴⁴ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 106.

²⁴⁵ O Colóquio sobre Políticas de Habitação foi uma iniciativa do Ministério das Obras Públicas que decorreu entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969 nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

ambiente político em que se vivia, a chamada *Primavera Marcelista*²⁴⁶, demonstrava ser a altura ideal para modernizar e reformar as políticas que tinham há muito entrado em desuso. Nesta medida, foram discutidos temas que aproximaram o debate teórico nacional do internacional favorecendo a revisão e a reforma das políticas, bem como, das metodologias de intervenção no combate à carência habitacional.

*“O regime salazarista preocupou-se, essencialmente, em assegurar as condições de viabilização da actividade do sector privado. A intervenção do sector público na produção de alojamentos foi sempre diminuta.”*²⁴⁷

A evolução da atitude face aos processos interventivos advinha, então, da realização de que os bairros convencionais construídos para o realojamento social, teriam de ser alterados, sendo a procura e a aplicação de novas tipologias urbanas e habitacionais, fundamental. Para tal, os fundos disponíveis para a fomentação desse tipo de intervenções tinham de ser melhor direccionados e aplicados. Até à realização do colóquio esses fundos eram aplicados na qualificação das casas ao invés da quantificação, isso sim, realmente necessário. A presença dos técnicos no processo construtivo nunca deixaria baixarem demasiado os níveis de habitabilidade e qualidade das casas. Pelo conhecimento de outras experiências divulgadas no debate internacional, sabia-se ser fundamental a construção dessas casas de modo a evitar grandes deslocamentos da população na fase do realojamento sob medida de evitar o desagrado de cariz físico e psicológico. Outro assunto muito debatido no colóquio foi a questão da participação da população na construção das suas próprias casas. Essa necessidade devia surgir não só no âmbito da construção da casa em si, mas sim, em todo o processo implicando a colaboração *“na definição e na execução dos planos imediatos, nos planos a prazo, e até no processo de execução das operações.”*²⁴⁸

²⁴⁶ *Primavera Marcelista* é o nome dado ao período inicial do governo em que Marcelo Caetano sucede a Oliveira Salazar. Governou entre 1968 e 1970 e no início desse período operou no sentido de uma modernização e liberalização, contribuindo assim para reformas ao nível económico, social e político que fez muita gente acreditar numa real mudança do regime ditatorial. Essa mudança de regime nunca chegou a acontecer.

²⁴⁷ FERREIRA, António Fonseca – *Política(s) de Habitação em Portugal*, p. 56

²⁴⁸ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, pp. 80-81.

“A planificação e a promoção habitacional, pública e privada – objectivos e instrumentos – reflectem a sua desadaptação face à realidade produtiva do País, à ausência de suporte administrativo e empresarial, e ao tradicional peso da propriedade fundiária na sociedade portuguesa.”²⁴⁹

Todas estas alterações no modo e níveis de actuação no formato institucional de enfrentar os problemas de alojamento em Portugal, afirmaram-se e justificaram o todo o significado de *charneira* do Colóquio sobre Políticas de Habitação. A realização destes preceitos alteraram e readaptaram a actuação e a estrutura técnico-administrativa do Fundo de Fomento de Habitação (FFH)²⁵⁰, um dos principais organismos criados para combater a carência e fomentar a habitação social em todo o território nacional. Ao longo dos primeiros cinco dos treze anos de vigência do organismo, o mesmo sofreu várias alterações reflectindo a necessidade e o desejo de fundir numa só instituição as competências e atribuições no sector da habitação social. Concentrando vários sectores no mesmo organismo, o FFH conseguia articular o urbanismo e planeamento ganhando assim poder sobre outros campos, como a política de gestão de solos e a construção das habitações.

Mas a procura e estabelecimento de novos ideais, não se restringiu apenas a estas novas matrizes orientadoras. As reformas só se demonstrariam eficazes se por um lado reduzissem os custos da habitação, e por outro, garantissem aos seus habitantes sentimentos de apego e satisfação com a nova habitação. Assim, à privatização de algumas instituições, ao incentivo ao sector cooperativo, à concentração de competências num número mais reduzido de organismos, à promoção da quantidade em detrimento da qualidade excessiva da habitação, eram ainda adicionados temas que haviam orientado os principais críticos para os países do Terceiro Mundo. Já difundida no II Congresso de Aveiro, a *participação da população* como medida de sucesso é novamente promovida no Colóquio sobre Políticas de habitação. Agregado ao conceito, é então, considerado o tipo de concepção construtiva, o da habitação evolutiva, de modo a se alcançar melhorias

²⁴⁹ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. p. 11.

²⁵⁰ O Fundo de Fomento de Habitação foi uma instituição criada a 28 de Maio de 1969 sob forma de organismo com autonomia administrativa e financeira e com as intenções de inserir o fomento de habitação social na política de equipamento e integrar a política nacional de habitação com o planeamento urbano.

na qualidade de vida dos moradores e revelando, acima de tudo, a intenção de experimentar o conceito de autoconstrução assistida.

Apoiando-se nas teorias desenvolvidas e divulgadas por personagens como John F. C. Turner e Charles Abrams, as intenções retiradas do Colóquio colocam os propósitos dos profissionais manifestamente próximos das experiências realizadas na América Latina. Essa proximidade é então evidente no texto que resulta do Colóquio no qual, além de ser descrito o conceito de “*segurança urbana*”²⁵¹ são igualmente expostas as estratégias para o alcançar de forma a satisfazer as necessidades urgentes da população.²⁵²

Neste ponto, torna-se relevante mencionar o vanguardismo nas palavras e acções de Nuno Teotónio Pereira relativamente à sua posição acerca da habitação para o maior número e relativamente e dos exemplos desenvolvidos nos países de economia subdesenvolvida como os do norte de África e América Latina.

“*Habitação para o maior número*” acabou por ser o título de um texto de Teotónio Pereira, no qual o autor colocava questões pertinentes alcançando, por isso mesmo, uma importância fundamental no progresso da crítica à questão do alojamento. No seguimento destas ideias adiantava que o conceito não se cingia ao volume de habitação construído, mas sim, à metodologia aplicada em projectos que se revelariam inovadores por incidirem sobre a expansão territorial urbana ordenada e por consolidarem os intervenientes administrativos, técnicos e jurídicos permitindo e demonstrando, a longo prazo, um exponencial crescimento do edificado habitacional que se pretendia recuperador das zonas periféricas marginais e degradadas. Neste sentido, Teotónio dizia que “*para enfrentar o problema da habitação para o maior número, será necessário construir muitas centenas de milhar de casas – aspecto quantitativo; mas além disto, algo mais será necessário resolver : para quem as construir? Onde as construir? Como as construir? E ainda mais: construir não somatórios exaustivos de habitações, mas*

²⁵¹ Ao conceito de “*segurança urbana*” correspondem as seguintes condições: “*proximidade e estabilidade do trabalho; possibilidade de adquirir ou construir habitação implantada em situação de estabilidade, sob os pontos de vista físico e legal; acesso fácil e eficaz aos empregos, escolas, e restante equipamento, quer em tempo real, quer em proximidade e eficiência dos sistemas de transportes; despesas com a habitação compatíveis com os orçamentos familiares, sem prejudicar outros consumos básicos; e, ainda, a possibilidade de melhorar as condições da habitação de acordo com a prosperidade económica, com a mudança de hábitos sócio-culturais ou com as alterações quantitativas do agregado, estes benefícios poderão ser alcançados quer pela transformação da casa, quer pela aquisição de nova casa na zona.*” In. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 72.

²⁵² Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 72.

*conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados.*²⁵³ Teotónio Pereira colocava-se, assim, lado a lado de Chombart de Lauwe uma vez que segundo ele, *“fazer com que sentissem que o ordenamento dos espaços, em vez de ser pensado para eles – «pour eux» – fosse pensado com eles – «avec eux» – e por eles – «par eux» – era o primeiro passo para construir uma sociedade e um espaço que permitissem aos homens de todas as classes aproveitar verdadeiramente as vantagens materiais e culturais que adivinham do desenvolvimento da produção.*²⁵⁴

Estava, assim, patente nos ideais de Teotónio, as potencialidades das experiências reveladas do Terceiro Mundo, e como tal a capacidade de autoconstrução da população que encontra assim uma alternativa mais viável que os processos convencionais com que se tentava combater a falta de condições habitacionais ou mesmo a falta de habitação. O arquitecto português via nesses movimentos clandestinos das *Bidonvilles* ou das *Barriadas*, um nicho que poderia ser aproveitado para o panorama nacional, inspirando e complementando as actividades de resposta à carência habitacional.²⁵⁵ Lembrava ainda que, nesses países, aliado à autoconstrução, em que as organizações forneciam a matéria prima e os técnicos ficando a cargo dos moradores a construção das casas com o devido apoio profissional, promovia-se, também, o conceito de habitação evolutiva.²⁵⁶

*“São muito diversos os nomes por que são designados – «ranchos» na Venezuela, «barriadas» no Peru, «favelas» no Brasil, «bidonvilles» nos países de língua francesa, «squatters» nos países de língua inglesa, «bustees» na Índia, «gourbivilles» no norte da África, «gecekondu» na Turquia, «ishish» no Médio Oriente, «bairros de lata» em Portugal.”*²⁵⁷

O Colóquio sobre Políticas de Habitação e o seu carisma vanguardista acabaria por lançar essa mesma discussão – a problemática dos *bairros de lata* e, de forma mais abrangente, para o problema das construções clandestinas.

²⁵³ PEREIRA, Nuno Teotónio – *Escritos: 1947-1996*. p. 80.

²⁵⁴ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 30.

²⁵⁵ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 67.

²⁵⁶ Cf. Nuno Teotónio Pereira – *Escritos: 1947-1996*. pp. 94-95.

²⁵⁷ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 137.

Sendo um tema que será, pela sua importância para este trabalho, abordado de forma mais intensa um pouco mais à frente neste texto²⁵⁸, resta entender em que medida, em 1969, já se teciam algumas considerações e estratégias de intervenção para as tipologias de bairros que ainda estavam longe da dimensão que iriam alcançar com a queda do regime e todas as consequências práticas que adviriam desse momento.

“ (...) atravessamos um momento, com efeito, em que a problemática do habitat é vertiginosamente devassada por sociólogos, arquitectos e críticos; dentro de pouco tempo, a hierarquização de noções que nos esforçamos por conseguir «revelar» poderá estar, estará, se Deus quiser, ultrapassada pela incessante fertilização das novas contribuições. Tivemos bem essa noção durante as visitas de estudo que pudemos efectuar – Itália, França, e mesmo em Espanha – contactando com um clima autenticamente experimental, o único vivo e admissível.”²⁵⁹

A abordagem feita, então no Colóquio, em relação à melhor metodologia a adoptar desenvolve-se basicamente em torno da questão fundiária sobre a qual se faz um paralelismo com países como a Espanha, Itália e França – como de resto já havia sido feito dez anos antes como explica Nuno Portas – constatando-se a *“urgente necessidade de medidas afins como a condição de controle, por parte da «comunidade», da disponibilidade e da utilização do solo, salientando desde logo que esse objectivo «não é do interesse exclusivo do sector habitacional»*²⁶⁰. Assumidas como a questão central para a resolução do problema da habitação foram desenvolvidas políticas que proponham três simples soluções: a de abrandar a especulação e a valorização desmesurada do valor dos terrenos independentemente de ser um terreno vazio pelo qual se previa uma expansão da cidade, ou um terreno edificado susceptível a intervenções de substituição ou requalificação; a de garantir equipamentos públicos, bem como, serviços básicos equilibrando-os, na medida em que os dispõe por todo o espaço urbano proporcionando a proximidade e, assim, fomentando o bem estar da sociedade; e por fim ter um notório controlo do solo urbano garantindo terrenos quer para

²⁵⁸ Ver subcapítulo “Arquitectura Informal: Bairro do Alto da Cova da Moura”.

²⁵⁹ PORTAS, Nuno - *A habitação social : proposta para a metodologia da sua arquitectura*. p. 14.

²⁶⁰ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 73.



37 | Marcelo Caetano (1906-1980).

construção de habitação para o maior número, construção de infra-estruturas ou modernização do habitat.²⁶¹

“Mas, apesar de todo o empenho da organização deste Colóquio sobre Políticas de Habitação, apesar da articulada argumentação de ordem social, económica, técnica, cultural e jurídica, apesar da análise, feita com base num trabalho rigoroso que já vinha de algum tempo atrás, ter sido devidamente complementada com propostas realistas que, sem elevar ao impossível os quantitativos do investimento, apenas alteravam o alvo e planeavam a produção, continuava a ser muito difícil estabelecer o compromisso com uma actuação coordenada e integradora dos diversos organismos do Estado, tendente à resolução cabal do problema do alojamento.”²⁶²

Não se deixando, propriamente, entusiasmar com todo o panorama crítico, nem pela quantidade de acontecimentos ao longo do ano de 1969, Nuno Teotónio Pereira destaca-se, mais uma vez, pela sua posição de radical criticismo.

No rescaldo do Colóquio sobre Políticas de Habitação, o arquitecto elabora um texto acerca do acontecimento e das conclusões que poderia dele retirar. Extremamente céptico relativamente às consequências reais deste debate, atenta no seu texto para o facto de que tudo o que ali se tinha passado, bem como toda a crença naquela *“Primavera Marcelista”*, não era mais que uma autêntica demagogia, uma vez que, para ele, não só o povo tinha sido iludido com também os técnicos haviam sido convencidos de que estavam reunidas as condições para estabelecer férteis mudanças na forma de combater o problema da habitação.

Como já foi mencionado, Nuno Teotónio Pereira cedo entendeu a necessidade de desempenhar um papel mais interventivo e mais próximo em todas as etapas da construção de habitação seguindo por um rumo processual em muito semelhante à metodologia utilizada na América Latina. No seu *Atelier* o problema do alojamento sempre foi motivo de discussão, entendendo a necessidade de partir para o terreno, fulcral para perceber as carências habitacionais, de equipamentos e de infra-estruturas junto da população. O *Atelier da Rua da*

²⁶¹ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 73.

²⁶² BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, pp. 81-82.

Alegria, destacava-se ainda pela iniciativa, mesmo que desenvolvida num plano clandestino, de assumir uma posição interventiva que não seguisse as políticas do regime, acreditando nesta posição ao invés de esperar por uma eventual queda da ditadura.

*“Mas a nossa acção não deve tomar o aspecto de uma vulgar, ainda que legítima, luta reivindicativa; devemos mostrar bem que os motivos que nos movem estão acima de simples reivindicações de classe. São exigências postas por toda uma população mal alojada de que nós, por termos a consciência mais esclarecida, temos de ser fieis intérpretes.”*²⁶³

Enquanto colaborador no *Atelier*, Nuno Portas partilhava das mesmas opiniões que ali se fomentavam mas, conseguia ainda exibir uma postura mais disciplinar que a de Teotónio Pereira. Ausente e por isso, não podendo comparecer no ENA, Nuno Portas enviou um comunicado fazendo ouvir a sua opinião quanto à real implicância do regime nos processos como justificação para a inactividade dos profissionais relativamente às resoluções das questões do parque habitacional. Explica a sua preocupação revelando o actual estado da profissão do arquitecto e da inutilidade do seu trabalho enaltecendo a urgência em trabalhar segundo uma metodologia mais prática, mais impulsiva e inspirada no próprio conhecimento dos profissionais como de resto já haviam feito, e com bons resultados, alguns membros do TEAM X.²⁶⁴

Nuno Portas defendia e propunha, então, algumas metodologias que, segundo ele, eram capazes de combater a prática de uma arquitectura que se demonstrava apática socialmente e infrutífera metodologicamente. Apontou, como já vinha sendo proposto noutros debates, as vantagens de uma aposta na habitação evolutiva na medida em que este sistema podia garantir uma fácil adaptação a novas condicionantes que acabariam, positiva ou negativamente, por surgir. Aconselha ainda, a opção pelo espaço urbano da periferia promovendo os subúrbios como locais interessantes para a criação de novas centralidades, “desde

²⁶³ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos: 1947-1996*. p. 39.

²⁶⁴ Cf. José António Bandeirinha - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. pp. 87-88.

que os arquitectos se recusem a encerrar-se nas redomas da escala do edificio e do mito da obra prima."²⁶⁵

Estes temas que Nuno Portas enumerou na sua mensagem aos participantes do ENA, há muito que eram praticados no *Atelier da Rua da Alegria*. Nuno Teotónio Pereira sempre havia defendido uma metodologia projectual atenta às condições do exercício da arquitectura e do seu alcance e influência na bem-estar da comunidade.

Foi essa necessidade de proximidade, esse maior empenho no carácter social das acções e projectos do arquitecto que do ENA resultou a criação do Grupo de Intervenção no Meio Urbano (GRIMU)²⁶⁶. Focalizado nas zonas de subúrbios de maior descontentamento social, o GRIMU empenhava-se numa campanha que inovava pela proximidade e pelo empenho em estimular socialmente as comunidades com carências de habitabilidade, de equipamentos ou de infra-estruturas. Este apoio técnico esforçava-se então, em encontrar nichos onde a sociedade se via afectada por um descontentamento geral perante as condições de vida consequentes de um ambiente habitacional e urbano degradado a vários níveis. Essas condicionantes eram abrangentes de tal modo que se tornava fundamental uma acção interdisciplinar. E é nessa medida que o GRIMU surge e se desenvolve com o intuito de esclarecer e denunciar as causas de descontentamento social elaborando propostas que se emancipavam das tendências vigentes de planeamentos generalistas. O GRIMU desempenhava então uma intervenção minuciosa, em que cada caso era um caso distinto, sendo também diferente o caminho a tomar em prol das reivindicações dos moradores.

No entanto, para além desta vertente interventiva mais crítica e activa, o GRIMU marcou a sua posição na história dos planos de intervenção em habitats carenciados. Pela primeira vez neste âmbito surgiam referências a "*equipas de apoio local*" sendo, então, a função destas equipas multidisciplinares, praticar uma metodologia desenvolvida no campo, lado a lado da população entendendo e dando resposta às suas necessidades e desejos. Esta abertura a novas frentes de

²⁶⁵ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 88.

²⁶⁶ Inicialmente chamado Grupo de Intervenção para o Desenvolvimento Urbano (GIDU), o Grupo de Intervenção no Meio Urbano foi formado a partir do "Participação Popular e Actividade do Arquitecto", grupo que surgiu na sequência da mobilização do grupo de trabalho do ENA. O GRIMU era constituído por 30 elementos dos quais 24 eram arquitectos, arquitectos estagiários e estudantes de arquitectura sendo os restantes engenheiros e assistentes sociais. Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 92.

trabalho, via nesta proposta interventiva, não só, uma possibilidade alternativa às metodologias convencionais que se demonstravam esgotadas e desinteressantes, como também uma maneira de cobrir as falhas no planeamento institucional uma vez que os técnicos eram distribuídos pelo território.²⁶⁷

A mesma proximidade e intervenção de carácter mais cirúrgico, faziam igualmente parte das premissas metodológicas utilizadas no *Atelier da Rua da Alegria* onde cada projecto era discutido “*sempre com as questões humanas em primeiro plano.*”²⁶⁸ Será exactamente por se debruçarem mais sobre este tipo de experiências de “*cariz «micro-estrutural»*” que aprofundam os seus conhecimentos, quer por estudos de textos e relatórios, quer pelo contacto directo com as experiências provenientes da América Latina, estabelecendo, assim, uma proximidade metodológica com os sistemas de intervenção analisados e coordenados por Carlos Nelson dos Santos nas *favelas* do Rio de Janeiro, e com os métodos estruturados nos conceitos de John F. C. Turner aplicados nas *barriadas* de Lima, no Peru. Assim, recorrendo à cultura arquitectónica internacional dentro do âmbito do *Housing*, e mais concretamente ao modelo *site-and-service*, o *Atelier da Rua da Alegria* debatia a autoconstrução, a habitação evolutiva e a assistência técnica reconhecendo a capacidade de adaptação deste modelo aos processos interventivos de Portugal, *estacando e reestruturando as formas avulsas da expansão do «clandestino» e respondendo à procura dos estratos sociais mais carenciados e incapazes de alcançar a oferta corrente do mercado imobiliário.*”²⁶⁹

“*Nos anos que antecederam o golpe militar de 1974, a questão da habitação foi-se agravando na proporção directa do aumento do descrédito em soluções técnicas, inscritas na prática do regime, que pudessem pressionar, de algum modo, uma tomada de posição política. Alguns deles que, durante os anos da chamada «Primavera Marcelista», alimentaram e potenciaram essa esperança estavam, agora mais que nunca, descrentes. O trabalho e o empenho das vanguardas tecnocráticas não se tinha, contudo, perdido. Estava na gaveta, à espera da improvável oportunidade política.*”²⁷⁰

²⁶⁷ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 93.

²⁶⁸ AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente – *Moderno contaminado : a revisão do movimento moderno nos contextos nacional e internacional*. p. 101.

²⁶⁹ Cf. Nuno Grande – *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 218.

²⁷⁰ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 105.



38 | Cartaz alusivo à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Foi a 25 de Abril de 1974 que se deu o golpe militar que pôs termo a quase meio século de governação ditatorial. A então queda do regime resultou, no imediato, num Governo Provisório que, motivado pelo clima de revolução, delineou prontamente os primeiros passos no sentido de uma renovação político-ideológica criando as *“condições potenciais para o reordenamento programático na globalidade da intervenção edificatória.”*²⁷¹ É neste ambiente que a prática disciplinar da arquitectura, altera o modo de intervir e se reestrutura profissionalmente *“face às novas condições e possibilidades de exercício, no compromisso alargado com as expectativas do desejo de mudança.”*²⁷²

*“Foi uma época pautada por um ritmo de quotidiano em permanente alteração, durante a qual se renovavam expectativas e compromissos, valores sociais e culturais, desejos e pontos de vista. [...] Independentemente da graduação ideológica, afluía, nas mentes mais abertas, um sentido projectual em todos os gestos, que fazia com que o futuro pudesse estar ali, ao alcance do desejo, que criava tensões, superava carências, fortalecia aspirações e inviabilizava a rotina.”*²⁷³

Com o acontecimento daquela *improvável oportunidade política*, Nuno Portas foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo (SEHU) e pôde, assim, aplicar o vasto conhecimento que vinha a desenvolver, tanto nos seus estudos e projectos, como nas discussões enquanto colaborador de Nuno Teotónio Pereira no *Atelier da Rua da Alegria*. Enquanto Secretário, Portas convidou para várias reuniões, as personagens mais experientes em torno do programa de *Housing* no panorama internacional – John F. C. Turner e Carlos Nelson do Santos – demonstrando-se assim empenhado em aprofundar os seus conhecimentos acerca do tema.²⁷⁴

²⁷¹ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. p. 45.

²⁷² *Idem*.

²⁷³ BANDEIRINHA, José António – *“Verfremdung” vs. “Mimicry” o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade*. p. 61.

²⁷⁴ Cf. Maria Margarida de Albuquerque Leitão – *O Bairro da Bouça : um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação social*. Entrevista feita a José António Bandeira. Anexos, p. XXXI.

“A expectativa de que tudo podia – devia – mudar num ápice, qualitativamente e sobretudo quantitativamente, nas condições de vida das camadas menos solventes, contrastaria, passado o primeiro momento de surpresa, com as limitações objectivas dos meios materiais de um País dependente e as contradições de um aparelho de Estado herdado que, apesar do centralismo, não mudaria de direcção nem de velocidade, apenas pela relativa mudança do vértice político e as crescentes pressões de base.”²⁷⁵

A cidade espontânea de construção clandestina ganhou toda uma nova dimensão com a Revolução de Abril. Enquanto alguns aparelhos do Estado tentavam responder à carência habitacional com ambiciosos projectos de autor como os conjuntos habitacionais de Olivais, Chelas ou mesmo o do Plano de Urbanização Restelo²⁷⁶, as novas massas populacionais que acorriam às principais cidades, fixavam-se nas periferias ocupando terrenos vazios e construindo as suas casas suplantando todos os passos legais definidos para o efeito.²⁷⁷ Com o fim da guerra colonial, o regresso dos soldados, os *retornados* das colónias, a imigração e com o explosivo êxodo rural na direcção das principais cidades, as habitações vazias foram arrendadas, as devolutas ocupadas, e nas periferias das principais cidades, verificou-se um aumento dos processos de ocupação, contribuindo assim para o crescimento repentino do Bairro do Alto da Cova da Moura.

Apesar de todas as políticas e programas de habitação social criados para combater a carência de casas, o parque habitacional revelava-se cada vez mais insuficiente e degradado²⁷⁸, sendo que perante as dimensões e rapidez de

²⁷⁵ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. p. 45.

²⁷⁶ Plano de urbanização do Restelo, foi um plano no qual o *atelier da Rua da Alegria* estava envolvido aquando do 25 de Abril de 1974. É um projeto que ganha especial destaque por estarem nele envolvidos técnicos das duas gerações que passaram pelo *atelier* e por, como consequência, serem experimentadas outras vertentes projetuais. Foi um projeto desenvolvido sobre o conceito de *Projeto Chão*, um tema que se tornaria fundamental no desenrolar do pensamento urbanístico a partir dos anos 80. Este novo princípio centrava-se na relação morfologia/mercado na medida em que apresentava um desenho que se pretendia capaz de superar as oscilações da promoção imobiliária. Mas, tornou-se ainda mais particular, por se consolidar nesta urbanização a ideia de que o *“processo também desenha”*, ideia que estaria na base ideológica das políticas criadas pela Secretaria de Estado da Habitação, principalmente no programa Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Cf. Nuno Portas; Nuno Grande – *Entre a crise e a crítica da cidade moderna*. p. 74.

²⁷⁷ Cf. Nuno Portas – *A Arquitectura da Habitação do Século XX Português*. p. 120.

²⁷⁸ Até esta altura, o regime Salazarista já havia realizado algumas programas de promoção pública de habitação social como forma de combater as fortes movimentações da população do interior para o litoral de Portugal. Foram elas: *Casas Económicas, em Propriedade Resolúvel (1933)*; *Casas para Famílias Pobres (1945)*; *Casas de Renda Económica (1945)*; *Casas de Renda Limitada (1947)*; *Auto-Construção (1962)*. Cf. Portal da Habitação.



39 | Revolução 25 de Abril de 1974.

movimentações, o Estado português viu-se obrigado a reforçar a sua intervenção *“quer no fomento da produção directa de habitações, quer na diversificação dos apoios e programas de produção indirecta e, também, nos domínios da política urbanística e de solos.”*²⁷⁹

Assim, depois do 25 de Abril de 1974 as orientações tomadas conferiram ao sector público maior importância na fomentação habitacional, uma vez que desencadearam a *“criação de diversos programas de apoio técnico e financeiro aos promotores privados e cooperativos”*; alteraram a *“legislação do arrendamento urbano”*; e adoptaram várias *“medidas de carácter legislativo e institucional no domínio dos solos urbanos e da política urbanística.”*²⁸⁰

*“A verdade é que, de certo modo, a habitação e, sobretudo, «as barracas», foram sempre a grande bandeira reivindicativa ao longo de todo o pós-25 de Abril[...] Privilegiava-se assim o problema da habitação e, dentro do problema da habitação, o problema das barracas que, porventura, era o seu aspecto mais visível ou mais espectacular, embora talvez não fosse o mais profundo. Portanto, também a seguir ao 25 de Abril aconteceu o mesmo, polarizando boa parte dos movimentos sociais, à volta do tema da habitação, quer pelo lado da exigência de nova habitação, quer pelo lado da ocupação das devolutas, no caso do Porto, e tornando-se naturalmente também um dos sectores em foco dentro do aparelho do Estado.”*²⁸¹

Foi segundo esta renovada e *multidireccional* visão estatal que o primeiro Governo Provisório, não só definiu novas estratégias para os programas já em desenvolvimento do FFH, como também, criou inovadores sistemas de promoção pública – *o programa SAAL* e *o programa de cooperativas habitacionais CHES* – baseados segundo uma organização social autónoma e de autogestão que favorecesse os programas descentralizados através de organismos colectivos que fizessem a ponte entre moradores e as brigadas destacadas para cada zona.²⁸²

²⁷⁹ FERREIRA, António Fonseca – *Política(s) de Habitação em Portugal*. p. 57.

²⁸⁰ *Ibidem*. p. 58.

²⁸¹ PORTAS, Nuno – *Arquitetura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. p. 254.

²⁸² Cf. Nuno Portas – *Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie*. pp. 32-33.



40 | Participação na construção no âmbito programa SAAL.

De todas as políticas de habitação até aí instituídas, foi o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)²⁸³ aquele que mais se destacou dos outros programas de alojamento do sector público uma vez que combinou, a nível nacional, a carência de recursos com o entusiasmo do povo e dos técnicos – *Brigadas de Construção* – próprios da conjuntura nacional do pós-25 de Abril. Eram suas competências, facultar apoio às câmaras municipais na medida em que forneciam o suporte às populações que habitavam em condições precárias. As *Brigadas de Construção* estavam, então, encarregues de partirem para o terreno e, nesse ambiente de proximidade e maior intimidade, tomar conhecimento das carências dos moradores facultando o apoio técnico e a matéria prima, cabendo à população a participação na construção ou melhoria do habitat. Esta característica revelou-se uma experiência inédita em Portugal demonstrando que o arquitecto e o morador podiam aprender muito um com o outro, tanto pelos debates regulares, como também, pelas operações realizadas no campo de trabalho. A *participação* dos moradores nos projectos ajudava, portanto, na melhor “*adaptação da arquitectura ao contexto social e físico*”²⁸⁴ indo contra as tradicionais metodologias de realojamento em que os habitantes não tomavam contacto nem com as questões relativas à reestruturação do bairro nem mesmo com as novas instalações até estas estarem concluídas.²⁸⁵ Esta particularidade aproxima, mais uma vez, as metodologias aplicadas em Portugal com as intervenções de visão neo-realista, realizadas em Itália, estabelecendo assim um paralelismo, por exemplo, com o complexo residencial *Tiburtino*.

“O programa SAAL provou aos burocratas estatizantes, apesar de tudo o que fizeram, que os bairros de habitação social promovidos pelo Estado através dos serviços centrais, além de quase sempre pior localizados e de recorrerem em geral, desnecessariamente, à construção em altura, são pagos, às empresas especializadas que os constroem, a preços injustificadamente elevados, preços que os serviços estatais provam ser incapazes de controlar. E ainda por cima nem as

²⁸³ O SAAL nasce a 6 de Agosto de 1974 como um programa paralelo do FFH na medida em que lhe era atribuída alguma autonomia em relação ao Fundo. O seu início parte da promulgação da lei criada por Nuno Portas que, enquanto secretário da SEHU autentica um documento que Nuno Teotónio Pereira havia entregue no FFH alguns dias antes. Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, pp. 118-119.

²⁸⁴ PORTAS, Nuno - *Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie*. p. 34.

²⁸⁵ Cf. Nuno Portas - *Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie*. p. 35.



casas são melhores nem se acabam mais depressa. E este mérito reverte, inteiramente, para a capacidade de organização e a iniciativa dos moradores."²⁸⁶

Sendo um programa no qual estava implícita uma estrita cumplicidade entre o Estado e os habitantes, na medida em que existia uma *cooperação conflitual*, os habitantes não estavam interessados na demissão das competências por parte do Estado, nem o Estado podia responder às necessidades dos moradores sem a sua organização.²⁸⁷ Esta organização, a *organização social da procura*, era fundamental para que toda a intervenção surtisse resultados positivos. A vontade de mudar as suas condições de vida e a capacidade de organização dentro da comunidade proporcionava uma estreita relação não só com a casa, mas também, com o bairro garantido desta forma o apego, o orgulho pelo bairro e a sua inserção no resto da malha urbana, evitando, desta forma, a sua degradação ou abandono.²⁸⁸

O PREC²⁸⁹ revelou-se o momento ideal para experimentações de índole metodológica, programática e projectual e foi realmente neste período que se estruturaram e realizaram os mais significativos ensaios sobre o tema da *participação* uma vez que as orientações políticas apelavam a uma forte participação da sociedade entregando em muitos casos, tal como no campo da promoção de habitação, o poder de decisão à população.

Demitindo-se de alguma forma, o Estado entregava, então, às cooperativas e associações o *"papel de promotor de habitação até aí desempenhado, mal, por um serviço público central (FFH) ou serviços camarários (só em Lisboa e Porto)"*²⁹⁰ o que, aliado à criação de brigadas originava além da maior rapidez de actuação, operações mais inovadoras e eficientes e, contudo, mais baratas. Pelo seu carácter de proximidade, esta via previa *"originar operações de construção de menor escala, melhor integradas na malha urbana e adequadas a empresas de construção*

²⁸⁶ Nuno Portas – *O tempo das formas*. pp. 285-286.

²⁸⁷ Cf. Nuno Portas; Manuel Mendes – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. p. 47.

²⁸⁸ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 121.

²⁸⁹ PREC – Processo Revolucionário em Curso é assim chamado ao período de dois anos que decorreram desde a Revolução do 25 de Abril de 1974 até à aprovação da Constituição Portuguesa em 1976.

²⁹⁰ PORTAS, Nuno – *O tempo das formas*. p. 284.



42 | Bairro da Bouça de Alvaro Siza Vieira.

*mais pequenas, tendo projectos especialmente concebidos para cada local e, como tal, melhor adaptados ao seu contexto físico e às comunidades a que se dirigiam.*²⁹¹

Na continuidade desta metodologia surgem outros princípios que demonstram claramente as premissas inovadoras do SAAL. Além da intervenção próxima das *Brigadas* e da *organização social da procura*, fazia parte das intenções do programa intervir exactamente na zona degradada dando, desta forma, preferência pela manutenção das habitações e bairros onde os moradores já tinham como garantidas as referências urbanas e relações sociais de vizinhança. Esta operação tinha ainda segundas consequências que visavam evitar as usuais operações de especulação fundiária e imobiliária que se cometiam nos os realojamentos “*convenientemente*” pensados para as pessoas a realojar.²⁹²

No entanto, esta estratégia de encarar a “*«malha urbana como processo gerador de cidade»*”²⁹³ estava dependente de outros factores e caso a recuperação dos espaços já existentes não fosse viável então seriam escolhidas outras zonas para a operação de realojamento. É neste aspecto que as operações realizadas no Norte se afastam das concretizadas em Lisboa, demonstrando a individualidade de cada equipa embora assentes sobre as mesmas base programáticas do SAAL. Assim, na “*interpretação morfo-tipológica do potencial da «malha»*”²⁹⁴, Lisboa intervém ocupando terrenos nas franjas da cidade enquanto que, no Porto as operações optaram por implantar os novos edifícios dentro dos limites da cidade ocupando terrenos vazios ou melhorando zonas degradadas.

Estes eram apenas alguns dos pontos que dividiram o SAAL em muitos e particulares operações SAAL. A política que se pensava clara e abrangente, tomava várias direcções, assumindo diversas variações que partiam da mesma base metodológica. Variantes como as *Brigadas* escolhidas e a sua convicção, bem como, a da população abrangida e o contexto urbano a intervir, influenciaram de forma bastante intensa as operações do SAAL.²⁹⁵ O resultados do processo em Lisboa diferenciavam-se, então, das operações SAAL no Norte, como das realizadas em Setúbal ou mesmo das do Algarve. O programa ganhou, assim, uma versatilidade e identidade particular que fizeram com que se tornasse um dos mais acesos debates

²⁹¹ PORTAS, Nuno – *Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie*. p. 37.

²⁹² Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 121.

²⁹³ GRANDE, Nuno – *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 220.

²⁹⁴ *Idem*.

²⁹⁵ Cf. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 217.



decorridos a nível nacional no que se referia a programas e metodologias de intervenção em bairros carenciados.

“Não se vislumbram vitórias fáceis, nem vitórias. Apenas se reconhece uma nova maturidade no movimento dos moradores na busca de diferentes táticas, de forma a prosseguir defendendo o que já conseguiu no sentido da sua dignidade e a que se costuma chamar direito à cidade.”²⁹⁶

De todos os projectos desenvolvidos no âmbito do processo SAAL por todo o território nacional, o *Bairro da Bouça*²⁹⁷ foi aquele que mais destaque ganhou, não na altura da materialização do projecto, mas sim nos dias de hoje, em que o bairro de Siza Vieira²⁹⁸ foi finalmente terminado e inaugurado.

Integrando-se numa primeira fase, nos projectos de habitação subsidiada pelo FFH, é no período do PREC que se constitui uma Comissão de Moradores. Reclamando o seu direito à habitação, reivindicam a incorporação da *Bouça* no grupo de bairros entregues à competência do processo SAAL, esta organização revelou a *maturidade* de que fala Alexandre Alves Costa²⁹⁹, e garantiu aos residentes a alojar, através da forte *participação* no processo de construção do *Bairro da Bouça*, uma forma de alcançar a qualidade de vida que ambicionavam há muito mas que era difícil de obter enquanto moradores de *ilhas*. Torna-se então natural a forma eloquente com que Alves Costa se refere ao processo SAAL:

«Antes do direito à cidade esteve o direito ao lugar, ao lugar da infância e do crescimento, de sedimentação da comunidade vicinal. O direito ao lugar escolhido, recusando a fatalidade da expulsão para as periferias suburbanas da ausência de

²⁹⁶ COSTA, Alexandre Alves - *Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi : UIA 2005*. p. 29.

²⁹⁷ Bairro da Bouça é um projeto iniciado antes do nascimento do SAAL, encomendado em 1973 pelo FFH para a criação de habitação subsidiada da classe média. Com a Revolução e o aparecimento do processo SAAL, o bairro integrava-se totalmente nos parâmetros abrangidos pelo programa e passou a integrar o vastíssimo leque de 33 operações do âmbito do SAAL para a cidade do Porto.

²⁹⁸ Álvaro Siza Vieira (1933-) é o arquiteto contemporâneo português com mais visibilidade e prestígio internacional sendo também o mais premiado. No âmbito do processo SAAL, e perante a criação de uma comissão de moradores entre aqueles a quem eram destinadas as novas habitações para o *Bairro da Bouça*, foi escolhido o projeto de Siza Vieira. Este foi o primeiro projeto do arquiteto no quadro das iniciativas SAAL sendo que a complexidade da organização do conjunto habitacional serviu de modelo para as investigações de modelos tipológicos usados mais tarde quer no processo de realojamento de S.Vitor, quer no projeto para as novas habitações da Quinta da Malagueira em Évora.

²⁹⁹ Alexandre Alves Costa (1939-) é um arquiteto português que se formou na Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1966 depois de estagiar com Nuno Portas no Laboratório de Engenharia Civil. Foi colaborador de Álvaro Siza e no pós-25 de Abril integrou a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte.

cidade que hoje pertencem sobretudo aos emigrantes, os novos moradores pobres que, chegados do mundo todo, nos dão uma nova esperança de valer a pena continuarmos a luta por uma vida melhor, por «casas para todos contra o capital» como se dizia nesses inesquecíveis dias que vivemos.»³⁰⁰

O povo tinha, com o SAAL, o poder nas mãos. Não lhe interessava as mais pretensiosas teorias arquitectónicas do, ou contra, o Movimento Moderno, apenas que podiam realmente intervir na criação daquele que viria a ser a sua nova morada, e mesmo que não o fosse em termos físicos, pelos menos seria a mesma morada mas de cara limpa. O sentimento de apego que, como já vimos, fortalece a relação morador/habitat era reforçado com esta oportunidade de desenhar, ou pelos menos sugerir aos técnicos, como lhes agradava mais os espaços. Desde o jardim, entrando na casa e indo até, em alguns casos, ao pormenor da organização espacial interior, o SAAL demonstrava-se um processo abrangente a várias escalas de intervenção e levava ao extremo a importância da *participação*, da *habitação evolutiva e adaptada* já experimentada anos antes com a exposição da AIL às quais era agora adossada outro elemento – a *autoconstrução*. Alexandre Alves Costa diz mesmo que:

“Tínhamos a percepção de que, além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa, garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados.”³⁰¹

Outro factor que torna este programa uma referência e *“também uma motivação para situações contemporâneas emergentes”³⁰²*, foi o facto algumas das intervenções serem do tipo *acupuncture urbana*. Tal como referia Jane Jacobs

³⁰⁰ COSTA, Alexandre Alves – *As operações SAAL*. p. 11.

³⁰¹ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 10.

³⁰² BANDEIRINHA, José António – *“Verfremdung” vs. “Mimicry” o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade*. p. 68.

relativamente à construção de *playgrounds*, estas minuciosas intervenções típicas das operações SAAL no Porto, nas áreas degradadas ou descaracterizadas no interior da malha urbana, das quais o *Bairro da Bouça* é um excelente exemplo, revelaram-se uma óptima aposta.

Apesar da interrupção na construção do projecto e de hoje não habitarem as casas as pessoas para quem estavam originalmente destinadas, trinta anos depois, o *Bairro da Bouça* revela-se um bairro consolidado na malha urbana que o envolve, aberto para a cidade e no qual os espaços consolidados proporcionam boa qualidade de vida aos seus utentes.

No entanto, o *Bairro da Bouça* enquanto projecto do SAAL não conseguiu responder às suas pretensões. Muito por culpa de um choque ideológico entre a democracia representativa da Câmara do Porto e a democracia participativa fomentada pela *brigadas*, a prática da profissão da arquitectura, tal como estava a ser exercida durante o PREC, não por questões estéticas, mas sim pelo conceito metodológico aplicado de projectar o lugar e depois a cidade, foi interrompida.

“A Câmara, e sobretudo o seu aparelho técnico e administrativo, nunca tinham perdoado a insubmissão dos técnicos do SAAL em relação ao planeamento vigente, mas a principal razão das discordâncias era a questão do potencial valor fundiário dos solos. As populações deveriam ser deslocadas para a periferia e os terrenos deviam cumprir a sua função de «aquecer» e dinamizar o mercado especulativo.”³⁰³

Desta forma, as acções de realojamento a que o SAAL se tinha proposto para este caso específico da *Bouça* foi impossibilitado. A evolução política do país começou a por em causa toda a metodologia utilizada no programa do FFH que perante *“as crescentes críticas ao processo, a ascensão e legitimação do poder autárquico pelo voto de direito ao poder local, vai, através de uma reformulação de estruturas de apoio, provocar uma asfixia financeira nos processos que estavam a decorrer.”³⁰⁴* Apesar disto, a ideia de *construir para o maior número* utilizando *arquitectura de autor* foi algo que o SAAL, conseguiu mostrar como um processo

³⁰³ BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 217.

³⁰⁴ LEITÃO, Maria Margarida de Albuquerque - *O Bairro da Bouça : um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação social*. p. 79.

viável e concretizável. Mesmo que não o tenha alcançado em todas as operações, algumas bastaram para demonstrar o sucesso deste processo.³⁰⁵

A 5 de Novembro de 1976, Nuno Portas não consegue fazer frente às pressões político-partidárias e o SAAL encerra as suas funções prematuramente.³⁰⁶

“O SAAL morreu? Viva o SAAL. Muito mais do que a sigla ou os técnicos que o serviram (bem e mal, naturalmente), o que importa é que as populações ainda carenciadas não deixem de reivindicar os seus direitos a intervirem nas medidas que lhes dizem respeito e a conduzirem elas próprias os serviços de que carecem – e que os eleitos políticos vão entendendo onde estão as energias capazes de transformar criativamente o próprio Estado, a favor da maioria.”³⁰⁷

Estes foram os anos em que mais se fizeram sentir as carências habitacionais e em que houve um maior intervencionismo por parte do Estado português. Com o fim do SAAL e a interrupção da maior parte dos programas de reabilitação já em curso, o parque habitacional em Portugal revelou-se ainda mais fraco na resposta às reivindicações da população fazendo com que aumentassem as movimentações sociais. Assim, neste contexto de incessante chegada mais e mais população (movimentos migratórios do campo para a cidade, a forte imigração de comunidades PALOP e o regresso grandes massas populacionais da ex-colónias) às principais cidades, de poucos recursos económicos, de falta de políticas de intervenção e combate à carência habitacional, as populações revoltam-se e, perante a emancipação da democracia em Portugal e cientes dos seus direitos, reivindicavam o direito à cidade. Era função do Estado proporcionar a estas pessoas uma habitação condigna que os retirasse das condições degradantes em que viviam: ora em casas sobrelotadas, ora em casa degradadas, ora nos bairros de lata que proliferavam nesta altura sendo estes os responsáveis pela rápida expansão das construções clandestinas e pelo desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de alojamento.

³⁰⁵ Cf. Maria Margarida de Albuquerque Leitão – *O Bairro da Bouça : um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação social*. Entrevista feita a José António Bandeirinha. Anexos. p. XXXVIII.

³⁰⁶ Cf. Pedro Bandeira – *Nuno Portas, arruador*. p. 305.

³⁰⁷ PORTAS, Nuno – *O tempo das formas*. p. 295.

“O famigerado despacho de extinção do SAAL, como se lhe tem chamado, extinguiu, de facto, o mini-serviço «paralelo» que havia sido criado para dinamizar o programa, dentro do FFH, mas não extinguiu o «programa de promoção pelas associações ou cooperativas de moradores». Ao atribuir aos municípios a decisão política sobre a continuação das operações, em curso ou em projecto, quiçá com segunda intenção, antecipou a realidade actual, que torna os municípios, para o bem ou para o mal, os programadores da política urbana do seu território.”³⁰⁸

Desde o SAAL assistiu-se a uma certa demissão da intervenção directa do Estado na promoção habitacional passando para os municípios a responsabilidade no domínio nas políticas de habitação e pela afirmação do seu papel na resolução do problema da carência de habitação. O Estado por outro lado, promoveu em 1980 uma política de *habitação bonificada* que se manteve até 2002. Embora consistisse numa bonificação no crédito para a obtenção de casa própria, esta política ficou longe de atingir os seus objectivos e a população mal alojada aumenta.³⁰⁹

No entanto é fundamental realçar que o pós-25 de Abril foi um período em que houve uma extensa criação de políticas de apoio à aquisição de habitação. Com a desactivação do Fundo Fomento de Habitação em 1980 tornou-se indispensável a criação de uma organização que compensasse e reformulasse os financiamentos para a fomentação de programas promotores de habitação social. Assim, garantido créditos com juros bonificados para acções de construção, aquisição ou reparações de habitação, surge, em 1984, o Instituto Nacional de Habitação (INH) cujo objectivo era fomentar a construção de habitação de custo controlado (HCC) de interesse social fazendo-o através de três tipos de promoção: municipal, cooperativa e privada. Esta constante política de apoio à aquisição habitação junta com a descentralização das responsabilidades no âmbito das políticas de habitação das quais resultaram as inúmeras *políticas locais de habitação* foram as principais responsáveis pelo *boom* construtivo de habitação em Portugal nas décadas de 80 e 90, décadas que representaram uma fortíssima alteração tanto nas condições da habitação como nos agentes envolvidos para acabar com as más condições de

³⁰⁸ PORTAS, Nuno – *O tempo das formas*. p. 294.

³⁰⁹ Cf. Portal da Habitação – *Relatórios*. pp. 18-19.

habitabilidade. Os anos 90 porém, não foram anos prósperos para a o sector cooperativo, uma vez que, pela falta de preparação e estruturação de directrizes fundamentais ao observância das suas funções e pela falta de comunicação entre o Estado e as entidades de promoção de habitação, as cooperativas começaram a sentir fortes dificuldades na concretização das suas funções³¹⁰ e, como tal, perderam a competitividade, afectando principalmente os grupos sociais mais desfavorecidos.³¹¹

O início dos anos 90 torna-se então um período em que os bairros de lata florescem e crescem um pouco por todo o lado nas principais cidades do país, ganhando uma expoente visibilidade das carências habitacionais da população e das degradadas condições de vida em que muitos habitam.

Perante esta conjuntura político habitacional surgiu, em 1993, o Programa Especial de Realojamento (PER). Abrangendo os dois maiores focos populacionais no território nacional, o PER nasce com o carácter urgente de erradicar das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa o maior número de barracas ou estruturas equivalentes, seguindo-se o seu realojamento. Importa também, mencionar o destaque que este plano alcançou perante outros programas análogos desenvolvidos nos últimos vinte anos. Para isso, foram importantes, não só, as particularidades que lhe foram atribuídas³¹², como também, o facto dos seus esforços se concentrarem apenas em zonas fortemente densificadas e carenciadas. No entanto, a sua vigência teve altos e baixos significativos relativamente à produtividade do programa e se por um lado a administração central conseguia garantir financiamento para a elevada taxa de execução alcançada no final dos anos 90, essa produtividade ficou comprometida quando, em 2002, surgiu uma forte crise financeira no seio do programa que viria a afectar os fogos por construir.³¹³

³¹⁰ As principais razões que prejudicaram as cooperações e lhes retiraram as capacidades de garantir habitação a custo reduzido foram a carência de solos a preços adequados, o empobrecimento da classe *média-baixa*, a alta de desatualização do sistema de crédito e o aumento do custo da habitação.

³¹¹ Cf. Portal da Habitação – *Relatórios*. p. 21-26.

³¹² Ao PER, além do carácter de urgência implícito ao programa, contou para o forte impulso gerado na construção de habitação social, o vasto orçamento disponibilizado, a facilitismo burocrático por ser um programa da total responsabilidade dos municípios abrangidos, e disponibilização de condições vantajosas à execução da obra.

³¹³ Cf. Portal da Habitação – *Relatórios*. pp. 29-32.

“O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviços de administração burocratizados.”³¹⁴

Passados 15 anos, o PER revelou-se incapaz de responder às carências habitacionais tendo-se demonstrado um programa de aplicação demorada e limitada uma vez que se tornou desactualizado por não ter tomado em consideração o incessante aumento de população necessitada. A juntar a esse factor é importante ainda mencionar a falta de acompanhamento social implícita no programa.

Em 2006 o PER é sujeito a uma avaliação realizada pela Plataforma Artigo 65³¹⁵ que revelou no resultante relatório, as razões que levaram ao insucesso do programa afirmando, posteriormente, que a questão do realojamento *“é um problema que ainda não está resolvido.”*³¹⁶

Afirmando o *direito à habitação*, a Plataforma Artigo 65 reforça-o e atenta no real público alvo das operações de realojamento. Como afirma Miguel Graça, *a questão da pobreza é uma questão endémica da habitação*, e como tal é necessário focar nestes processos a população com menos recursos *pois são aqueles entre os quais os problemas e as carências habitacionais se encontram mais vincados.*³¹⁷ Outra questão para a intervenção da Plataforma Artigo 65 além dos desalojamentos, foi a inexistência de programas que abrangessem os bairros mais precários de população bastante empobrecida, sendo isso uma consequência da desactualização dos objectivos talhados nos primeiros anos do PER.

As intenções da Plataforma Artigo 65 passavam, perante a falta de humanismo e falta de proximidade e intervenção da população nos processos de realojamento, pela participação das organizações de moradores nos processos de recenseamento e realojamento. Busca, assim, aplicar metodologias que já haviam demonstrado resultados mais positivos, em que a população não só se sentia bem na nova casa, como também no novo bairro.

³¹⁴ FERREIRA, António Fonseca – *Habitação social: Lições e prevenções para o PER*. p. 10.

³¹⁵ Plataforma Artigo 65 é uma rede de associações, de entidades e de cidadãos, criada em 2006, cujas funções consistiam na defesa do direito à habitação consagrado no artigo 65 da Constituição da República Portuguesa.

³¹⁶ GRAÇA, Miguel – *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. p. 34.

³¹⁷ Cf. Miguel Graça – *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. p. 32.

“Para além da sua preparação especializada – e porque ele é homem antes de arquitecto – que ele procure conhecer não apenas os problemas dos seus mais directos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade”³¹⁸

Não bastava atribuir casas. Uma nova moradia, tipologicamente diferente, num bairro com o qual os novos moradores não se identificavam. Um bairro com o qual estabelecessem à partida poucos sentimentos de afecto. Era imperativo parar com as constantes e sucessivas demolições que afectavam os bairros mais problemáticos, privando os habitantes ora dos seus alojamentos, ora dos principais infraestruturas (condutas de água e esgotos) fundamentais para as mínimas condições de vida e fomentando assim graves problemas de higiene e saúde.

“Encontramos casos de pessoas que dizem que preferiam estar onde estavam antes do processo de realojamento, porque o sentido de comunidade desapareceu. Isto não é invulgar, e é a falência total do processo de realojamento.”³¹⁹

Os bairros de realojamento surgem muitas vezes nas franjas das cidades, desprovidos de equipamentos – de educação, saúde, lazer, cultura e transportes – fomentadores de boa qualidade de vida. A Plataforma Artigo 65 pretende, então, eliminar as valências dos bairros sendo que para isso é fundamental a actuação das associações quer no levantamento e identificação das necessidades quer na criação desses equipamentos.

Estas tipologias de bairro não são, como é natural, as únicas cujo processo de ocupação cria preocupações. Existem programas que se concentram noutra tipo de ocupações e na procura das metodologias, bem como dos agentes e instrumentos de actuação necessários à coesão social, atentando nos processos de reabilitação e procurando responder às necessidades garantindo uma positiva (re) integração desses bairros na malha urbana envolvente.

³¹⁸ TÁVORA, Fernando – *Da organização do espaço*. pp. 74-75.

³¹⁹ GRAÇA, Miguel – *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. p. 34.

É perante a necessidade de programas mais abrangentes e cientes das carências de um vasto leque de bairros de origens distintas – quer sejam bairros de autor, quer sejam bairros clandestinos – que ao fim de 23 anos de existência, em 2007, o INH toma outra designação passando a chamar-se Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)³²⁰.

“Na história da habitação em Portugal, as medidas apresentadas pelos poderes públicos para erradicação das barracas são cíclicas, apresentando um perfil ondulatório.”³²¹

A habitação social deve de ser encarada como algo que restabeleça na população a felicidade, tanto residencial como cívica. É fundamental que cada iniciativa não seja um novo começo, mas sim, que haja uma real continuidade derivada da aprendizagem de outros programas ora realizados no âmbito nacional como internacional.

O estudo até agora realizado restringe-se a contextualizar e a enunciar as mais distintas formas de intervir em bairros ditos problemáticos. Acerca do tema da habitação social muito já foi idealizado, experimentado e teorizado, contudo as continuas demonstrações das consequências de más políticas de intervenção revelam um trabalho incompleto e interminável. Haverá sempre bairros segregados tanto espacial como socialmente, tal como haverá sempre população carenciada a viver em condições de habitabilidade degradada.

O combate feito no sentido de erradicar esta situação em Portugal demonstra-se interminável e, seguindo a ideia de Nuno Portas relativamente à criação de medidas de combate, surgem iniciativas que devem ser estudadas pela dicotomia tipológica e contudo, pela semelhança de carências sentidas pelos dois bairros que serão seguidamente, alvo de estudo – Bairro da Bela Vista e Bairro do Alto da Cova da Moura. Tendo agora o conhecimento das várias investidas feitas neste sentido, é importante analisar como nos dias de hoje se actua e que tipo de programas bem como que objectivos se propõem estes planos alcançar.

³²⁰ O IHRU além de resultar da reestruturação do INH ainda integra o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

³²¹ PORTAS, Nuno In. Sociedade e Território – *(sub)urbanismos e modos de vida*. p. 149.



44 | Ortofotomapa do Bairro da Bela Vista, Setúbal.

2.2 | Arquitectura Formatada : *Bairro da Bela Vista*

“O primeiro indício de degradação, num bairro, muito antes de qualquer evidência ser perceptível, são a estagnação e a monotonia. Os bairros monótonos são invariavelmente abandonados pelos moradores mais activos, ambiciosos e ricos e também pelos jovens que têm condições de sair de lá. Esses bairros invariavelmente não conseguem atrair novos moradores que se mudaram por livre escolha.”³²²

Construído entre 1974 e 1981 o *Bairro da Bela Vista* é um projecto de *habitação social* realizado no quadro do FFH e agregado ao *Plano Integrado de Setúbal*. Localizado numa área a sudeste da cidade considerada pelo III Plano de Fomento como um território de expansão de Setúbal, com este projecto de desenvolvimento urbano pretendia-se fornecer habitação e equipamentos que comutasse algumas carências derivadas da crescente implantação de indústria naquela zona. Seguindo as intenções da conjuntura político-social que se impunha nos anos 70, com este projecto era ambicionada a erradicação de barracas e conjuntos habitacionais degradados que vinham ganhando particular presença desde os anos 50 e 60 em Setúbal mas também, como já referimos no capítulo anterior, nas maiores cidades do país. Destinava-se, então ao realojamento dos operários de alguma dessa indústria mas no entanto esses acabaram por não ser os verdadeiros destinatários das habitações. O conjunto habitacional da Bela Vista alojou sim, além de vários operários, os *retornados* e muitos daqueles que com a revolução do 25 de Abril de 1974 se fizeram deslocar para as principais cidades do país, fazendo com que a cidade de Setúbal se visse perante a necessidade de alojar rapidamente e a baixo custo, a população que acorria a esta como às outras principais cidades do país.

³²² JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. p. 304.



45 | Bairro da Bela Vista, Setúbal.

*“Entregámos as casas em tempo recorde (um ano e meio) e a custos muito baixos. O plano foi feito com uma enorme economia de meios. O país estava falido. O primeiro edifício tinha o custo de 2600 escudos (€13) o metro quadrado. Muito baixo se compararmos com o bairro do Siza Vieira na Falagueira, que custou três vezes mais.”*³²³

Responsável pelo projecto do conjunto habitacional da *Bela Vista* no qual se reuniu uma vasta equipa de sociólogos, geógrafos e engenheiros, José Charters Monteiro³²⁴ apresentou um modelo urbanístico que assentava nas bases teóricas proclamadas pela *La Tendenza*³²⁵ revelando assim uma das mais claras aproximações portuguesas à linguagem formal presente nos ideais de Aldo Rossi³²⁶.

Inscrevendo-se dentro dos preceitos neo-racionalistas, O *Bairro da Bela Vista* surge à escala da cidade como uma malha ortogonal de edifícios *quarteirão* que se destaca formalmente da malha periférica mais conturbada quer pela dimensão do seu edificado, quer pelo traçado de *rua-corredor* para que se remete. Na sua magnificência os edifícios sóbrios e depurados desenham as quadras que se distribuem rigorosamente alinhadas ao longo do subtil declive do terreno dando a ideia de que o Bairro da Bela Vista é um sucessão de espaços monótonos criados por edifícios de volumetria simples que exploram as mais básicas formas geométricas mas que seguem uma única tipologia e portanto são, também eles monótonos.

³²³ MONTEIRO, José Charters – *Continuo a orgulhar-me da minha arquitectura do bairro*. Jornal Expresso. [21 Maio 2009].

³²⁴ José Charters Monteiro demonstra uma grande proximidade às teorias de Aldo Rossi, fato que pode ser comprovado nas suas obras como é o exemplo do *Bairro da Bela Vista*. Além de seu ex-aluno, José Charters Monteiro é o responsável pela tradução do mais paradigmático livro de Aldo Rossi – *A Arquitectura da Cidade* (1977); fazendo também parte de um grupo de arquitectos portugueses que presenciaram o *primeiro Seminário Internacional de Arquitectura en Compostela* (I SIAC) contribuindo assim naquele que, segundo Jorge Ferreira Figueira, “*se tratou de um momento singular de aproximação portuguesa à linguagem russiana.*”. In. Jorge Ferreira Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80*. p. 250

³²⁵ La Tendenza é um movimento arquitectónico neo-racionalista que surgiu na Itália nos anos 60 como crítica ao Movimento Moderno sendo um dos seus fundadores Aldo Rossi.

³²⁶ Aldo Rossi (1931–1997) aluno de Ernesto Nathan Rogers, foi arquitecto e teórico italiano tendo escrito, entre outros, o livro “*Arquitectura da cidade*” no qual analisa a cidade no que concerne ao seu surgimento e transformação. Refere-se à cidade como *a memória colectiva dos povos* evidenciando o valor da história na individualidade dos espaços.



46 | Bairro da Bela Vista, Setúbal.

“Identificado com as teorias neo-racionalistas (Rossi) nos estudos da morfologia urbana/tipologias edificatórias e no projecto de J. Charters Monteiro (e o pequeno círculo que com ele convive ou conviveu) para a inteligibilidade da sua arquitectura – «a hierarquia entre espaço privado e espaço público, e a ordem das fachadas, o ornamento como resultado construtivo ou estrutural, a monumentalização simbólica de componentes arquitectónicos»³²⁷ – faz convergir o seu interesse nas cidades de fundação e o urbanismo colonial português, e na tradição «erudita» e «popular» da Arquitectura Portuguesa.”³²⁸

Remetendo o desenho para os “arquétipos da «cidade tradicional»” o Bairro da Bela Vista desenha-se por casas, esquinas e escadarias que se erguem conectando o *Bairro* a um interessante jogo de *cheios* e *vazios*, em que cada unidade habitacional se articula com os espaços públicos através de sistemas que filtram os utilizadores e que criam uma *hierarquia imbatível* entre os espaços verdes, os espaços colectivos, os espaços de circulação e os fogos. Assim, apesar da aparente rigidez formal implícita nos edifícios esta não abole totalmente a criação de “*diferenças e variações no interior do mais severo sistema compositivo*”³²⁹ chegando mesmo a criar interessantes e complexos jogos espaciais que põem em questão a tal ideia de monotonia.

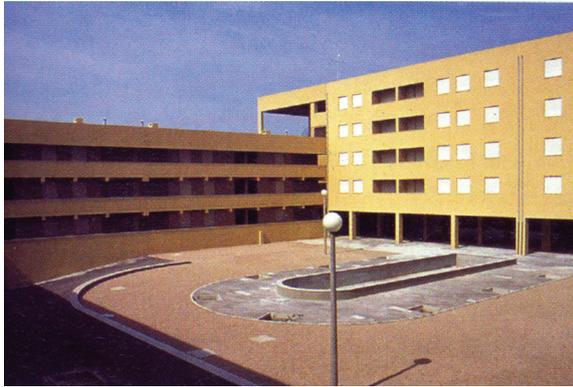
Esses jogos espaciais são o resultado de um complexo sistema de praças, escadarias e galerias que se seguem uns aos outros mediando a relação entre *rua* e *casa*, espaços que, para José Charters Monteiro seriam perfeitos para o fortalecimento das relações interpessoais dos moradores. Assim, as galerias não surgiram apenas da necessidade de garantir o fundamental conforto térmico às habitações mas também da vontade de criar espaços de circulação que proporcionassem úteis momentos de sociabilidade fundamentais à coesão social dentro do *Bairro*.

Como foi sugerido ao longo do texto, o Bairro da Bela Vista inscreve-se totalmente no modelo arquitectónico *rossiano*, no entanto ao longo de vários anos de apropriação, e olhando hoje para este conjunto habitacional, conseguimos

³²⁷ José Charters Monteiro em Depois do Modernismo, catálogo da exposição, 1983.

³²⁸ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. p. 96.

³²⁹ FERREIRA, Jorge Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80*. pp. 365-366.



47 | Bairro da Bela Vista, Setúbal.

atribuir um segundo significado às palavras de Jorge Figueira quando escreve que *“a passagem abrupta da «tipologia» para a arquitectura, sem mediação ou estilo, aproxima o edifício da imagem de ruína.”*³³⁰

Os edifícios apresentam hoje, de fato, uma imagem de ruína dada pelos consecutivos ataques feitos aos edifícios e aos espaços públicos. Além disso, num ato de plena inconsciência social, é importante mencionar o processo de apropriação das galerias, que foram ora transformadas em marquises, ora fechadas por portões revelando assim o medo ou apenas o desejo de privacidade. Este é um dos factores responsáveis ou o reflexo de um dos principais problemas que leva hoje o *Bairro da Bela Vista* a ser encarado como um *ghetto* onde imperam as acções de vandalismo, onde não existe coesão social e onde é clara a falha na integração do *Bairro* na malha urbana envolvente.

*“Independentemente de se configurarem intervenções arquitectónicas e urbanísticas atentas aos sinais da sociedade no espaço, constatamos que ainda se perpetua uma forma urbana estereotipada. A uniformidade arquitectónica, a monofuncionalidade de usos, a sua descontinuidade em relação ao restante tecido construído leva a que os bairros de habitação social em contexto nacional funcionem como uma espécie de armazéns de «deserdados» configurando zonas totalmente «cortadas» da cidade.”*³³¹

Não obstante a proximidade aos preceitos *rossianos*, há que realçar a intenção de Charters Monteiro em criar sistemas agregadores e de sociabilidade no interior dos blocos habitacionais. Optando pelo acesso através de galerias, o projecto aproximou-se do conceito de *Building as a street* e por isso, estava-lhe implícita uma certa *consciência social* tão bem defendida nos projectos do casal Smithson (*Golden Lane*) e também presente num texto de Giancarlo de Carlo (publicado em *Casabella* n.º 200) em que o arquitecto, aquando da oportunidade de projectar um bloco de habitações desta mesma tipologia, tece algumas considerações acerca das *galerias* dizendo que *“o espectáculo que se lhe oferecia era, com efeito, o oposto da sua concepção: vazias as varandas, a galeria, que não*

³³⁰ FIGUEIRA, Jorge – *Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada*. p. 42.

³³¹ GUERRA, Paula – *A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto complexo*. p. 117.



*dispunha nem de largueza, nem de protecções, nem de boa exposição em relação aos elementos, apresentava uma vida intensa dos adultos às crianças, desde órgão de relação entre a vizinhança à pista de patinagem e corridas de bicicletas. Pelo menos nos meios latinos, a rua aérea (mesmo se mal compreendida na sua concepção) revelava-se suficientemente capaz de levar consigo o essencial do quadro sociológico da rua tradicional.*³³² No entanto, pela apropriação daquele espaço os moradores fomentaram, não a integração social e as práticas de boa sociabilidade mas sim, o isolamento individual ou familiar.

Outro paralelismo que pode ser feito remete para a questão da morfologia dos edifícios que, tal como se defendia no atelier de Nuno Teotónio Pereira, deveriam ser construídos de média altura em detrimento dos altíssimos blocos habitacionais que só acabariam por aumentar o desgosto daqueles que estavam habituados a moradias unifamiliares e ao contacto directo ou quase directo com a rua e que se viam, após o realojamento, dentro de edifícios fechados sobre si sem espaço público envolvente e portanto isolados.

Consciente e orgulhoso do seu projecto, José Charters Monteiro atribui as responsabilidades da falência deste modelo urbanístico não à arquitectura mas sim, à conjuntura económico-social dizendo mesmo que *“a Bela Vista é apenas o sinal. Com a actual crise de modelo social e económico e perante a ineficiência das medidas de governação, estaremos a caminho do alastramento de processos como os da Bela vista que se estenderão a muitas outras áreas urbanas empobrecidas e sem futuro viável.*³³³ É ainda de realçar que a preocupação de alojar bem, rápido e a baixo custo os operários não influenciou, contudo, os métodos construtivos que tal como salienta o autor do projecto, *“ao longo de 35 anos e apesar da persistente acção física de destruição e demolição, tem resistido, porque não é uma arquitectura de «pladur».*³³⁴

O *Bairro da Bela Vista* é hoje um bairro segregado espacial e socialmente, é um lugar onde não há coesão social e onde as manifestações de vandalismo, luta e destruição são constantes. É um bairro que foi construído a pensar no realojamento de uma específica classe social que acabou por não ser o real destinatário deste conjunto habitacional. Em 2006, segundo José Charters

³³² PORTAS, Nuno – *Arquitetura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. p. 113.

³³³ MONTEIRO, José Charters – *Bela Vista vai na terceira geração de excluídos*. Jornal Noticias. [15 Maio 2009].

³³⁴ *Idem*.



49 | Bairro da Bela Vista, Setúbal.

Monteiro, falavam-se na *Bela Vista* 47 línguas reflectindo perfeitamente a mescla de comunidades e culturas a habitar no mesmo sítio. Além disso, Charters Monteiro aponta outros factores para a longa lista de carências quer materiais quer imateriais do *Bairro*, sendo que para esta ultima defende uma aposta na educação, na formação profissional e em sistemas que criem emprego ou que empreguem a população justificando-se enunciando aquela que é para si a raiz dos problemas da *Bela Vista*: *“A generalizada falta de instrução e de formação profissional que abrange as diferentes gerações, o desemprego crónico e o recurso ao rendimento mínimo de subsistência. Estes factores são, por si só, capazes de provocar os maiores problemas sociais e de relacionamento, qualquer que seja a proveniência e composição da população residente e qualquer que seja a área urbana em causa.”*³³⁵

Tal como José Charters Monteiro reflecte na sua opinião, a intervenção na Bairro da Bela Vista é de carácter urgente. A aposta deve ser feita então, não na base de intervir apenas no edificado mas também na conjuntura social do *Bairro*. É necessário praticar outro tipo de intervenção do que aquelas (pouco rentáveis) que têm executado ao longos dos tempos. É fundamental dar maior atenção e importância aos processos de reabilitação que garantam a coesão social e o fim da segregação espacial. É necessário compreender que o *Bairro da Bela Vista* não é problemático, não é um caso perdido e que é possível recuperar as intenções de garantir uma melhor qualidade de vida presentes nos propósitos iniciais do projecto em 1974. Vejamos então, como têm sido pensadas e executadas essas intervenções.

A propriedade do *Bairro da Bela Vista* bem como os 10000 fogos que abrange, inicialmente sob administração do IGAPHE³³⁶ e desde 1994 ao encargo da Câmara Municipal de Setúbal, tem vindo a integrar vários projectos interventivos que, contra a ideia de paralisia por parte das instituições competentes, pretendem fomentar a reabilitação física, económica e social do Bairro promovendo então, a qualificação dos espaços públicos, das infra-estruturas degradadas ou em falta, e a

³³⁵ *Idem.*

³³⁶ O Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) surgiu na sequência da extinção do FFH preenchendo o vazio orgânico em matéria de gestão, conservação e alienação do património habitacional do Fundo Fomento de Habitação. Em 2002 o IGAPHE funde-se com o INH para o qual foram então transferidos grande parte das atribuições e competências, bem como do seu património não edificado, e reforçando outras competências no âmbito da reabilitação do parque habitacional público e privado, e no desenvolvimento do mercado do arrendamento urbano.

reabilitação dos edifícios bem como a integração de novos equipamentos de índole cultural, desportiva e de serviços administrativos.

Com base numa candidatura ao Programa Operacional Regional de Lisboa, no âmbito da Política de Cidades - Parceria para a regeneração Urbana, a Câmara de Setúbal apresentou em Agosto de 2009 um plano de reabilitação urbana do Bairro da Bela Vista denominado por RUBE – Regeneração Urbana da Bela Vista e zona envolvente.

Englobando 18 projectos e 16 acções complementares, o programa tem como objectivo a criação de uma dinâmica social que retire os estigmas sociais associados à *Bela Vista*, e a criação de uma nova sensibilidade e consciencialização que evite a progressiva degradação do *Bairro*. Fazem então parte do projecto de regeneração urbana da *Bela Vista*, a criação de um parque verde para o qual serão reabilitados dois campos desportivos, serão adaptados alguns equipamentos no centro cultural e será feita também, uma reabilitação das piscinas municipais; pretende-se qualificar o espaço público e o ambiente urbano melhorando os acessos, construindo um mercado social e bem como algumas infra-estruturas em falta. Será ainda construído um novo pólo da biblioteca, bem como um núcleo museológico que visará o melhoramento das valências culturais do *Bairro*.³³⁷

Os sete milhões de euros atribuídos para a concretização desta intervenção visam então garantir à população do *Bairro* melhores condições de habitabilidade e vivência do espaço público. Combate-se a falência do modelo urbanístico com operações pontuais, com uma clara orientação e fundamentação e torna-se claro o trabalho dedicado à coesão social, ao bem estar e ao sentimento de apego pelo *Bairro*.

Dando novo alento e esperança pela melhoria do *Bairro*, estes programas e as suas intenções são obviamente bem aceites pelos moradores mas é preciso ter consciência do que é realmente necessário para o sucesso destas intervenções.

Como foi sugerido ao longo do texto, a participação da população é fundamental para que estes processos interventivos sejam bem sucedidos. Tal como diz José Charters Monteiro, as *apostas materiais* são fundamentais sim! Mais ainda as *imateriais*. Assim, será apenas a reabilitação dos edifícios ou a construção

³³⁷ Cf. Maria das Doures Meira – *Apresentado plano para reabilitação urbana de bairro da Bela Vista*. TSF. [18 Agosto 2009].

de outros novos, que proporcionem locais de estudo e formação dos moradores, suficiente para incentivar as gerações vindouras e a criar nelas um sentimento de apego e responsabilidade pelo *Bairro*? Serão essas intervenções capazes de fortalecer as relações *intrabairristas* apesar do crescente “*caleidoscópico de culturas e nações*”? Estas inovações e intenções que lhes estão agregadas serão sempre bem aceites pela comunidade mas no entanto, tal como dizia António Fonseca Ferreira, “*não podemos continuar a trabalhar e a investir para criar problemas, em vez de os solucionar.*”³³⁸

³³⁸ FERREIRA, António Fonseca – *Habitação social: Lições e prevenções para o PER*, p. 9.



50 | Evolução Construtiva do Bairro do Alto da Cova da Moura entre 1971 e 1993.

2.3 | Arquitectura Informal : *Bairro do Alto da Cova da Moura*

“Entre as duas cidades – que se defrontam de um modo directo – vigoram relações bem precisas: os habitantes da cidade ordenada não entram na clandestina, enquanto que os habitantes da cidade clandestina circulam todos os dias na cidade ordenada, utilizando e reciclando os seus restos. Noutros casos, a cidade clandestina nasce no interior da cidade ordenada: os bairros mais antigos, abandonados pelos seus habitantes originários e deixados em ruína, tornam-se um alojamento precário para os novos imigrados, formando bairros de habitação clandestina disfarçados por entre os monumentos do passado.”³³⁹

Situada entre as freguesias periféricas de Lisboa – Buraca e Damaia – surge uma *cidade clandestina* originária dos anos 60³⁴⁰ que cresceu e se desenvolveu, atingindo uma dimensão e uma organização informal que a afasta e que dificulta a sua integração na malha urbana ordenada que hoje a envolve. Essa *cidade*, pequena na sua área para a densidade habitacional que contém dentro dos seus limites, encontra-se hoje circundada pela Avenida da República, que ganha assim um significado metafórico na análise do constrangimento e do isolamento tanto espacial como social do *Bairro do Alto da Cova da Moura*.

Abrangendo uma área de cerca de 16,5 ha, o *Bairro do Alto da Cova da Moura* apresenta hoje uma morfologia urbana única, reflexo da sua história, da progressiva apropriação e consolidação de habitações. À medida que passaram os anos, e com a formação da Comissão de Moradores do Bairro em 1978, foram reivindicadas infra-estruturas mínimas para a habitabilidade do bairro tanto que

³³⁹ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 137.

³⁴⁰ Os primeiros moradores a ocupar o terreno (Quinta do Outeiro) que mais tarde veio a ser conhecido como o *Bairro do Alto da Cova da Moura* começaram a chegar nos anos 60, mas foi com a Revolução de Abril de 74 que o fluxo aumentou significativamente. Para isso contribuíram não só o regresso dos *retornados* das recém ex-colónias, como também a posterior chegada (início dos anos 80) de imigrantes oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e também de população que chegava de todo o país, procurando em Lisboa emprego e melhor condições de vida.



51 | Bairro do Alto da Cova da Moura. Ruas, infraestruturas e largos.

hoje, apesar do seu carácter clandestino e informal, o bairro contempla já todas essas instalações fundamentais (saneamento básico, arruamentos asfaltados, recolha de resíduos sólidos, iluminação nas ruas e equipamentos colectivos) presentes noutro qualquer bairro pensado, desenhado e construído dentro da total legalidade.

No entanto, ao contrário da maioria dos bairros de realojamento com o caso do *Bairro da Bela Vista*, a *Cova da Moura* é um local onde, como resultado da intervenção da população e de processos de autoconstrução, o forte sentimento de comunidade e de apego é notório. Forte e convicto na sua identidade, o *Bairro* ostenta habitações e equipamentos públicos – sociais e comerciais – que resultaram da união e organização dos moradores, moradores que, pela sua origem e pelo seu *status* social, se sentiram excluídos da sociedade e portanto fragilizados. Essa perturbação transversal à maioria da população fomentou a união e a sociabilização da comunidade que se diz satisfeita e orgulhosa do espaço onde habitam e, mais importante que isso, do espaço onde vivem.

As casas alcançam um significado de magnificência. Construídas pelos proprietários, com a ajuda dos vizinhos, as habitações crescem à medida das necessidades e definem uma espacialidade espontânea e confusa perante os cânones modernistas que inspiraram muitos bairros de autor contemporâneos ao *Bairro do Alto da Cova da Moura*. Contudo, os espaços, as ruas e os seus cruzamentos onde na maioria das vezes são criados largos, seguem uma atípica ordem hierárquica que se revela aos (não) moradores daquele bairro, apesar da sua imprevisibilidade, como algo intuitivo. As ruas, constantemente habitadas, revelam e fortalecem a proximidade entre as pessoas que, segregadas pela sociedades, reforçam a solidariedade, e o sentimento de comunidade. Por vezes, o comércio converge com a habitação e juntos abrem-se para a rua estreitando o relacionamento da casa com o espaço público envolvente o que conseqüentemente cria convivências diárias únicas, revigorando constantemente as trocas ora sociais, ora culturais.

A questão cultural é outro aspecto bastante interessante deste *Bairro*. Apesar de maioritariamente habitado por população oriunda dos PALOP, são muitas as nacionalidades que ali co-habitam e que fazem questão de proliferar e demonstrar as suas raízes, tornando o *Bairro* um excelente centro multicultural de



52 | Comércio numa das ruas do Bairro do Alto da Cova da Moura.



53 | Vista do Bairro do Alto da Cova da Moura para a envolvente próxima.

onde surgem orgulhosos e respeitosos grupos que difundem os seus costumes para o bairro, para a cidade, para todo o continente e muitas vezes, para além fronteiras.

O *Bairro do Alto da Cova da Moura* é realmente uma *cidade*. Uma cidade de origem clandestina é certo, mas que hoje, depois de vários processos de legalização fruto do trabalho associativo, é mais do que um bairro dormitório. É um sítio onde as crianças passeiam e brincam no espaço público lado a lado dos mais velhos, onde há escolas, há comércio, e todas as redes necessárias à inserção da comunidade na restante malha urbana. Mas se tudo isto é um facto, então porque continua o *Bairro do Alto da Cova da Moura* a ser sinónimo de segregação espacial e social?

Torna-se fácil estabelecer um paralelismo entre a *Cova da Moura* e as cidades do tipo informal e clandestino que nos anos 50 atraíram as atenções de John Turner, Carlos Nelson dos Santos e tantos outros, e que hoje continuam a crescer e a ser alvo de constantes intervenções de melhoramento das condições e de integração na restante malha urbana. Esses mesmo processos têm sido aplicados a este bairro português.

O despontar da vontade de intervir nestes locais e de acabar com os sentimentos de insatisfação destas populações surgiu há várias décadas, mas é hoje notório o revivalismo dessas intenções apesar das claras diferenças, pelo contexto histórico-ideológico que acaba por influenciar esses propósitos agora renovados.³⁴¹ Reflexo dessa vontade e da necessidade de acabar com estas *ilhas* ou numa vertente mais pejorativa, *ghettos*, vários são os programas lançados pelos poderes públicos que visam o melhoramento das condições urbanas e habitacionais, ou seja, a *desguetização* destes aglomerados.

Apesar de todos os processos interventivos por que já passou, e que lhe garantiram os notáveis melhoramentos ao nível das infra-estruturas, em 2005, o *Bairro do Alto da Cova da Moura* é abrangido pelo programa “*Iniciativa Bairros Críticos*”³⁴² lançado pelo IHRU.

³⁴¹ Cf. José António Bandeirinha – “*Verfremdung*” vs. “*Mimicry*” o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade. pp. 68-69.

³⁴² “*Iniciativa Bairros Críticos*” é a designação abreviada de um nome muito mais extenso – “*Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos*” – que tem como objectivo “*o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio-territoriais integradas e incide, de forma experimental*



54 | Confronto entre o antes e o depois do Programa Favela Bairro.

Relativamente a este programa, podemos descobrir nele alguns dos preceitos desenvolvidos desde os anos 60, que se ajustam ao panorama histórico, social e ideológico dos dias de hoje. Cientes de que as experiências anteriores se revelaram escassas ou insatisfatórias no seu grau de efectividade, com a *“Iniciativa Bairros Críticos”* ambiciona-se executar metodologias e modelos de intervenção inovadores, e como tal recorre-se a uma rede de agentes alargada e diversificada que abrange desde vários ministérios até às entidades públicas e organizações/associações locais.

Seguindo oito princípios orientadores, a sinergia estreia-se num novo tipo de abordagem procurando criar: *“projectos integrados de base sócio-territorial; focalização no território; envolvimento e participação dos actores locais, na implementação mas também na concepção; mobilização de novas formas de financiamento; Coordenação estratégica e parceria; Sustentabilidade e durabilidade dos resultados, designadamente através da criação de redes que gerem sinergias e propiciem a racionalização de recursos; Intervenção orientada para a inovação e com capacidade de impacte estrutural; Avaliação on going e monitorização.”*³⁴³

Mas no fundo, o que interessa realmente é saber em que medida concreta se vai intervir no *Bairro do Alto da Cova da Moura* de modo a alcançar a tão desejada mudança que acabe com os aspectos negativos ali presentes e, conseqüentemente, ponha um ponto final da questão da exclusão social e na imagem de *ghetto* atribuída ao *Bairro* que há tanto ambiciona e luta pela sua integração no resto da malha.

Faz parte integrante dos objectivos do programa lançar primeiramente um levantamento que analise as reais carências e valências do bairro (ver relatório SWOT). Esse é o estudo que define o plano de acção especificamente orientado para o *Bairro do Alto da Cova da Moura* demonstrando desde logo uma preocupação por criar uma proximidade entre atores e fomentar um sistema de intervenção não do tipo *Top/Down*, mas sim, do tipo *Bottom/Up* tal como Carlos Nelson dos Santos defendia na abordagem aos bairros mais problemáticos do Brasil.

em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita).” In. Iniciativa Bairros Críticos.

³⁴³ Iniciativa Bairros Críticos.



55 | Confronto entre o antes e o depois do Programa Favela Bairro.



56 | Azulejos pintados pela população do Bairro do Alto da Cova da Moura exposto na Associação do Alto do Moinho

É aliás do Brasil que surge um exemplo de intervenção em favelas que alcançou resultados positivos na inserção das comunidades *faveladas* à contemporaneidade urbanística e que é, então, apresentado à comunidade da *Cova da Moura* de modo a proporcionar uma melhor compreensão aos agentes deste processo dos problemas e das oportunidades do *Bairro*. O programa *Favela-Bairro* é apresentado como um programa inovador e bem sucedido no melhoramento das condições de habitabilidade e no extermínio da realidade de segregação espacial e social sentida pela comunidade que habita nas favelas. Criado em 1993, o programa foi bem aceite pela comunidade crítica resultando em várias declarações de apreciação por vários arquitectos, tal como Oriol Bohigas³⁴⁴ que diz, relativamente ao *Favela-Bairro*: “«... está atacando de maneira realmente inovadora o grande problema do Rio: as favelas.» (...) «as velhas favelas serão os melhores núcleos de habitação, as melhores manifestações urbanas da cidade, e um exemplo de como consolidar a urbanidade colectiva: integrando e não excluindo».”³⁴⁵

Reconhecendo o valor das pré-existências ambientais e culturais, e o esforço já feito na construção das habitações como também na obtenção das mais básicas infra-estruturas da habitabilidade, a “*Iniciativa Bairros Críticos*” procura respeitar a urbanidade do *Bairro do Alto da Cova da Moura* entendendo que o problema não está nas casas mas sim no espaço público e em alguns aspectos sociais. A *iniciativa* intervém então na criação de políticas de combate à pobreza e de desenvolvimento social fazendo apenas alguns ajustes na questão da habitação.

A “*Iniciativa Bairros Críticos*” baliza bem os seus objectivos para a construção de um projecto que modifique a *Cova da Moura* definindo que a estratégia deve passar pela *legalização e requalificação urbana do Bairro; promoção de uma nova imagem do território; reforço da segurança, na sustentabilidade ambiental; qualificação e diversificação da oferta cultural.*³⁴⁶

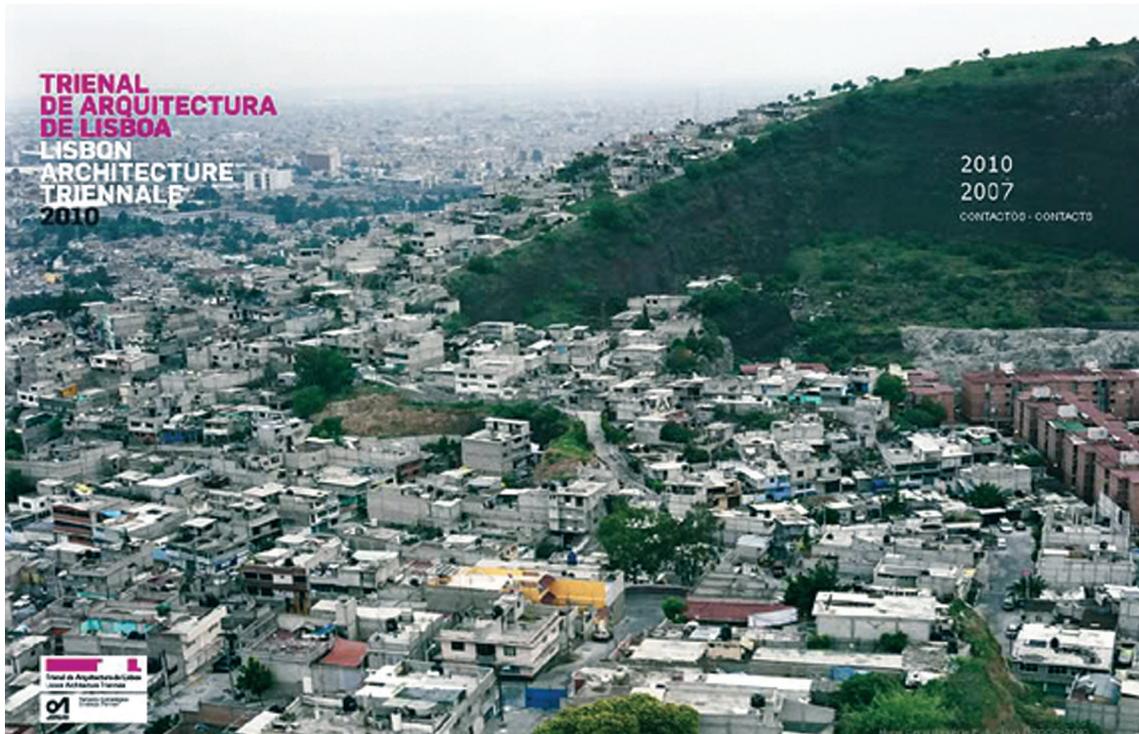
³⁴⁴ Oriol Bohigas (1925–) arquitecto e urbanista catalão que já desde o final da década 60 critica a própria profissão do arquitecto e as metodologias de intervenção considerando que “*a contribuição metodológica das ciências sociais se estabelecia, na maior parte dos casos, de um modo muito primário*” e lutava para estancar “*a progressão da brecha que separava dois campos antagónicos, nos quais a actividade da organização do espaço era avidamente solicitada.*” In. José António Bandeirinha – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 54.

³⁴⁵ Favela Bairro

³⁴⁶ Cova da Moura

Este é um projecto de intervenção imediata que se espera concluído até 2013 e que ambiciona resultados positivos no seguimento dos vários eixos orientadores que traçou: *um bairro legal para todos; qualificado e aberto ao exterior; um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo; um bairro com futuro para os jovens; um bairro economicamente activo; um lugar criativo; um bairro ecológico; um bairro integrado...*³⁴⁷

³⁴⁷ *Idem.*



2.4 | Projecto : *Desguetização do Bairro do Alto da Cova da Moura*

“As atenções viram-se, com frequência, para África, para a Índia ou para o Sudoeste Asiático, onde quer que haja arquitectos a elaborar projectos, hábeis e criteriosos, que visem o melhoramento das condições urbanas e habitacionais de implantações habitualmente designadas por «espontâneas», ou «informais». (...) Uma tal atenção, profusamente divulgada e alimentada no plano internacional, tem captado também as preferências dos estudantes e dos arquitectos jovens, ciosos que estão de um renovado concurso social para a actividade que, de um modo mais ou menos entusiástico, se preparam para abraçar.”³⁴⁸

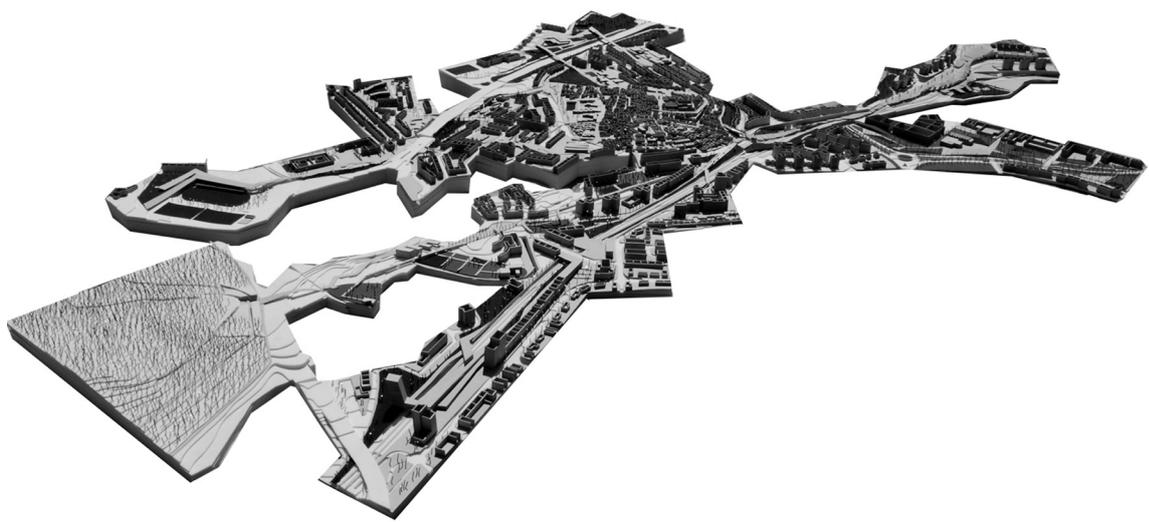
Reafirmando a atenção e a cada vez maior preferência dos profissionais da arquitectura pelos processos de *desguetização*, a Trienal de Arquitectura 2010 dedicou-se à “*casa*”, tendo sido escolhido para a mais recente edição o tema “*Falemos de casas*”.

Neste âmbito foram lançados concursos, um dos quais de índole académica que tinha como objectivo a elaboração de projectos urbanos para o *Bairro do Alto da Cova da Moura* “*tomando em consideração a complexidade social, cultural, étnica, de identidade e história desta comunidade*” de modo a “*encontrar possibilidades de intervenção da arquitectura na rede complexa e viva que constitui a realidade social específica desta comunidade.*”³⁴⁹

O projecto que me proponho a apresentar surge como resposta a esse mesmo repto lançado às universidades que o dARQ, e mais especificamente, a cadeira de Projecto V que me encontrava a frequentar adoptou como programa para aquele ano lectivo.

³⁴⁸ BANDEIRINHA, José António – “*Verfremdung*” vs. “*Mimicry*” o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade. pp. 68-69.

³⁴⁹ Trienal de Arquitectura de Lisboa 2010, Regulamento para Concurso e Exposição Universidades “Cova da Moura”.



Assim, tendo o *Bairro do Alto da Cova da Moura* como caso de estudo, a questão que se colocou e que aliciou a turma à criação de novas metodologias de carácter ideológico foi: “*Como é possível a arquitectura contribuir para melhorar, em concreto, as condições de vida das pessoas num bairro?*”³⁵⁰

Por várias vezes visitámos o *Bairro* e tomámos consciência do peculiar percurso histórico, totalmente antagónico à nossa experiência de vida, mas que por essa particularidade tinha alcançado e fortalecido impressionantes relações socioculturais e dinâmicas associativas.

Este contacto com uma realidade totalmente desconhecida fez-nos compreender que o problema do bairro não se restringia totalmente à *casa* em si, mas sim, aos espaços de carácter público e aos equipamentos que deveriam coexistir para a abertura social da *Cova da Moura* à população circundante e portanto à sua integração espacial na malha urbana envolvente.

Foi então desenvolvido o projecto “*Urbandutos: indutores de urbanidade*”³⁵¹ sustentado na ideia de que para a indução de urbanidade não devíamos defender a incrementação de projectos conceptuais de *arquitectura para pobres*, característicos das visões mais paternalistas e mais populistas, mas devíamos antes, partir para um processo de *desguetização* estabelecido por conexões (infra)estruturais com a envolvente urbana. A essas conexões chamámos *Urbandutos – indutores de urbanidade* que respondiam ao tema do concurso “*Falemos de Casas*” na medida em que se entendia a cidade como *a maior de todas as Casas*.

Os sete *Urbandutos* propostos foram apresentados como *derivas* urbanas que desejavam romper com os preconceitos próprios de quem se mantém do lado de fora dos limites do *Bairro do Alto da Cova da Moura*. Tornou-se fundamental para nós afastar-nos de intervenções que unicamente melhorassem ou proporcionassem novas casas ou novos equipamentos dentro do *Bairro* acentuando a sua condição de *ghetto clandestino*. Ao invés disso, pretendíamos

³⁵⁰ SARDO, Delfim – *Exercícios de campo / Falemos de casas: Projecto Cova da Moura*.

³⁵¹ “*Urbandutos: indutores de urbanidade*” foi uma proposta desenvolvida no ano 2009/2010 no âmbito da cadeira de Projecto V, leccionada no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, sob a regência do Professor Doutor Gonçalo Byrne e sob a assistência do Professor Doutor Nuno Grande. O projecto final resulta da interligação de sete soluções da autoria de: #1 Ângela Mendonça e Diana Almeida; #2 Luísa Lopes e Rafaela Gonçalves; #3 Eurico Gomes e Rui Contente; #4 Ana Margarida Amaral e Mariana Carvalho; #5 Dóris Moreira e Pedro Calado; #6 Daniel Gomes Bento, Miguel Martins e Nicol Bolletta; #7 Javier Sanjurjo e José Ferreira.



intervir no sentido de garantir a integração deste habitat na malha urbana envolvente fazendo, assim, com que a *Cova da Moura* deixasse de ser vista como uma *ilha exótica*, um local para visitar, fotografar e onde eventualmente se entraria em contacto com os habitantes sendo que, no entanto, disso não dependeria a vivência temporária daquele sítio.

No sentido de *abrir as portas* do *Bairro* e de fomentar o *direito à cidade* que deve ser entendido como algo transversal a todos os habitantes, os *Urbandutos* estabelecem conexões entre a *Cova da Moura* e as zonas circundantes: Damaia, Alfragide, Buraca, Monsanto, Benfica, Falagueira e Reboleira; facultando de um modo mais qualificado o uso dos equipamentos e infra-estruturas em seu redor: *estações ferroviárias mais (pluri)funcionais, centros cívicos mais ecuménicos, escolas mais acolhedoras, centros de dia e creches mais inter-classistas, pavilhões e campos desportivos mais polivalentes, parques e jardins mais abertos à comunidade.*

Assim, proponho-me a apresentar as intenções que estiveram presentes em cada um dos sete *Urbandutos* que, de um modo ou de outro, oscilaram entre intervenções baseadas num desenho de *Arquitetura Urbana* e/ou assentes no tema das *Infra-estruturas urbanas*.

O *Urbanduto #1 Cova-Damaia* propunha a destruição de elementos que criavam barreiras físicas e sociais não só relativamente ao *Bairro* mas, mais especificamente, em relação a alguns equipamentos públicos. Tendo com objectivos requalificar as escolas e as conexões com os bairros envolventes, com esta intervenção foram criados novos pontos de entrada no *Bairro*, assim como, novas praças, novos equipamentos desportivos (piscinas, campos de jogos e pavilhão de ginástica) e, ainda, um equipamento comunitário polivalente a situar bem no centro da malha informal. No sector da habitação foi proposto um novo conjunto de módulos habitacionais que substituísse a frente residencial mais degradada. Este, de tipologia evolutiva, definia os limites de um pátio que, entre galerias e escadarias, proporcionava uma confortável transição entre as diferentes cotas que abrangia. Dentro deste *Urbanduto* é importante salientar o carácter agregador do projecto de requalificação da Escola Secundária D. João V. Neste caso específico, ambicionou-se valorizar o perímetro urbano abrindo a escola à comunidade reorganizando, no entanto, o seu espaço interno. Desenhou-se, assim,



60 | Urbanduto #2



61 | Urbanduto #3

um novo conceito de *escola-quarteirão* destinada a exercer as suas funções normais mas também a proporcionar à comunidade um espaço para actividades pós-laborais, eventos sociais culturais e desportivos ajudando assim, ao fortalecimento da coesão social.

O *Urbanduto #2 Cova-Alfragide* pretendia induzir uma nova urbanidade que integrasse a frente sul do *Bairro*, composta por edifícios totalmente distintos na forma e na escala, criando novas ligações que se prolongariam para lá da IC19 garantidas num novo percurso. Este iria permeabilizar a entrada na *Cova da Moura* bem como ligá-la a espaços públicos e equipamentos de proximidade. Com este projecto foram reconvertidos dois edifícios – *Centro de Dia e Lar de Idosos* e a *Creche* – que mantendo a sua função original foram desenhados de forma a que conseguissem criar sensações próximas às da vivência num bairro informal ao mesmo tempo que se relacionavam e integravam totalmente na envolvente. Este *Urbanduto* integrava ainda uma praça aberta e um parque de estacionamento de apoio à população da *Cova da Moura* cuja cobertura atravessava a Av. da República e se prolongava até à Quinta do Outeiro então reconvertida num Centro Cultural. A este simbólico edifício foi atribuída uma nova função relacionada com as artes e raízes crioulas, sendo nele introduzida uma residência para criadores, salas de exposição, um auditório e ainda uma sala para artes performativas. O edifício prolongava-se ainda, com o intuito de integrar e requalificar aquela zona dotando-a de um novo espaço de carácter público com parque de skate, passeios e jardins urbanos.

Estabelecendo a ligação entre a *Cova da Moura* e a *Buraca*, o *Urbanduto #3* pretendia intervir tanto nas frentes edificadas como na renovação do espaço público presente nesta faixa que se prolongava até ao Estádio Pina Manique (extremo poente do Parque de Monsanto). Atenuando o carácter de barreira da Av. da República, foi criada uma ponte pedonal que visava ligar aquela frente do *Bairro* para a qual era também proposto um conjunto de habitações modulares de baixo custo, com o centro da *Buraca* que seria alvo de uma regeneração urbana passando pelo ampliação e melhoramento do Mercado Municipal e pela construção de novos edifícios públicos (Pavilhão Multiusos, Igreja e Junta de Freguesia) pretendendo-se com isto, servir as populações quer da *Cova da Moura* quer da *Buraca*. Assumindo a função ora de cobertura, ora de fachada, era ainda criado um percurso de



62 | Urbanduto #4



63 | Urbanduto #5

plataformas que se estendia e desenhava a cobertura do Estádio Pina Manique colmatando o *Urbanduto* que apenas ficava completo com a construção de um Parque de Estacionamento, de um Jardim Infantil e de um parque para Skaters.

Ligando o *Bairro da Cova da Moura* com o *Parque de Monsanto*, o *Urbanduto* #4 surgiu da redefinição do espaço público mais uma vez com o intuito de permeabilizar a entrada no *Bairro*. Aos pontos de entrada já existentes e então melhorados, foram acrescentadas novas aberturas permitindo que a mancha verde do Parque de Monsanto se prolongasse no percurso, animado por espaços de recreio e pequenos equipamentos dedicados ao comércio, e entrasse e *contaminasse* o centro da *Cova da Moura*. Constante ao longo de todo esse percurso, o Aqueduto definia a linha dos trajectos pedonais construídos por escadarias, rampas fazendo a distribuição para os jardins e campos que surgiam ao longo do *Urbanduto* desembocando numa nova plataforma no Parque de Monsanto. É nesse ponto que se estabelecia uma forte conexão entre o projecto e a natureza pela criação de um equipamento que, ao mesmo tempo que definia a praça, a tornava polivalente ao ponto de acolher as mais variadas funções (recreativas, culturais e desportivas). É ainda dessa praça, da qual arrancam e chegam vários caminhos pedonais e ciclovias, que se desenhava ao auditório natural encerrando assim, um percurso que privilegiava a aproximação das pessoas às zonas verdes. O *Urbanduto* contemplava ainda um projecto para um equipamento multifuncional, uma praça e um conjunto de habitação social modular e evolutivo que se desenhava criando uma lógica de pátios dinamizadores da vivência comunitária.

O *Urbanduto* #5 *Cova-Benfica* pretendia a requalificação e reestruturação da malha na franja nordeste da *Cova da Moura* sendo então proposto um novo conjunto de habitação social que apresentava o pátio como seu elemento estruturante ligando o espaço privado e o público. Desenvolvendo-se ao longo da linha ferroviária na direcção a *Benfica*, a intervenção fazia-se através de percursos e espaços de descanso e lazer (passagens, plataformas, passeios e jardins públicos) criando *pontes urbanas* que terminavam num projecto que pretendia renovar a Estação Ferroviária de Benfica tornando-a plurifuncional. Em articulação com a nova estação e, portanto, com o novo percurso foi ainda projectado um edifício-torre destinado a Hotel.



64 | Urbanduto #6



65 | Urbanduto #7

O *Urbanduto* #6 visava a criação de um percurso que prolongava o eixo principal do *Bairro do Alto da Cova da Moura* em direcção à Falagueira. Assim, o *Urbanduto Cova-Falagueira* era composto por um projecto que apontava para o tratamento das frentes e da via principal da *Cova da Moura*, um projecto para uma nova Estação Ferroviária e um Parque Verde que se desenvolvia lado a lado de uma nova avenida fazendo a conexão com os grandes projectos urbanos em curso na freguesia da Falagueira, da autoria dos ateliers RISCO, Foster & Partners e GB arquitectos. Propunha-se assim uma reestruturação urbana que estabelecesse uma suave transição entre a zona fabril, a poente, e a zona maioritariamente habitacional a Nascente mas que também resolvesse o acentuado declive e o efeito de barreira existente entre os dois pontos de acesso da Estação da Damaia. Propondo uma reformulação desta estação, o projecto assentava sobre um conceito de edifício-percurso materializado por dois níveis de plataformas percorriáveis que além de resolverem as questões de mobilidade continham ainda todos os equipamentos de apoio à estação bem como outros dedicados ao comércio e às necessidades dos serviços de autocarro (norte) e metro de superfície (poente). Assim, a nova estação ferroviária compreendia a relação com a estação terminal do metro de superfície cuja linha se desenvolveria no centro de uma avenida ao longo de todo o lado nascente do novo Parque Verde. Este espaço aberto era constituído por uma sucessão de elementos de cotas distintas que de alguma forma criavam uma dinâmica funcional ao longo de toda a sua extensão. Nele era ainda proposto a reabilitação de duas estruturas fabris preexistentes então adaptadas à função de Centro Cultural reunindo num só espaço uma biblioteca, um auditório, uma galeria de exposição e uma grande área de restauração.

Por fim, encerrando o círculo envolvente à malha informal do *Bairro do Alto da Cova da Moura* foi projectado o *Urbanduto* #7 *Cova-Reboleira*. Tendo como objectivo melhorar a ligação entre a *Cova da Moura* e o conjunto urbano, logístico e desportivo da Reboleira, e atenuar a barreira criada pela linha ferroviária entre o conjunto habitacional da Damaia e o vale industrial a Amadora, o *Urbanduto* tinha o seu início na frente norte do *Bairro* e prolongava-se paralelamente ao sistema subterrâneo do Aqueduto das Águas Livres até ao núcleo desportivo da Reboleira onde seria feita uma reestruturação dos equipamentos existentes (estádio, piscina

e campo de treinos). Todo o projecto tinha como base um módulo de betão (pré-fabricado ou moldado in situ) que se adaptava ao terreno oferecendo diferentes formas de apropriação – varandas, passeios, rampas, escadas, plataformas para cultivo (hortas urbanas), bancadas, anfiteatros, campos de jogos, pistas para skate – explorando assim o máximo da versatilidade deste objecto. Era também proposto a reestruturação da Estação Ferroviária da Reboleira que de simples apeadeiro passaria a um verdadeiro *interface urbano* ligando fluxos e cotas, estabelecendo novas relações entre as urbanidades periféricas – da *Cova da Moura* à *Reboleira*, da *Damaia* ao vale da *Amadora*.

Podemos então compreender como o projecto apresentado, composto pelos vários *Urbandutos* reflecte a necessidade e a vontade das partes trabalharem em função do todo, do melhoramento do habitat que circunda o *Bairro do Alto da Cova da Moura*.

Tanto as *Infraestruturas Urbanas*, como a *Arquitectura Urbana* são fundamentais para que juntas, consigam eliminar as carências de um bairro fechado sobre si, melhorando-o, abrindo-o e conectando-o à malha urbana envolvente promovendo, assim, a reabilitação e requalificação espacial em prol da coesão social e da erradicação de qualquer sentimento de segregação.

A solução não será construir mais equipamentos dentro do bairro, mas levar as pessoas do *Bairro do Alto da Cova da Moura* a usufruir dos equipamentos vizinhos.

Considerações Finais

“ «Toda a cidade, por mais pequena que seja, está com efeito dividida em duas, uma é a cidade dos pobres, a outra é a dos ricos: elas estão em guerra uma com a outra, e em cada uma delas existem divisões mais pequenas, e passareis completamente ao lado da questão, se as tratares como todo um único Estado.»³⁵²”

Na antiguidade grega, a ‘cidade bela’, idealizada, ambicionada e defendida por Sócrates, chega por esta citação de Platão, até nós. Perante esta frase e analisando a conjuntura e os ensinamentos resultantes de séculos de evolução, devemos concluir que a cidade não só, não pode ser dividida entre “*a dos pobres*” e “*a dos ricos*”, como deve antes, ser defendida a amálgama interclassista como meio fomentador de interacção dos seus habitantes e da coesão social.

As várias estratégias defendidas ao longo do último século assentaram sempre na vontade de adaptar a cidade à sociedade industrializada, permanentemente mutável e ansiosa por melhorias da sua qualidade de vida. No âmbito do estudo realizado e exposto neste trabalho, podemos perceber como desde as *cidade-jardim* de Ebenezer Howard se tem vindo a incentivar para um equilíbrio entre o *Homem* e o *Habitat*. Howard acreditava que o seu modelo podia realmente resolver o problema do *habitat* e, no fundo, acabou por o fazer. Hoje sabemos que não se podem criar novas cidades e esquecer as antigas, não podemos criar mais problemas em vez de os resolver; contudo a sua visão defendeu o *cooperativismo* que, num momento pós-guerra, foi repescado do passado mantendo-se constante até hoje nas metodologias interventivas.

Empurrar os mais *pobres* para as franjas das cidades, ou mesmo planear cidades fragmentadas por determinismos modernistas inflexíveis que limitavam as

³⁵² GUERRA, Paula – *A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto complexo*. p. 92.

vivências e dividiam as pessoas por classes e estereótipos não seria a solução. As cidades tornavam-se funcionais, rápidas e produtivas, mas os sentimentos de bem estar, a coesão social, o sentido de comunidade regredia. A aproximação da prática da arquitectura e do urbanismo da especulação fundiária, e a massificação da habitação apenas provocou a desestruturação das comunidades citadinas. Este facto exposto por Jane Jacobs na crítica ao Movimento Moderno influenciou e continua a influenciar as metodologias interventivas, sendo defendida desde então a espontaneidade no planeamento, na construção e na reabilitação dos bairros.

“O ser humano transformou a habitação num prolongamento do seu ser e do seu existir”³⁵³ e, tal como sugeria Christopher Alexander, era fundamental encontrar uma relação entre os espaços, entre as formas e as suas funções sem privar os habitantes dos sentimentos de *identidade*, *vizinhança* e de *bairro*.

A consciência social que se fomentou na prática da arquitectura e que tão bem vinha implícita nas teorias do TEAM X e, como vimos, nos projectos de Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck e Giancarlo De Carlo ganhou especial destaque fomentando uma prática arquitectónica mais liberal, mais democrática. Assim, tal como sabemos hoje, o projecto tem de se aproximar do indivíduo, tem de proporcionar manifestações humanas e garantir trocas sociais, tem de ter implícita uma forte carga de *humanismo*.

O *direito à cidade* reivindicado por Henri Lefebvre é um facto consumado, assim como é a necessidade da criação de sinergias que Patrick Geddes defendida no início do século XX. Como acontecera com o programa INA-Casa e mais tarde no SAAL, esse direito à construção do próprio habitat por parte dos habitantes e não pelas instituições tecnocráticas, bem como, a criação das *brigadas de construção* integradas nas tais equipas interdisciplinares descentralizadas do poder do Estado, garantiram a satisfação e as necessidades da população como se pode verificar pela análise de projectos como o de *Tiburtino*, de *Villaggio Matteotti* e, de uma forma especial, do *Bairro da Bouça*.

A questão da participação é naturalmente a premissa que mais se destaca nesta análise. Relembrando os acontecimentos que alertaram para a prática de uma arquitectura mais humanista, sabemos que os valores antropológicos

³⁵³ GUERRA, Paula – *A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto complexo*. p. 114.

distinguidos nos estudos de Aldo van Eyck e na exposição de Bernard Rudofsky, representaram uma importante influência no *modus operandi* de intervir em *Bairros Críticos*. O valor paradigmático dos modelos desenvolvidos no Terceiro Mundo não parou de persuadir os arquitectos que antes e agora se vêm confrontados com a necessidade de realojar, reabilitar e reintegrar ora os bairros informais, ora os bairros de autor que ao longo dos tempos se transformaram em centros segregados tanto social como espacialmente.

É então de realçar as estratégias adoptadas nos projectos de realojamento da autoria de Hassan Fathy em *New Gourna*, do ATBAT-Afrique com as *Carrières Centrales*, os resultados da análise ao *PREVI Lima* protagonizada por John F. C. Turner, ou mesmo opções tomadas por Carlos Nelson dos Santos na favela *Brás de Pina*.

Mais vincada numas que noutras, em todas estas experiências é praticada uma certa *demissão* da função do arquitecto. Terá sido nas *Carrières Centrales* que essa *demissão* menos se sentiu; no entanto, as sugestões impressas na análise de Charles Abram estão também aqui bem presentes. Sabe-se assim, que é fundamental deixar fluir o dinamismo próprio dos aglomerados onde se intervém. Tomando consciência do valor de toda a construção, mais que não seja o valor sentimental, é importante que o arquitecto se contextualize no espaço e no tempo, devendo aceitar a pluralidade de soluções construtivas. A aposta numa construção vernacular que acima de tudo pudesse evoluir à medida que as necessidades do morador fossem mudando também, revela-se hoje a base conceptual de projectos que têm vindo a destacar-se no mundo contemporâneo. São exemplos disso as obras da equipa chilena Elemental coordenada por Alexandro Aravena, entre outras.

No entanto há que ter em atenção os erros do passado. A participação dos habitantes não envolve só um processo de autoconstrução. A participação implica uma constante interacção entre o arquitecto e o morador. Assim desde o processo criativo, de desenho, o arquitecto deve ter consciência do que realmente os destinatários da habitação necessitam, de modo a evitar situações de apropriação que denegridam as intenções do autor e comprometam a forma final do edifício. Falo especificamente de situações como a adaptação das varandas no *Bairro da Bela Vista* e a transformação dos pátios nos projectos do ATBAT-Afrique, em que

se teve em causa a cultura e as questões climáticas mas que no entanto falharam na adequação às necessidades do morador.

Tal como Geddes, De Carlo e Turner defenderam, e como se pode ver em processos que se desenvolveram um pouco por todo o lado desde os anos 70, a comunidade tem um papel insubstituível na preparação e concretização do projecto. Métodos como o *advocacy planning* de Paul Davidoff, os *Suportes* de Habraken ou mesmo os *patterns* de Christopher Alexander trabalham em prol da flexibilidade e adaptabilidade do projecto ao destinatário.

Pela influência que personagens *demissionárias* – no sentido em que tem vindo a ser descrito – como John Turner e Carlos Nelson dos Santos tiveram nos encontros realizados no final dos anos 70 e consequentemente nos ideais dos mais activos intervenientes na questão da habitação em Portugal, podemos compreender como se desenvolveram as premissas interventivas.

Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas fomentavam uma nova sensibilidade e uma nova atitude no modo de combater a carência habitacional nacional. A reestruturação dos organismos e das políticas de habitação (novas políticas de solo, descentralização do poder da actuação do Estado), a racionalização dessas instituições, o apoio no cooperativismo, as reformas metodológicas foram o resultado de uma abertura ao debate internacional que se revelou fundamental.

A necessidade de construir *habitação para o maior número* reivindicada por Teotónio Pereira alterou de forma positiva as orientações do FFH e, as metodologias defendidas no *Atelier da Rua da Alegria* acabaram por influenciar profundamente as iniciativas e as políticas de habitação que o sucederam: o GRIMU, o SAAL, o INH e a promoção de *habitação de custo controlado*, o PER, e a revisão da Plataforma do Artigo 65 e por fim o IHRU.

Com este trabalho ficou clarificado como se tem vindo a intervir em bairros de *arquitectura formatada* ou em bairros de *arquitectura informal*. Podemos constatar como nos processos de realojamento, aos longo dos anos, se talhou um percurso ascendente que aproximou a prática da arquitectura de uma conduta mais humanista, mais próxima da população.

Os erros cometidos no *Bairro da Bela Vista*, bem como a melhor forma de se intervir em locais como o *Bairro do Alto da Cova da Moura* são hoje claros, e os esforços para garantir a habitabilidade, os equipamentos e as infra-estruturas bem

como as metodologias de índole sociológica são imensos. Hoje, perante a actual crise económica e financeira podemos entender como as carências tendem a aumentar sendo fundamental a intervenção e a criação de novas políticas adaptadas ao contexto. Paralelamente às desigualdades interclassistas cada vez maiores, segue a dedicação em pôr um ponto final nas carências de habitação na população portuguesa bem como no resto do mundo.

Não obstante isto, os principais críticos intervenientes nestas questões, terão evidentes dificuldades em encontrar uma resposta aos problemas da cidade em constante crescimento. O problema da habitação é algo mutável e, numa apreciação antagónica às visões mais utópicas, algo que sempre existirá. Cabe ao arquitecto adaptar a metodologia ao contexto espacial e social, tal como lhe é imperativa a participação da comunidade nos processos interventivos. A *demissão* do arquitecto pode variar consoante o contexto, no entanto nunca deve ser total. A formação técnica e a capacidade criativa do arquitecto por si só, pouco valem nestes casos específicos. Deve-se então manter e fomentar uma postura e uma abertura interdisciplinar de modo a conseguir responder positivamente às necessidades de uma sociedade contemporânea. É fundamental proporcionar nos *Bairros Críticos*, tal como era promovido nas premissas de revisão do TEAM X, uma boa vivência da cidade e, através da interacção social, da utilização dos espaços públicos e da *participação*, despertar nos habitantes uma consciência comunitária que evite a sua segregação e que promova a sua reinserção na malha urbana.

Ao longo dos tempos, os críticos têm tentado criar soluções para os problemas que vão surgindo sem constatarem que, por vezes, são essas opções que desencadeiam os dilemas futuros. Percebemos que, no âmbito da Habitação, sempre existiram situações de *crise* que foram combatidas e resolvidas. Podemos perceber hoje, que este ciclo se encontra novamente num período de mudança em que as políticas de habitação terão de evoluir, de se adaptar. A *participação* no processo construtivo deve ser fomentada num sentido reflexivo descartando-se as considerações depreciativas. Melhor será então, empregar o conceito *Empowerment* na medida em que se dá aos participantes o poder de intervir, a liberdade nas opções, a motivação e os recursos que os capacita pessoal e profissionalmente de alimentar uma dinâmica positiva e produtiva no alcance dos objectivos traçados.

Bibliografia

ASCHER, François – *Novos princípios do urbanismo*. Lisboa : Livros Horizonte, 2010. 174 p. ISBN 9789722416702.

AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente – *Moderno contaminado : a revisão do movimento moderno nos contextos nacional e internacional*. Coimbra : FCTUC, 2009. 153 p. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

BANDEIRA, Bandeira – *Nuno Portas, arruador*. PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 305. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. 130 p. ISBN 9729982201.

BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. 447 p. ISBN 9789728704766.

BANDEIRINHA, José António – *“Verfremdung” vs. “Mimicry” o SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade*. – SARDO, Delfim ed. – *Falemos de Casas: entre o norte e o sul*. Lisboa: Athena, 2010. 345 p. ISBN 9789893100066.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WIELFRIED, Wang, coord. – *Arquitectura do século XX : Portugal*. Lisboa : Portugal-Frankfurt 97 : Centro Cultural de Belém, 1997. 352 p. ISBN 3791319108.

BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*. Lisboa : Edições 70, 2009. 235 p. ISBN 9789724414027.

BERGEN, Marina van den - *Playgrounds by Aldo van Eyck*. [Em linha]. [Consult. Fevereiro 2011]. Disponível em: WWW: <URL: http://www.classic.archined.nl/news/0207/AldovanEyck_playgrounds_eng.html>.

BRETT, Ana Alexandra de Oliveira – *Complexities of street life : teorias urbanas de Alison e Peter Smithson 1950-1964*. Coimbra : FCTUC, 2010. 159 p. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

- CASCIAT, Maristella – *Neorealism in Italian Architecture*. GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. Cambridge (Mass.) : The MIT Press, 2000. 335 p. ISBN 0262072084.
- COSTA, Alexandre Alves – *Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi : UIA 2005*. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006. 149 p. ISBN 9728897073.
- COSTA, Alexandre Alves – *As operações SAAL*. DIAS, Manuel Graça ed. – Jornal Arquitectos n.º 236 – Ser Pobre. Julho/Agosto/Setembro, 2009. ISSN 0870-1504
- Cova da Moura [Em linha]. [Consult. Março 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/covaDaMoura/fazemos.html>>.
- CURTIS, Barry – *The heart of the city*. In. HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford; Boston : Architectural Press, 2000. 243 p. ISBN 0750640839.
- ELEB, Monique – *An Alternative to Functionalist Universalism : Écochard, Candilis, and ATBAT-Afrique*. GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. Cambridge (Mass.) : The MIT Press, 2000. 335 p. ISBN 0262072084.
- ENGELS, Friedrich – *Para a questão da habitação*. Lisboa : Avante, 1984. 112 p. n.º dep legal 24861-VIII-84PT.
- EYCK, Aldo van – *Aldo van Eyck Works / compilation by Vincent Ligtelijn*. Basel : Birkhäuser, 1999. 311 p. ISBN 3764360127.
- Favela Bairro [Em linha]. [Consult. Março 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: http://www.smconsultoria.com.br/portfolio_FavelaBairro.asp>.
- FELD, Gabriel – *Free University, Berlin : Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm*. London : Architectural Association, cop. 1999. 143 p. ISBN 1870890760.
- FERREIRA, António Fonseca – *Política(s) de Habitação em Portugal*. Ferreira, António Fonseca – Sociedade e Território n.º6 – Portugal/Brasil – Habitação Degradada. 1988.

- FERREIRA, António Fonseca – *Habitação social: Lições e prevenções para o PER*. FERREIRA, António Fonseca – Sociedade e Território n.º 20 – *As pessoas não são coisas que se metam em gavetas*.1994.
- FERREIRA, Jorge Figueira – *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa anos 60-anos 80*. Coimbra : FCTUC, 2009. 537 p. Tese de Doutoramento apresentada no departamento de Arquitectura da FCTUC.
- FIGUEIRA, Jorge – *Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada*. MONTEIRO, Pedro Cortesão ed. – Jornal Arquitectos n.º 223 – *Escassez*. Abril/Maio/Junho, 2006. ISSN 0870-1504.
- FISHMAN, Robert – *Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*. Cambridge ; London : The MIT Press, 1982. 332 p. ISBN 0262560232.
- GRAÇA, Miguel – *A pobreza é uma questão endémica da habitação*. DIAS, Manuel Graça ed. – Jornal Arquitectos n.º 236 – *Ser Pobre*. Julho/Agosto/Setembro, 2009. ISSN 0870-1504.
- GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. Cambridge (Mass.) : The MIT Press, 2000. 335 p. ISBN 0262072084.
- GRANDE, Nuno – *Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço : génese dos grandes equipamentos culturais da contemporaneidade portuguesa*. Coimbra : FCTUC, 2009. Tese de Doutoramento apresentada no departamento de Arquitectura da FCTUC.
- GUERRA, Paula – A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto complexo.) [Em linha]. [Consult. Março 2011]. Disponível em: WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8432.pdf>>.
- HALL, Peter – *Cidades do amanhã : uma história intelectual do planeamento e do projecto urbano no século XX*. [tradução Pérola de Carvalho]. – São Paulo : Perspectiva, 2007. 578 p. ISBN 9788527302760.
- HALL, Peter Geoffrey – *Sociable cities : The legacy of Ebenezer Howard / Peter Hall, Colin Ward*. England : John Wiley & Sons Ltd, 1998. 229 p. ISBN 0471985058.
- HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford; Boston : Architectural Press, 2000. 243 p. ISBN 0750640839.

- Iniciativa Bairros Críticos [Em linha]. [Consult. Novembro 2010]. Disponível em: WWW:
<URL: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/apresentacao/index.html>>.
- Institute for Housing and Urban development Studies (IHS) [Em linha]. [Consult. Novembro 2010].
Disponível em: WWW:
<URL:
http://www.ihs.nl/alumni/urban_professionals_information_for_alumni/un_habitat_strategy/>.
- JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo : Martins Fontes, 2003. 510 p. ISBN 8533612184.
- LEITÃO, Maria Margarida de Albuquerque – *O Bairro da Bouça : um contributo para o entendimento do SAAL no debate da habitação social*. Coimbra : 2010. 190 p. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura.
- MEIRA, Maria das Doures – Apresentado plano para reabilitação urbana de bairro da Bela Vista. TSF. [18 Agosto 2009] [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=1338425>.
- MILES, Malcolm – *Living lightly on the earth*. HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford; Boston : Architectural Press, 2000. 243 p. ISBN 0750640839.
- MONTANER, Josep Maria – *Depois do Movimento Moderno. Arquitectura da segunda metade do século XX*. Barcelona : Gustavo Gili, 2001. 271 p. ISBN 8425218284.
- MONTEIRO, José Charters – Bela Vista vai na terceira geração de excluídos. Jornal Noticias. [15 Maio 2009]. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1232480>.
- MONTEIRO, José Charters – *Continuo a orgulhar-me da minha arquitectura do bairro*. Jornal Expresso. [21 Maio 2009]. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/515698>>.
- MUMFORD, Eric Paul; FRAMPTON, Kenneth – *The CIAM discourse on urbanism : 1928-1960*. London : MIT Press, cop. 2000. 375 p. ISBN 0262133644.

- OASRN – *Actas do 1º Congresso Nacional De Arquitectos / 1948*. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL: <http://www.oasrn.org/cultura.php?id=86>>.
- PEREIRA, José Ramon Alonso – *La Cidade Lineal de Madrid*. Barcelona : Fundación caja de arquitectos, 1998. 260 p. ISBN8492259426.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – *Escritos : 1947-1996 : selecção*. Porto : FAUP, 1996. 317 p. ISBN 9729483191.
- Portal da Habitação – *Relatório*. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL:
http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/docs/Relatorio2_PolicasdeHabitaca_final.pdf
>.
- PORTAS, Nuno – *A Arquitectura da Habitação do Século XX Português*. BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. – *Arquitectura do século XX : Portugal*. Lisboa : Portugal-Frankfurt 97 : Centro Cultural de Belém, 1997. 352 p. ISBN 3791319108.
- PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa : Livros Horizonte, 2007. 212 p. ISBN 9722414631.
- PORTAS, Nuno – *A habitação social : proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto : FAUP, 2004. 189 p. ISBN 9729483639.
- PORTAS, Nuno – *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. Porto : FAUP, 2005. 497 p. ISBN 972948371X.
- PORTAS, Nuno – *Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie*. Lisboa : Ordem dos arquitectos, 2005. 130 p. ISBN972889712X.
- PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. 130 p. ISBN 9729982201.
- PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – “Entre a crise e a crítica da cidade moderna”. VALENTE, Mário, coord. – *Lisboscópio*. Lisboa : Instituto das Artes : Ministério da Cultura : Corda Seca, cop. 2006. 169 p. ISBN 9729932263
- PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta/anos oitenta*. Porto : Fundação de Serralves, 1991. 125 p.

- ROSETA, Helena – PLACE, Jean-Michel AA: L'architecture d'aujourd'hui – Portugal. Paris. 1976, vol.185. ISSN 0003-8695
- ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*. 2ª ed. Lisboa : Edições Cosmos, 2001. 258 p. ISBN 9727621260.
- ROWE, Peter G. – *Modernity and housing*. Cambridge (Mass.) : MIT Press, cop. 1995. 408 p. ISBN 0262181517.
- RUDOLFSKY, Bernard – *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*. Albuquerque (New Mexico) : University of New Mexico Press, 1995. 156 p. ISBN 0385074875.
- SADLER, Simon – *The Situationist City*. London : The MIT Press, cop. 1998. 233p. ISBN 0262692252
- SARDO, Delfim, ed. – *Falemos de Casas: entre o norte e o sul*. Lisboa: Athena, 2010. 345 p. ISBN 9789893100066.
- SARDO, Delfim – *Exercícios de campo / Falemos de casas: Projecto Cova da Moura*. Panfleto Seminário Universidades.
- TÁVORA, Fernando – *Da organização do espaço*. Porto : FAUP, 1996. 75 p. ISBN 9729483221.
- Trienal de Arquitectura [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. Disponível em: WWW:
<URL:
http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/docs/Relatorio2_PoliticadeHabitaca_final.pdf
>.
- TURNER, John – *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyars, 1991. 162 p. ISBN 0714525693.
- VALENTE, Mário, coord. – *Lisboscópio*. Lisboa: Instituto das Artes. 2006. 169 p. ISBN 9729932263.

Fontes das Imagens

- 1| http://3.bp.blogspot.com/_FK5QjE4gwZc/TE8B6Csd_ml/AAAAAAAAIKI/nL3NpT5AErI/s1600/pre_urb_dore_london.jpg
- 2| <http://historianovest.blogspot.com/2010/07/pre-urbanismo-revolucao-industrial.html>
- 3| <http://goodspeedupdate.com/category/history/page/2>
- 4| <http://beyondtext.files.wordpress.com/2007/12/valley-section.jpg?w=450>
- 5| HALL, Peter Geoffrey – *Sociable cities : The legacy of Ebenezer Howard / Peter Hall, Colin Ward*, p.37
- 6| HALL, Peter Geoffrey – *Sociable cities : The legacy of Ebenezer Howard / Peter Hall, Colin Ward*, p.104
- 7| PEREIRA, José Ramon Alonso – *La Ciudad Lineal de Madrid*. p. 206
- 8| http://www.stadtentwicklung.berlin.de/includes/fenster_en.php?bild=/denkmal/denkmale_in_berlin/pix/weltkulturerbe/siedlungen/siemensstadt_luftbild_800.jpg&titel=Gro%DFsiedlung%20Siemensstadt%20-%20Aerial%20photo
- 9| EYCK, Aldo van – *Aldo van Eyck Works / compilation by Vincent Ligtelijn*. p.10
- 10| <http://www.strabrecht.nl/sectie/ckv/09/Internationaal/CKV-f0022.htm>
- 11| http://www.cleandesign05.co.uk/Architectural%20Solutions%20for%20Urban%20Housing_files/image015.jpg
- 12| http://archiflux.files.wordpress.com/2010/09/goldenlane_01.jpg?w=500&h=647
- 13| <http://archiflux.wordpress.com/tag/peter-smithson/>
- 14| http://images.nymag.com/news/intelligencer/janejacobs071001_560.jpg
- 15| http://4.bp.blogspot.com/_9RV6tqKMR8Y/SUMNuu9m-0I/AAAAAAAAALM/ACfSAsUpHGM/s400/17+photo+credit+-+smithson+family+collection+2.jpg
- 16| LICHTENSTEIN, Claude [et al.] - *As found: the discovery of the ordinary* . pp. 140-141.
- 17| <http://www.flickr.com/photos/87935308@N00/4146394569/>
<http://www.flickr.com/photos/87935308@N00/4147152380/>
http://farm3.static.flickr.com/2743/4146363999_6738734c33.jpg
http://farm3.static.flickr.com/2752/4147121422_81518fe208.jpg
- 18| GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 35.
- 19| GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 37.
- 20| <http://giancarlodecarlo.blogspot.com/>
- 21| <http://www.spatialagency.net/2010/03/11/riccione-g-565x400.gif>
- 22| http://www.marxist.dk/img/demo_13maj-01.jpg
<http://bataillesocialiste.wordpress.com/mai-68/>
- 23| RUDOFISKY, Bernard - *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*. p. 40
RUDOFISKY, Bernard - *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*. p. 41
- 24| RUDOFISKY, Bernard - *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*. p. 55
- 25| HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. p. 204
HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. p. 206
- 26| HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. p. 205

- HUGHES, Jonathan, SADLER, Simon – *Non-Plan : essay on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. p. 206
- 27| http://4.bp.blogspot.com/_CijcaA9yq58/TO_GK59r8gI/AAAAAAAAIII/WrJpt8recEs/s1600/exterior%2Bfrom%2Bend.jpg
- 28| <http://v.e-flux.com/j/marion/9.jpg>
- 29| GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 58.
- 30| GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 60.
GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean, ed. – *Anxious modernisms : experimentation in postwar architectural culture*. p. 67.
- 31| <http://www.scielo.cl/pdf/arq/n59/art16.pdf>
- 32| <http://www.scielo.cl/pdf/arq/n59/art16.pdf>
- 33| BANDEIRINHA, José António – *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974*. p. 49.
- 34| http://lisboaantiga.web.simplesnet.pt/images/Foto_aerea_do_bairro_de_alvalade.jpg
- 35| http://4.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpEDiDFYUI/AAAAAAAAJlw/tjF0yrWiz-c/s1600-h/23770017.JPG
http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpECcu8ItI/AAAAAAAAAJQ/tB5txstFyTg/s1600-h/23770001.JPG
- 36| http://www.ces.uc.pt/eventos/images/cartaz_evento_208_grd.jpg
- 37| http://1.bp.blogspot.com/_5SMlnCFhaTA/SWuseF3HkxI/AAAAAAAAAGYA/44TgIJNklx4/s400/Marcelo+Caetano.jpg4
- 38| http://2.bp.blogspot.com/_9HaZALJjsCY/S9W03B-uazI/AAAAAAAAAE0/8HsSWiaomfM/s1600/25_de_Abril_1974_Portugal.jpg
- 39| http://4.bp.blogspot.com/_2OfXoStSxEw/S9I315a4xNI/AAAAAAAAEgM/mrJhZjhLIG4/s1600/img218.jpg
- 40| http://www.snpcultura.org/fotografias/vol_as_operacoes_saal_584px_5.jpg
- 41| http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html
- 42| <http://www.construir.pt/2010/12/07/construtoras-obrigadas-a-segurar-imoveis-por-10-anos-propoe-inci/conjunto-habitacional-da-bouca.jpg/>
- 43| <http://diariodebordointercambio.blogspot.com/2010/11/trienal-de-arquitetura-lisboa-parte-1.html>
- 44| Google.maps
- 45| FIGUEIRA, Jorge – *Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada*. p. 43.
- 46| FIGUEIRA, Jorge – *Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada*. p. 43.
- 47| FIGUEIRA, Jorge – *Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada*. p. 43.
http://farm1.static.flickr.com/103/283378439_62469edd6b_o.jpg
http://farm1.static.flickr.com/100/283370471_9dbd3eaf90_o.jpg
- 48| http://1.bp.blogspot.com/_WltqFXt0k6Q/SgTOPaN5cDI/AAAAAAAAHRM/DIqUc6Xpj1g/s400/Violência+no+bairro+da+Bela+Vista4.jpg
http://farm4.static.flickr.com/3267/2400820969_681fb58801.jpg
- 49| http://static.wix.com/media/21213bcd6b1517c362d673ff88ccff8e.wix_mp
http://c3.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/N0c04bf43/6962555_ugToW.jpeg
- 50| Carta militar 431-1971
Carta militar 431-1993
- 51| Fotografia da autoria de elementos da turma
- 52| http://www.lifecooler.com/Edicoes/imagens/@artigos/11281_25.JPG
- 53| Google.maps
Fotografia da autoria de elementos da turma
- 54| http://www.smconsultoria.com.br/portfolio_FavelaBairro.asp
- 55| http://www.smconsultoria.com.br/portfolio_FavelaBairro.asp
- 56| http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/TAvF5IegleI/AAAAAAAA2KE/zyzSFNccrIM/s1600/29+Cova+da+Moura+056.jpg
- 57| http://1.bp.blogspot.com/_OZgYao0c_Rg/TLWagGj0koI/AAAAAAAAABW0/oYEgZ-2UFJY/s1600/trienal2010.jpg
- 58| Fotografia da autoria de elementos da turma
- 59| Fotomontagem da autoria de Ângela Mendonça e Diana Almeida
- 60| Fotomontagem da autoria de Luísa Lopes e Rafaela Gonçalves
- 61| Fotomontagem da autoria de Eurico Gomes e Rui Contente
- 62| Fotomontagem da autoria de Ana Margarida Amaral e Mariana Carvalho
- 63| Fotomontagem da autoria de Dóris Moreira e Pedro Calado
- 64| Fotomontagem da autoria de Daniel Gomes Bento, Miguel Martins e Nicol Bolletta
- 65| Fotomontagem da autoria de Javier Sanjurjo e José Ferreira